

CÉLIA MAGALHÃES  
ORGANIZADORA

# REFLEXÕES SOBRE A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO



**CÉLIA M. MAGALHÃES**

**(Organizadora)**

**REFLEXÕES SOBRE  
A ANÁLISE CRÍTICA  
DO DISCURSO**

**FALE-UFMG  
BELO HORIZONTE  
2001**

Série Estudos Lingüísticos: volume 2

Realização: Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Lingüísticos (FALE-UFMG)

Apoio: Departamento de Letras Anglo-Germânicas (FALE-UFMG)

Ficha Catalográfica elaborada pelas Bibliotecárias da FALE/UFMG

R332      Reflexões sobre a análise crítica do discurso /  
            Célia Maria Magalhães (org.). –  
            Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001.  
            228 p. : il. – (Estudos lingüísticos; 2)

ISBN : 85-87470-22-1

Análise do discurso. I.Magalhães, Célia Maria.  
II.Série.

CDD : 418

# ÍNDICE

Prefácio.....	5
Agradecimentos .....	9
Informações sobre os autores.....	11
<b>Capítulo 1</b>	
A Análise Crítica do Discurso enquanto Teoria e Método de Estudo <i>Célia Maria Magalhães</i> .....	15
<b>Capítulo 2</b>	
A Análise Crítica do Discurso e a Mercantilização do Discurso Público: as Universidades <i>Norman Fairclough, tradução de Célia M. Magalhães</i> .....	31
<b>Capítulo 3</b>	
Gêneros Híbridos <i>Adriana Silvina Pagano</i> .....	83
<b>Capítulo 4</b>	
O Gênero Audiência Pública <i>Maria Carmen Aires Gomes</i> .....	121
<b>Capítulo 5</b>	
A Hibridização e a Constituição do Discurso Evangélico na Mídia Televisiva <i>Cláudio Márcio do Carmo</i> .....	143
<b>Capítulo 6</b>	
Informação Científica e Sobrevivência Discursiva: Aspectos da Produção, Socialização e Consumo do Jornal Televisivo Brasileiro <i>Janaína Minelli de Oliveira</i> .....	163

**Capítulo 7**

A Semiótica Social e a Semiótica do Discurso de Kress

*Sônia Maria de Oliveira Pimenta*..... 185

**Capítulo 8**

Análise do Discurso: em Busca das (In)Congruências entre  
a Vertente Francesa e a Anglo-saxã

*Angélica Alves Ruchkys* e

*Maria Aparecida de Oliveira Martins de Araújo* ..... 207

## PREFÁCIO

Este livro tem por objetivo divulgar, entre os pesquisadores brasileiros, uma das teorias da área de estudos em Análise do Discurso (AD), bem como resultados parciais ou finais de trabalhos realizados por pesquisadores vinculados ao programa de pós-graduação em estudos lingüísticos da FALE/UFMG a partir daquele referencial teórico/metodológico. A idéia é promover o diálogo sobre a Análise Crítica do Discurso (ACD), ou teoria social do discurso, em âmbito local e nacional, com pesquisadores que já desenvolvam estudos críticos da linguagem na FALE e em outras instituições. Além disso, visa-se ampliar o universo da pesquisa acadêmica na área na FALE, atraindo o interesse de futuros pesquisadores para o programa de pós-graduação da instituição e contribuindo para a consolidação da vertente de estudos anglo-americanos de AD deste programa.

Tal idéia nasceu a partir de discussões teóricas e práticas com a colega Adriana Pagano, cujo incentivo e estímulo ao debate e produção acadêmica há longo tempo têm feito parte da minha carreira de pesquisadora. O resultado dessas discussões foi a organização da disciplina “Análise Crítica do Discurso”, junto ao programa de pós-graduação em estudos lingüísticos da FALE, no segundo semestre de 2000, em seminários, dos quais participaram colegas do departamento e os próprios alunos da disciplina. A etapa seguinte foi a idealização do presente volume, que se pretende como canal de interlocuções com os pares, além de orientação para futuros interessados no engajamento com a faceta discursiva da mudança social contemporânea.

Integram o presente volume oito capítulos. O primeiro capítulo, de minha autoria, visa ao detalhamento da teoria social do discurso, apresentando seus conceitos chaves, além de um

percurso do pensamento teórico da ACD, de acordo com as publicações que marcam o território da disciplina emergente. O segundo capítulo é uma tradução, também de minha autoria, de “Critical discourse analysis and the marketization of public discourse: the universities” (FAIRCLOUGH, 1993), a convite do próprio autor, uma vez que este apresenta a teoria, de forma sintética, além de proceder a uma aplicação da mesma em análise de textos acadêmicos, evidenciando o fenômeno da comodificação, ou mercantilização do discurso das universidades públicas inglesas contemporâneas. A tradução, de caráter inédito, constitui um esforço adicional ao objetivo de lançar as bases para o diálogo proposto.

Os capítulos 3, 4, 5 e 6 são estudos de casos, análises descritivas de diferentes gêneros textuais, que confirmam o status de teoria e método da ACD. No capítulo 3, Adriana Pagano focaliza aspectos da mudança discursiva em textos de propagandas, representados através do hibridismo nesse gênero, confirmando em textos de publicidade brasileiros e argentinos algumas das tendências apontadas por Fairclough nos textos ingleses; nos capítulos 4 e 5, Maria Carmem Aires Gomes e Cláudio Márcio do Carmo, respectivamente, acoplando o conceito de *gêneros híbridos* de FAIRCLOUGH (1992) ao de *comunidade discursiva*, da teoria de gêneros de SWALES (1990), apresentam resultados parciais de sua pesquisa, procedendo a uma descrição dos gêneros objeto de seu estudo: audiência pública (cap. 4) e programa evangélico de TV (cap. 5). No capítulo 6, Janaína Minelli apresenta os resultados de uma investigação do gênero *notícia científica divulgada por jornal televisivo*, em que evidencia o fenômeno do diálogo entre os discursos científico, publicitário e de entretenimento através da introdução de certas convenções retóricas no gênero.

Embora, na introdução, tenhamos nos concentrado na vertente teórica da ACD idealizada por Fairclough, no capítulo 7, Sônia Maria Oliveira Pimenta, baseia-se na vertente da ACD proposta por Kress. Embora Pimenta focalize o diferencial dessa teoria em sua análise, isto é, a primazia dada ao elemento semiótico

em articulação com a prática social, ela também usa conceitos comuns às duas vertentes enquanto propostas de estudo crítico da linguagem, com tradição de análise baseada na *Linguística Sistemica Funcional*.

Finalmente, visando um mapeamento de pontos de articulação, bem como de pontos de tensão, entre a teoria da ACD e teorias da vertente francesa da AD, Angélica Alves Ruchkys e Maria Aparecida Araújo, comparam e confrontam, no capítulo 8, os pensamentos teóricos de Fairclough, Pêcheaux e Charaudeau, fechando o círculo de reflexão teórica iniciado na introdução deste volume.



## AGRADECIMENTOS

A organizadora gostaria de agradecer a todos que colaboraram para a realização deste projeto, participando dos seminários da disciplina e, mais tarde, produzindo os textos que compõem o presente volume. Em especial, gostaria de agradecer a generosidade acadêmica da colega Adriana Pagano, pela leitura atenta do texto da introdução e pelas sugestões e críticas. Agradeço também à Denise Gontijo, Nádia Biavati e Marilene Cortez, que também apresentaram seminários além de participar dos incansáveis debates sobre a teoria.

Agradeço ao Prof. Dr. Norman Fairclough o gentil convite para tradução e posterior permissão para publicação do artigo:

- “Critical discourse analysis and the marketization of public discourse: the universities”. *Discourse & Society*, Vol. 4(2), 1993, p. 133-168.

Agradeço, também, aos editores da *Area*, da Royal Geographical Society, a permissão para reprodução do artigo “Agents of Ice”.

Finalmente, agradeço ao Departamento de Letras Anglo-Germânicas da FALE/UFMG, pelos recursos financeiros, e ao Programa de Pós-Graduação em Letras/Estudos Linguísticos, pelo apoio à realização dos seminários e acompanhamento da edição deste volume, contribuições inestimáveis sem as quais o projeto não seria concluído.

## Informações sobre os Autores

**Adriana Silvina Pagano** é professora adjunta de língua inglesa e tradução na Faculdade de Letras da UFMG. É mestre em Letras: Inglês pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutora em Literatura Comparada pela UFMG. Realizou parte dos seus estudos de doutoramento na University of Nottingham, Inglaterra, e seu pós-doutoramento na University of Massachusetts at Amherst, nos Estados Unidos. Atualmente desenvolve pesquisa em tradução e gêneros discursivos. É co-autora do livro Traduzir com autonomia (São Paulo: Contexto) e tem publicado diversos artigos em livros e periódicos nacionais e estrangeiros.

**Angélica Alves Ruchkys** é licenciada em Língua Portuguesa e Língua Francesa pela FALE/UFMG. Atuou como professora de francês no Centro de Extensão da mesma faculdade e como professora de português do Ensino Fundamental e Médio, na rede pública e cursos pré-vestibulares. Atualmente cursa o mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Lingüísticos da FALE/UFMG, na linha de pesquisa em Análise do Discurso.

**Célia Maria Magalhães** é professora adjunta de língua inglesa e tradução na FALE-UFMG. É Mestre em Letras: Lingüística e Doutora em Literatura Comparada pela UFMG, com pesquisas realizadas na Universidade de Nottingham. Seu principal interesse de pesquisa é a interface dos estudos de discurso e da tradução com os estudos culturais. Tem artigos publicados nas revistas da Abralic, Tradterm e Cadernos de Tradução e livro e capítulos traduzidos de livros publicados no Brasil.

**Cláudio Márcio do Carmo** é graduado em Letras pela Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei e mestrando em Estudos Lingüísticos pela UFMG. É professor no ensino fundamental e médio nas áreas de Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Tem artigos publicados na Revista Vertentes e no Caderno

de estudos em Letras da II Semana de Letras da FAFIC. Atualmente, seu principal interesse de pesquisa está na área de Análise do Discurso.

**Janaina Minelli de Oliveira** é Mestre em Letras: Estudos Lingüísticos pela UFMG, dedicando-se atualmente ao ensino de língua inglesa e aos estudos lingüísticos. Em projeto de “iniciação científica” apoiado pelo CNPq, descreveu o gênero revista científica direcionada para o público infantil e, em sua dissertação de mestrado, voltou-se para a notícia científica transmitida pelo jornal televisivo. Os processos de apropriação discursiva intersemiótica são seu principal interesse de pesquisa.

**Maria Aparecida de Oliveira Martins de Araújo**, professora de língua portuguesa no ensino fundamental e médio, tem se dedicado ao estudo de teorias que respaldem um trabalho mais dinâmico com a linguagem, considerando seu caráter dialógico, social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Lingüísticos da FALE/UFMG, com projeto de pesquisa em Análise do Discurso, tem se dedicado, sobretudo, à análise semiolingüística de textos publicitários.

**Maria Carmen Aires Gomes** é professora assistente de Língua Portuguesa e Lingüística no Departamento de Letras e Artes da Universidade Federal de Viçosa. É Mestre em Letras: Lingüística e Doutoranda em Estudos Lingüísticos pela UFMG. Seu principal interesse de pesquisa é a área de interface entre os Estudos Culturais e a Análise do discurso. Tem artigos publicados nas revistas Gláuks, Com Textos e Cadernos do NAPq, além de capítulos de livros publicados pelo Núcleo de Análise do Discurso e Faculdade de Letras da UFMG.

**Sônia Maria de Oliveira Pimenta** é professora Adjunta de Língua Inglesa no Colégio Técnico e FALE UFMG. É Mestre em Língua Inglesa pela UFMG e Doutora em Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas pela PUC-SP, com pesquisas realiza-

das no Instituto de Educação da Universidade de Londres. Seu interesse de pesquisa é a interface da leitura com as áreas da Análise Crítica do Discurso e da Semiótica Social. Tem livros publicados assim como artigos na Revista *The Specialist*.

# Capítulo 1:

## A Análise Crítica do Discurso enquanto Teoria e Método de Estudo

Célia M. Magalhães

Depois da inauguração dos estudos de coesão e coerência com HALLIDAY e HASAN (1976), os estudos lingüísticos passaram a se preocupar não mais apenas com a dimensão da frase mas com a dimensão textual. Do enfoque na lingüística textual e na análise da conversação, a próxima dimensão de análise passou a ser a interação e o discurso, recebendo este último termo as mais diversas definições dos teóricos da AD. Para efeitos da reflexão proposta neste livro, traduzo, de JAWORSKI e COUPLAND (2000), três delas:

*Discurso é: “a linguagem acima da frase ou da oração”.*  
(STUBBS, 1983:1)

*a análise do discurso é, necessariamente, a análise da linguagem em uso. Como tal, não pode se restringir à descrição de formas lingüísticas independente dos propósitos ou funções que estas formas servem nos eventos humanos.* (BROWN e YULE, 1983:1)

*“Discurso”, para mim, é mais que apenas uso da linguagem: é uso da linguagem, seja ela falada ou escrita, vista como um tipo de prática social.* (FAIRCLOUGH, 1992: 28). (...) *O discurso constitui o social. Três dimensões do social são consideradas – o conhecimento, as relações*

*sociais e a identidade social(...). O discurso é formado por relações de poder e investido de ideologias.* (FAIRCLOUGH, 1992:8)

A escolha dessas três definições recaiu sobre o fato de que há uma espécie de crescendo entre elas, o qual nos leva à reflexão sobre a vertente da ACD, proposta neste volume. Se a definição de Stubbs reflete a preocupação inicial dos teóricos com a *dimensão textual*, a de Brown e Yule avança um pouco mais, traduzindo o interesse dos estudiosos com a *dimensão do contexto* de uso da linguagem. Para além do contexto, a definição de Fairclough focaliza a dimensão da *prática social* a partir de uma visão da linguagem investida de poder e ideologias, capaz de constituir as dimensões sociais do conhecimento, das relações e da identidade social. É essa visão de discurso, estreitamente ligada ao situacional, institucional e societal que interessa à ACD, constituindo objeto de interesse dos trabalhos aqui reunidos.

Por volta de fins da década de oitenta, duas publicações, *Linguistic Processes in Sociocultural Practice* (KRESS (1988) e *Language and Power* (FAIRCLOUGH (1989), consolidam as bases para os estudos críticos da linguagem, apresentando conceitos chaves de *discurso, gênero discursivo, texto, ideologia e poder*, vários deles apropriados de teorias sociais e do discurso, dentre elas as teorias de discurso de FOUCAULT (1971, 1972, 1982) e as teorias sociais de ALTHUSSER (1971), GIDDENS (1984) e GRAMSCI (1971). FAIRCLOUGH (1989) já demonstra preocupação com a metodologia de pesquisa na ACD, propondo um quadro de análise inicial que será refinado em 1992, e do qual falaremos mais adiante.

Em *Discourse and Social Change* (FAIRCLOUGH (1992) temos, por assim dizer, a consolidação do quadro teórico-metodológico da disciplina e a proposta de uma teoria social do discurso, visando à análise da mudança discursiva em seu contexto sócio-histórico. Conceitos chaves como os de discurso, texto, prática discursiva, ordens do discurso, prática social, ideologia e hegemonia são reafirmados como essenciais aos estudos críticos

da linguagem. O *discurso* é visto como o uso da linguagem como forma de prática social, implicando em modo de ação e modo de representação. Estabelece-se uma relação dialética entre discurso e estrutura social: *discurso* é uma prática tanto de representação quanto de significação do mundo, constituindo e ajudando a construir as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crenças. Com base nos estudos de Foucault, o conceito também é usado para se referir aos modos diferentes de se estruturarem áreas de conhecimento e prática social como, por exemplo, o discurso médico, o discurso feminista, etc., conforme veremos adiante.

A *prática discursiva* é a dimensão do uso da linguagem que envolve os processos de produção, distribuição e consumo dos textos, sendo variada a natureza desses processos dentre os tipos diferentes de discurso e de acordo com os fatores sociais. A prática discursiva realiza-se enquanto forma lingüística, enquanto *texto*, entendido no sentido Hallideano de linguagem falada ou escrita, hoje contemplando também o elemento semiótico. O conceito de *ordens de discurso*, apropriado de Foucault, abrange a totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade, além das relações entre elas.

A *prática social* é a dimensão relacionada aos conceitos de *ideologia* e de *poder*: o discurso é visto numa perspectiva de poder como *hegemonia* e de evolução das relações de poder como luta hegemônica. A noção de ideologias toma por base o conceito de Althusser; entretanto, problematiza-o por marginalizar a luta, a contradição e a transformação. Ideologias são entendidas como significações ou construções da realidade, construídas nas várias dimensões das formas ou sentidos das práticas discursivas e contribuindo para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

Os conceitos de hegemonia e poder vêm de Gramsci: a hegemonia, conforme entendida pela teoria da ACD, constitui um foco de luta constante sobre pontos de instabilidade entre as classes e os blocos dominantes, com o objetivo de construir, sustentar ou, ainda, quebrar alianças e relações de dominação e

subordinação, tomando formas econômicas, políticas e ideológicas. No entendimento de Fairclough, as ideologias diversas, conforme Gramsci, estão implícitas nas práticas dos sujeitos, estruturando-os, de modo a dar-lhes um caráter estranhamente multifacetado e uma visão de senso comum, depositária de efeitos diversos das ideologias passadas, mas capaz de estabelecer metas para as lutas presentes. Essa visão de senso-comum é que naturaliza ou automatiza as ideologias.

Se, de um lado, a ACD se ancora fortemente em alguns conceitos da teoria de discurso de Foucault, de outro, ela problematiza outros como, por exemplo, a noção de poder que termina por estabelecer relações determinantes de subordinação entre os sujeitos. Daí a opção por Gramsci e a concepção de hegemonia como equilíbrio instável, e a de complexo ideológico, com correntes conflitantes, superpostas ou em interseção. É essa visão de articulação, desarticulação e rearticulação de elementos na luta hegemônica que atende aos principais preceitos da ACD: a concepção dialética da relação entre estruturas discursivas e eventos, sendo as estruturas discursivas consideradas como ordens do discurso ou configurações de elementos mais ou menos instáveis; e a noção de texto centrada em sua intertextualidade e sua capacidade de articulação de outros textos e convenções. Resta-nos detalhar melhor essas duas concepções, o que faremos começando pela segunda, a intertextualidade.

O conceito de intertextualidade, apropriado de Bakhtin por Kristeva, é central para a teoria social do discurso, sendo associado ao de hegemonia de modo produtivo. Para Fairclough, a historicidade inerente dos textos (ver KRISTEVA, 1986) torna-os capazes de exercer os papéis importantes de liderança da mudança sociocultural na sociedade. É proposta da ACD, portanto, não só mapear as alternativas e limites dos processos intertextuais dentro de determinadas hegemonias ou estados de luta hegemônica, mas também conceber esses processos e outros, de contestação e reestruturação das ordens de discurso, como processos de luta hegemônica na esfera do discurso, simultaneamente afetando e sendo afetados por essa luta num sentido mais amplo.



Fairclough também distingue as relações intertextuais dos textos com outros textos (representações do discurso) das relações intertextuais dos textos com convenções discursivas (articulações particulares de tipos discursivos). Tomando os conceitos de AUTHIER-REVUZ (1982) e MAINGUENAU (1987) de heterogeneidade manifesta (a presença manifesta, na superfície do texto, de outros textos) e heterogeneidade constitutiva (a configuração de convenções discursivas na produção do texto), Fairclough elegerá o segundo como norte para a análise crítica, já que este confirma a primazia dada também às ordens do discurso. A heterogeneidade constitutiva, ou interdiscursividade, tem a ver com a constituição de um tipo discursivo através da combinação de elementos das ordens do discurso. É importante ressaltar que haverá preocupação na teoria também com a heterogeneidade manifesta; assim, para referir-se ao fenômeno de diálogo entre textos em geral, sem distinção entre heterogeneidade manifesta ou constitutiva, será usado simplesmente o termo *intertextualidade* e, para referir-se especificamente ao segundo, será usado o termo *interdiscursividade*. A um refinamento do conceito de interdiscursividade deve preceder um entendimento de outros conceitos, os quais farão parte da rede de significação do primeiro. Trata-se dos *elementos* que estabelecem relações complexas nas ordens do discurso: *gênero, tipo de atividade, estilo e discurso*.

Para FAIRCLOUGH (1992), o gênero é o elemento que, de certa forma, precede em hierarquia os outros. É o sistema de gêneros de uma determinada sociedade numa época determinada que determina as combinações e as configurações nas quais os outros elementos ocorrem. Gênero, então, é um conjunto estável de convenções o qual se associa a um tipo de atividade ratificada socialmente, encenando-a parcialmente como, por exemplo, um bate-papo informal, um documentário de televisão, um poema, um artigo científico, etc. Relacionado a cada gênero está não só um tipo particular de texto, mas também processos diferentes de produção, distribuição e consumo dos textos. As mudanças da prática social refletem-se na linguagem através das

mudanças nos sistemas de gêneros, ao mesmo tempo que são introduzidas por estas últimas (tal concepção ecoa a visão de Bakhtin, dos gêneros como elos da história da sociedade com a história da linguagem). A noção de sistema de gêneros é compatível com a primazia dada ao princípio das ordens do discurso, uma vez que se entende a sociedade, ou uma instituição ou domínio dela, enquanto sistema constituído por uma configuração particular de gêneros interagindo uns com os outros de modo também particular, estando tanto o sistema quanto a configuração abertos à mudança.

Se o gênero se relaciona a um tipo de texto, ele também se relaciona a um tipo de atividade (nos termos de Bakhtin, uma estrutura composicional). Na ACD, o tipo de atividade pode ser especificado pela seqüência estruturada de ações que o compõem e pelos participantes envolvidos na atividade, ou o conjunto de papéis dos sujeitos sociais ligados à atividade. O tipo de atividade (por exemplo, a compra de um bilhete de viagem numa companhia aérea) delimita uma gama de opções de ações realizadas pelos participantes, ao invés de especificar um padrão único rígido.

O gênero também tende a se associar a um determinado estilo, embora também se compatibilize com estilos alternativos (como, por exemplo, o caso de entrevistas que podem ser formais ou informais). Para tentar estabelecer uma concepção de estilo, Fairclough refere-se a estilos variando ao longo de três parâmetros principais, advindos da lingüística sistêmica:

- Teor (*tenor*), ou tipo de relação entre os participantes de uma interação (formal, informal, oficial, íntima, casual, etc.);
- Modo (*mode*), referindo-se à forma falada ou escrita dos textos, ou a formas combinadas das duas;
- Modo retórico (*rhetorical mode*), ou classificações como argumentativo, descritivo e expositivo.

Vemos como há uma interdependência entre os elementos componentes das ordens do discurso, a saber gênero, tipo de

atividade e estilo. O elemento discurso, entendido como substantivo concreto, é mais autônomo que os dois últimos. Discurso aqui corresponde a dimensões dos textos tradicionalmente referidas como conteúdo, tópico, assunto, significado ideacional, etc., e é usado preferencialmente a estes termos por ser o único capaz de ressaltar o fato de que as áreas de conhecimento só entram nos textos como representações (no sentido de formas mediadas de construções) particulares. Por isso, é interessante distinguir, com termos específicos, discursos que denominam simultaneamente uma área do conhecimento e uma maneira particular de construir essa área do conhecimento (o exemplo dado é o de um discurso feminista da sexualidade, ou um discurso da sexualidade – área de conhecimento – construído a partir do ponto de vista feminista). O discurso é mais autônomo que os outros elementos pelo fato de, além de se associar a determinados gêneros, aparecer em vários outros como, por exemplo, o discurso médico científico, usualmente associado a artigos científicos, consultas, aulas, etc. aparecendo também em conversas casuais, propagandas e até mesmo textos literários.

A ACD, ao adotar uma orientação histórica para a mudança discursiva, adota também uma visão dos analistas franceses do discurso com relação ao interdiscurso. Tal visão sugere que o interdiscurso – configuração interdependente complexa de formações discursivas – tem primazia sobre suas partes e tem propriedades as quais não estão previstas nas partes. O interdiscurso, entidade estrutural que subjaz aos eventos discursivos e não à formação ou ao código individual, está presente nos *gêneros híbridos*, ou gêneros que combinam elementos de dois ou mais gêneros como é o caso de programas de televisão, que combinam entrevistas com performance, dentre outros. Fairclough usa preferencialmente o termo *ordens do discurso* em lugar de *interdiscurso*, uma vez que aquele sugere melhor os tipos de configuração de interesse para sua análise. Usa também a designação *elemento* em lugar de *código* ou *formação*.

O princípio da interdiscursividade, então, aplica-se em vários níveis de análise: o nível da ordem societal do discurso,

da ordem institucional do discurso, do tipo discursivo e até dos elementos que compõem os tipos discursivos. Ao especificarem-se as cadeias intertextuais em que um tipo particular de discurso entra, estamos, de certa forma, especificando também a distribuição desse discurso. Como há um número e variedade de tipos textuais diferentes, em princípio, poderia haver um número infinito de cadeias intertextuais entre eles; entretanto, esse número, na verdade, é provavelmente limitado, tendo em vista o fato de que as instituições e práticas sociais são articuladas de determinadas maneiras, o que restringe o desenvolvimento de cadeias intertextuais. O que é importante ter em mente é que os diferentes tipos textuais variam radicalmente no tipo de redes de distribuição e de cadeias intertextuais em que entram e, portanto, no tipo de transformações que desenvolvem. As cadeias intertextuais podem constituir relações de transformações relativamente estabelecidas entre os tipos textuais, mas elas também podem tornar-se linhas de tensão e mudança, ou canais, através dos quais os textos são colonizados e investidos e as relações entre os textos são contestadas.

A intertextualidade também traz implicações para a constituição do sujeito através dos textos e para a contribuição das mudanças nas práticas discursivas para as mudanças na identidade social. As relações intertextuais em constante mudança no discurso são nucleares para o entendimento dos processos de constituição do sujeito. Na instância de produção dos textos, os sujeitos interpretantes são interpelados a construir suposições relevantes, a fazer as ligações necessárias a leituras coerentes. Os textos postulam e estabelecem, implicitamente, posições interpretativas para sujeitos interpretantes, capazes de usar suposições de sua experiência anterior para fazer as ligações necessárias entre os elementos intertextuais diferentes do texto e construir interpretações coerentes. A coerência, como vemos, não é uma propriedade dos textos, mas uma propriedade que é imposta pelos interpretantes aos textos, sendo que os interpretantes diferentes podem produzir leituras diferentes. A coerência também não deve ser entendida em termos absolutos, havendo espaço para indeter-

minações e ambivalência. Os interpretantes, além de sujeitos discursivos em processos discursivos, são também sujeitos sociais com determinadas experiências acumuladas de vida e recursos orientados diferentemente para as dimensões múltiplas da vida social. Assim, eles podem se adequar às posições estabelecidas para eles nos textos ou podem resistir a essas posições, como forma de luta hegemônica sobre a articulação dos elementos intertextuais.

A explicação teórica acima é suficiente para entendermos o quadro tridimensional de análise proposto em FAIRCLOUGH (1989) e rerepresentado em FAIRCLOUGH (1992) com pequenas alterações. Tal quadro, de saída, denota a preocupação de associação da teoria com a prática e de estabelecimento de uma metodologia descritiva/interpretativa. A Figura 1 é uma tentativa de combinação das propostas de 1989 e 1992, de um quadro teórico/metodológico.

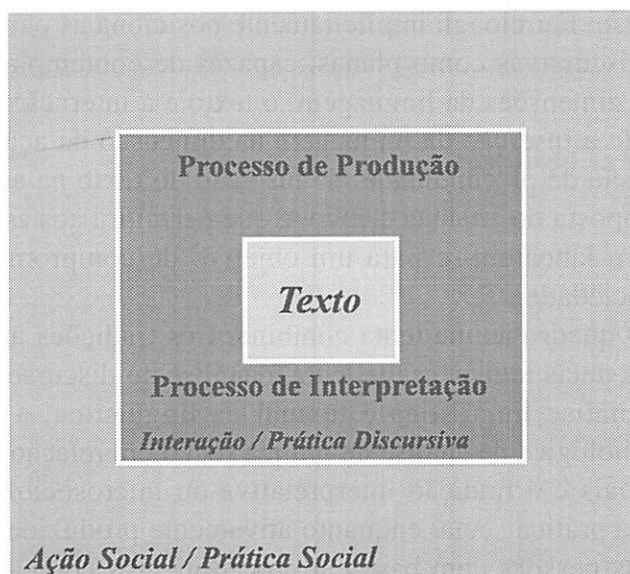


Figura 1 – Quadro tridimensional combinado (FAIRCLOUGH 1989, 1992)<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Esta versão combinada dos dois quadros de análise foi apresentada em MAGALHÃES (2000).

Lembremos que a ACD vê o discurso como noção integradora de três dimensões: o texto, a interação/prática discursiva e a ação social/prática social. O quadro tridimensional de análise de Fairclough pode ser interpretado como suplemento de um outro quadro/método usual de Análise do Discurso. Este poderia ser comparado a uma figura plana que nos permite a percepção ilusória de sua composição por apenas duas dimensões, a de comprimento e a de largura, recalcando a dimensão de profundidade. Nesse sentido, as práticas usuais de Análise do Discurso dariam conta apenas do texto e do processo de interação – produção e recepção – do texto, deixando de lado a prática social.

Para entender melhor essa noção do quadro de análise com três dimensões, seria interessante estimular nossa memória para lembrarmos a sensação de recepção da imagem como expectadores do cinema 3D. É exatamente por termos, nesse cinema, a dimensão da profundidade, que temos a impressão de que a imagem se lança sobre nós. Ao propor as três dimensões da análise do discurso, Fairclough implicitamente posiciona as outras abordagens discursivas como planas, capazes de contemplar apenas duas das dimensões da linguagem, o texto e a interação, deixando de lado a inserção da linguagem na dimensão da ação social. A dimensão de profundidade, de inserção do texto na ação social, na proposta do analista crítico, é que permitirá aos estudos da linguagem lançarem-se para um objetivo de comprometimento com a sociedade.

O quadro acima tenta combinar três tradições analíticas, cada uma delas indispensável para a análise do discurso: a tradição de análise lingüística e textual da lingüística, a tradição macrosociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais e a tradição interpretativa ou microsociológica de análise da prática social enquanto ativamente produzida e entendida pelas pessoas com base em procedimentos compartilhados de senso comum.

Para a dimensão da análise textual, seria interessante voltar à concepção de discurso enquanto prática tanto de representação quanto de significação do mundo, constituindo e ajudando a

construir as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crenças. Essas áreas de significação do mundo correspondem às duas macrofunções da linguagem: a função ideacional e a função interpessoal. O arcabouço teórico com categorias produtivas para a análise textual é, portanto, o da lingüística sistêmica funcional de HALLIDAY (1985), dentre outros.

A análise textual pode ser organizada em quatro categorias principais: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual, numa escala ascendente. O vocabulário trata principalmente de palavras individuais; a gramática, da combinação das palavras em orações e frases; a coesão, da ligação dessas orações e frases e a estrutura textual de propriedades maiores de organização textual. Na análise da prática discursiva serão usadas especificamente três categorias principais as quais, no entanto, também envolvem traços textuais formais: a força dos enunciados, ou os tipos de atos de fala que eles constituem, a coerência e a intertextualidade dos textos. Essas sete categorias constituem o quadro de análise dos textos, abrangendo aspectos da sua produção e interpretação, bem como suas propriedades formais. Na análise da prática social, o conceito de hegemonia proporciona uma matriz, ou um modo de analisar a prática social à qual o discurso pertence em termos das relações de poder, investigando se estas reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias existentes. Proporciona também um modelo, ou modo de analisar a própria prática discursiva como modo de luta hegemônica, reproduzindo, reestruturando ou desafiando as ordens de discurso existentes.

Usando o quadro teórico/metodológico tridimensional na análise de textos de sua cultura, Fairclough observa três tendências principais de mudança discursiva que têm afetado a ordem do discurso societal, relacionando-as a direções mais gerais da mudança social e cultural: a democratização, a comodificação (*commodification*) e a tecnologização (*technologization*) do discurso.

A democratização tem a ver com a remoção das desigualdades e assimetrias nos direitos, obrigações e prestígio discursivos e lingüísticos de grupos de pessoas. Como a democratização mais

geral, a democratização do discurso tem sido um parâmetro importante nas últimas décadas, mas em ambos os casos o processo tem, ainda assim, sido desigual, além de se questionar sua condição de real ou cosmético. São apontadas cinco áreas de democratização discursiva: as relações entre as línguas e os dialetos sociais, o acesso a tipos discursivos de prestígio, a eliminação de marcadores explícitos de poder nos tipos discursivos institucionais com relações de poder desiguais, uma tendência à informalidade da linguagem, e as mudanças na linguagem em termos de práticas relativas a gênero.

A comodificação é o processo pelo qual os domínios e instituições sociais, cuja preocupação não é a produção de bens de consumo, no sentido econômico estrito de bens para venda, acabam sendo organizados e conceituados em termos de produção, distribuição e consumo. Concebe-se a comodificação como a colonização de ordens do discurso institucionais, e mais amplamente societais, por tipos discursivos associados com a produção de bens de consumo (um bom exemplo é o do discurso educacional contemporâneo, divulgando cursos e programas de estudos como bens de consumo ou produtos a serem vendidos no mercado de consumidores).

A tecnologia do discurso é uma extensão das “tecnologias” ou “técnicas” a serviço do “biopoder”, de Foucault. Na sociedade moderna, as tecnologias discursivas estão assumindo o caráter de técnicas transcontextuais, recursos ou caixas de ferramentas que podem ser usados como estratégias variadas em contextos diversos. As tecnologias resultam no desenho e refinamento da linguagem com base nos efeitos antecipados dos mais finos detalhes de escolhas de vocabulário, gramática, entonação, organização do diálogo, etc., bem como expressão facial, gestos, postura corporal e movimentos. Elas promovem a mudança discursiva através da construção consciente, da simulação em função de propósitos estratégicos e instrumentais de significados interpessoais e práticas discursivas. Os exemplos de tecnologias discursivas apontadas por Fairclough são a entrevista, o ensino, o aconselhamento e a propaganda.



CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH (1999) apresentam uma versão da ACD a qual designam como “síntese mutante de outras teorias” (p. 16). Nessa versão transdisciplinar da teoria, enfatiza-se o discurso como elemento semiótico da prática social, além de se proporcionar uma crítica coerente da sociedade na modernidade tardia e suas transformações, apontando-se na direção de uma complementação entre a pesquisa social crítica e a ACD. Focalizam-se as teorias pós-modernas e seus recursos conceituais, mais especificamente os de “articulação” e “diferença/equivalência”, os quais podem ser usados para mostrar como a prática social pode ser transformada e diversificada pela abertura e pelo hibridismo do discurso, característicos da instabilidade na modernidade tardia. Apresenta-se também a ACD tanto como teoria quanto como método de análise das práticas sociais, exatamente por esta ter a tradição da análise textual, apresentada como diferencial em relação às pesquisas sociais críticas.

Mas os avanços não vão apenas em direção à relação com as teorias críticas sociais. Eles alcançam também a dimensão lingüística da ACD. A lingüística sistêmica funcional (LSF) é o arcabouço lingüístico ainda em harmonia com a percepção geral de linguagem da ACD. Na LSF, a linguagem é concebida como estruturada pelo conjunto de possibilidades de cada um de seus estratos (semântico, fonológico e léxico-gramatical) e, simultaneamente, como estruturante, tendo em vista sua escolha de valores para variáveis que a relacionam ao seu meio social: o campo (*field*) o teor (*tenor*) e o modo (*mode*). No entanto, a ACD aqui se propõe como extensão e complemento da visão de linguagem da LSF. Esta, limitada por sua pouca ênfase no social frente ao semiótico, no texto em oposição ao sistema, e por sua falta de reconhecimento de um sistema correspondente à ordem do discurso, não dá conta, como a ACD, de uma explicação adequada dos textos híbridos que misturam discursos, gêneros e registros.

Em resumo, o objeto de estudo da ACD são os aspectos discursivos da mudança social contemporânea. Dessa forma, o discurso é entendido como elemento integrante do mundo soci-

al, constituindo esse mundo, além de ser constituído por ele. Para a ACD, as relações sociais estão baseadas na noção de poder, especialmente, na noção de dominação. O discurso, é, então, simultaneamente, instrumento de dominação e de mudança, sendo a mudança considerada possível apenas através da dominação. Por isso, a teoria social do discurso pode ser considerada revolucionária e ideológica – por pretender transformar as relações de dominação existentes em outras e, nesse sentido, originar práticas discursivas que sustentem essa transformação. Como o discurso e a vida social têm dado origem a teorias diferentes em várias disciplinas, a ACD, como síntese transformadora de outras teorias, além de juntar visões diferentes relativas ao discurso, também analisa o discurso a partir de perspectivas diferentes, contribuindo para o enriquecimento mútuo dessas diversas teorias e, principalmente, para o desenvolvimento de uma metodologia mais abrangente.

## Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, L. “ Ideology and ideological state apparatuses”. In ALTHUSSER, L. (ed.) *Lenin and Philosophy and Other Essays*. London: New Left Books, 1971.
- AUTHIER-RÉVUZ, J. “Hétéroénéité montrée et hétéroénéité constitutive: éléments pour une approche de l’autre dans le discours”. *DRLAV*, 32, 1982.
- BAKHTIN, M. *The Dialogical Imagination*. Edição de M. Holquist. Tradução de C. Emerson e M. Holquist. Austin: University of Texas Press, 1981.
- BAKHTIN, M. *Speech Genres and Other Essays*. Edição de C. Emerson e M. Holquist. Tradução de V.W. McGee. Austin: University of Texas Press, 1986.
- BROWN, G. e YULE, G. *Discourse Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

- FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*. London: Longman, 1989.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- FAIRCLOUGH, N. "Critical discourse analysis and the marketization of public discourse: the universities". *Discourse & Society*, Vol. 4(2), 1993, p. 133-168.
- FOUCAULT, M. *L'ordre du Discours*. Paris: Gallimard, 1971.
- FOUCAULT, M. *The Archaeology of Knowledge*. London: Tavistock Publications, 1972.
- FOUCAULT, M. "The subject and Power". Afterword to Dreyfus and Rabinow, 1982.
- GIDDENS, A. *The Constitution of Society*. Cambridge: Polity Press, 1984.
- GRAMSCI, A. *Selections from the prison notebooks*. Editado e traduzido por Q. Hoare e G. Nowell Smith. London: Lawrence and Wishart, 1971.
- HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- HALLIDAY, M. A. K. *Language as Social Semiotic*. London: Edward Arnold, 1978.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, R. *Language, Context and Text: Aspects of Language in a Social-Semiotic Perspective*. Geelong, Victoria: Deakin University Press, 1985.
- JAWORSKI, A. e COUPLAND, N. (eds.) *The Discourse Reader*. 2<sup>nd</sup> printing. London e New York: Routledge, 2000.
- KRESS, G. *Linguistic Processes in Sociocultural Practice*. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- KRISTEVA, J. "Word, dialogue and novel". In MOI, T. (ed.). *The Kristeva Reader*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- MAGALHÃES, C. M. "Plano nacional de extensão: uma leitura". *Anais da IV Semana da Graduação, 3º Encontro de Extensão e II UFMG Jovem*. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000, p.85-88.

MAINGUENEAU, D. *Initiation aux Méthodes d'Analyse du Discours*. Paris: Hachette, 1976.

SWALES, J. *Genre Analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

STUBBS, M. *Discourse Analysis*. Oxford: Basil Blackwell, 1983.

## Capítulo 2:

# A Análise Crítica do Discurso e a Mercantilização do Discurso Público: as Universidades

*Norman Fairclough, Universidade de Lancaster*

*Resumo:* Este artigo estabelece a visão de análise do discurso do autor e ilustra a abordagem com uma análise dos aspectos discursivos da mercantilização do discurso público na Grã-Bretanha contemporânea, especificamente na educação superior. Ele inclui uma descrição teórica condensada da análise crítica do discurso, um quadro para análise de eventos discursivos, e uma discussão das práticas discursivas (incluindo sua mercantilização) na sociedade capitalista tardia, bem como análise de amostras do discurso na educação superior. O artigo termina com uma discussão do valor da análise crítica do discurso como método de pesquisa social científica, e como recurso para luta social.

*Palavras chave:* análise crítica do discurso, discurso e autoridade, discurso e identidade, educação superior, cultura promocional, mercantilização.

O objetivo deste artigo é, em primeiro lugar, estabelecer minha própria visão de análise crítica do discurso e, em segundo lugar, ilustrar a prática da análise crítica do discurso através de uma discussão da mercantilização do discurso público na Grã-Bretanha contemporânea. A primeira parte do artigo, “Por uma Teoria Social do Discurso”, é uma descrição teórica condensada da análise crítica do discurso. A segunda, “Quadro Analítico”, estabelece um quadro tridimensional para análise dos eventos discursivos. Os leitores encontrarão a visão do campo de estudo esboçado nessas seções melhor elaboradas em Fairclough (1989, 1992a). A terceira parte faz uma transição entre a descrição bastante abstrata das duas primeiras e o exemplo ilustrativo: é uma reflexão sobre a linguagem e as práticas discursivas na sociedade contemporânea (“capitalista tardia”) que, argumenta-se, fazem uma orientação crítica e sócio histórica da linguagem e do dis-

curso socialmente e moralmente imperativa. A quarta parte é um exame, baseado em texto, da mercantilização das práticas discursivas como um processo que está transformando o discurso público na Grã-Bretanha contemporânea, especialmente no que tange à educação superior. O artigo termina com uma discussão do valor da análise crítica do discurso, como método a ser usado junto a outros na pesquisa social científica sobre mudança social e cultural, e como recurso em lutas contra a exploração e a dominação.

### **Por uma Teoria Social do Discurso**

A recente teoria social tem produzido reflexões importantes sobre a natureza social da linguagem e seu funcionamento nas sociedades contemporâneas, as quais, até então, não têm sido aceitas nos estudos das linguagens (e com certeza também não na lingüística geral). Os próprios teóricos sociais têm geralmente articulado tais reflexões de forma abstrata, sem análise de textos<sup>1</sup> lingüísticos específicos. O que falta é uma síntese entre essas reflexões e as tradições textuais analíticas dentro dos estudos da linguagem. A abordagem desenvolvida nessa seção do artigo caminha nessa direção.

“Discurso” é uma categoria usada tanto pelos teóricos sociais quanto pelos analistas (por ex., Foucault, 1972; Fraser, 1989) e lingüistas (por ex., Stubbs, 1983; Van Dijk, 1985). Como muitos lingüistas, vou usar o termo “discurso” para referir-me primordialmente ao uso da linguagem falada ou escrita, embora também deseje estendê-lo para incluir a prática semiótica em outras modalidades semióticas tais como a fotografia e a comunicação não verbal (por ex., por gestos). Mas ao referir-me ao uso da linguagem como discurso, estou sinalizando um desejo de investigá-lo por um método informado social e teoricamente, como forma de prática social.

---

<sup>1</sup> Uso o termo “texto” tanto para os textos escritos quanto para as transcrições de interação falada.

Ver o uso da linguagem como prática social implica, em primeiro lugar, que esse uso é um modo de ação (Austin, 1962; Levinson, 1983) e, em segundo lugar, que ele é sempre um modo de ação socialmente e historicamente situado, numa relação dialética com outras facetas do “social” (seu “contexto social”) – ele é formado socialmente, mas também forma socialmente, ou é *constitutivo*. É vital que a análise crítica do discurso explore a tensão entre esses dois lados do uso da linguagem, o que é formado socialmente e o que constitui socialmente, ao invés de optar unilateralmente por uma posição estruturalista (como, por exemplo, fez Pêcheaux [1982]) ou “de ação” (como, por exemplo, a pragmática tende a fazer). O uso da linguagem é sempre simultaneamente constitutivo de (i) identidades sociais, (ii) relações sociais e (iii) sistemas de conhecimento e crença – embora com graus diferentes de proeminência em casos diferentes. Precisamos, portanto, de uma teoria da linguagem, tal como a de Halliday (1978, 1985), que enfatiza sua multifuncionalidade, que vê qualquer texto (no sentido da nota 1) como simultaneamente desempenhando o que Halliday chama de funções “ideacional”, “interpessoal” e “textual” da linguagem. O uso da linguagem é, entretanto, constitutivo tanto de formas socialmente reprodutivas quanto de formas criativas, socialmente transformativas, com a ênfase em uma ou outra em casos particulares dependendo de suas circunstâncias sociais (por ex., se são geradas dentro de relações de poder amplamente estáveis e rígidas ou flexíveis e abertas).

Se o uso da linguagem é formado socialmente, ele não é formado de maneiras monolíticas ou mecânicas. Ao contrário, as sociedades e as instituições e os domínios particulares dentro delas mantêm uma variedade de práticas discursivas coexistentes, contrastantes e freqüentemente competitivas (“discursos”, na terminologia de muitos analistas sociais). Por outro lado, há uma relação complexa entre os eventos discursivos particulares (“instâncias” particulares do uso da linguagem) e convenções ou normas subjacentes do uso da linguagem. A linguagem pode, por vezes, ser usada “adequadamente”, com uma aplicação direta das

convenções e aderências a estas, mas não é sempre ou mesmo geralmente usada assim, como as teorias de adequação sugeririam (ver Fairclough, 1992b, para uma crítica dessas teorias).

É importante conceituar as convenções que subjazem os eventos discursivos em termos das *ordens de discurso* (Fairclough, 1989, 1992a), o que os analistas franceses chamam de “interdiscurso” (Pêcheaux, 1982; Maingueneau, 1987). Uma razão para isso é precisamente a complexidade da relação entre o evento discursivo e a convenção, onde os eventos discursivos combinam dois ou mais tipos convencionais de discurso (por exemplo, “o bate papo” na televisão é parcialmente conversa e parcialmente performance: Tolson, 1991), e onde os textos são rotineiramente heterogêneos em suas formas e significados. A ordem do discurso de um domínio social é a totalidade de suas práticas discursivas, e as relações (de complementaridade, inclusão/exclusão, oposição) entre elas – por exemplo nas escolas, as práticas discursivas da sala de aula, da avaliação escrita, da área recreativa, e da sala dos professores. E a ordem do discurso de uma sociedade é o conjunto dessas ordens de discurso mais “locais”, e as relações entre elas (por ex., a relação entre a ordem do discurso da escola e as de casa ou da vizinhança). As fronteiras e segregações entre e dentro das ordens de discurso podem ser pontos de conflito e contestação (Bernstein, 1990), abertas ao enfraquecimento ou fortalecimento, como parte de conflitos e lutas sociais mais amplas (a fronteira entre a sala de aula e a casa ou vizinhança seria um exemplo). A categorização de tipos de prática discursiva – os elementos das ordens do discurso – é difícil e controversa: para os objetivos presentes eu simplesmente distinguirei entre *discursos* (*discursos* como substantivo plural), modos de significar áreas da experiência a partir de uma perspectiva particular (por ex., discursos patriarcais versus feministas da sexualidade), e *gêneros*, usos da linguagem associados com tipos particulares de atividade socialmente ratificados tais como uma entrevista de emprego ou os artigos científicos (ver Kress, 1988, sobre distinção mais aprofundada entre discursos e gêneros).



Por análise “crítica” do discurso quero dizer análise do discurso que visa a explorar sistematicamente relações freqüentemente opacas de causalidade e determinação entre (a) práticas discursivas, eventos e textos, e (b) estruturas sociais e culturais, relações e processos mais amplos; a investigar como essas práticas, eventos e textos surgem de relações e lutas de poder, sendo formados ideologicamente por estas; e a explorar como a opacidade dessas relações entre o discurso e a sociedade é ela própria um fator que assegura o poder e a hegemonia (ver abaixo). Ao me referir à opacidade, estou sugerindo que tais ligações entre o discurso, a ideologia e o poder podem muito bem ser obscuras para aqueles envolvidos, e mais geralmente que a nossa prática social é atada a causas e efeitos que podem não ser aparentes de forma nenhuma (Bourdieu, 1977).<sup>2</sup>

Uso um quadro tridimensional de análise para explorar essas ligações nos eventos discursivos particulares. Cada evento discursivo tem três dimensões ou facetas: é um *texto* falado ou escrito, é uma instância de *prática discursiva* envolvendo a produção e a interpretação do texto, e é uma amostra da *prática social*. Essas são as três perspectivas que podem ser levadas em conta, três maneiras complementares de leitura, num evento social complexo. Na análise dentro da dimensão da prática social, meu foco é político, sobre o evento discursivo dentro das relações de poder e dominação. Um traço do meu quadro de análise é que ele tenta combinar uma teoria de poder baseada no conceito de *hegemonia* de Gramsci com uma teoria de prática discursiva baseada no conceito de intertextualidade (mais exatamente, *interdiscursividade* – ver mais abaixo). A conexão entre o texto e a prática social é vista como mediada pela prática discursiva: de um lado, os processos de produ-

---

<sup>2</sup> O pêndulo da moda acadêmica parece estar balançando contra essa visão “ideológica” e a favor de uma ênfase maior na auto consciência e na reflexividade (veja Giddens, 1991). Ao mesmo tempo que aceito a necessidade de alguma correção nessa direção (ver mais sobre a reflexividade abaixo), acredito que esteja direcionada erradamente para abandonar a visão ideológica.

ção e interpretação são formados pela natureza da prática social, ajudando também a formá-la e, por outro lado, o processo de produção forma (e deixa “vestígios”) no texto, e o processo interpretativo opera sobre “pistas” no texto.

A análise do texto é uma análise de forma-e-significado – formulo isto dessa maneira para enfatizar sua interdependência necessária. Como indiquei acima, qualquer texto pode ser tomado como um entrelaçamento dos significados “ideacional”, “interpessoal” e “textual”. Seus domínios são respectivamente a representação e a significação do mundo e da experiência, a constituição (estabelecimento, reprodução, negociação) das identidades dos participantes e as relações sociais e pessoais entre eles, e a distribuição da informação dada versus nova e da informação foco versus aquela de pano de fundo (no sentido mais amplo). Acho útil distinguir duas subfunções da função interpessoal: a função de “identidade” – o texto na constituição das identidades pessoais e sociais – e a função “relacional” – o texto na constituição das relações. A análise desses significados entrelaçados nos textos desce necessariamente até a análise das formas dos textos, incluindo suas formas genéricas (a estrutura geral de, por exemplo, uma narrativa), sua organização dialógica (em termos, por exemplo, de tomadas de turno), relações coesivas entre frases e relações entre as orações em frases complexas, a gramática da oração (incluindo questões de transitividade, modo e modalidade), e o vocabulário. Muito do que está sob o nome de análise pragmática (por ex., análise da força dos enunciados) fica na fronteira entre o texto e a prática discursiva. (Ver Fairclough, 1992a, para um quadro analítico mais detalhado, e ver abaixo para exemplos.)

A análise da prática discursiva tem a ver com aspectos sócio cognitivos (Fairclough, 1985, 1989) da produção e interpretação do texto, em oposição aos aspectos sócio institucionais (discutidos abaixo). A análise envolve tanto a explicação detalhada momento-por-momento de como os participantes produzem e interpretam os textos, o que a análise conversacional e a pragmática fazem muito bem, e a análise que focaliza a relação do

evento discursivo com a ordem do discurso, e a questão de quais práticas discursivas estão sendo usadas e em quais combinações. Meu interesse principal, e preocupação principal neste artigo, é com a última<sup>3</sup>. O conceito de *interdiscursividade* enfatiza a heterogeneidade normal dos textos que são constituídos por combinações de gêneros e discursos diversos. O conceito de interdiscursividade é modelado pelo conceito de *intertextualidade* (Kristeva, 1986), estando estreitamente relacionado com este; assim sendo, ele enfatiza uma visão histórica dos textos como transformadores do passado – convenções existentes, ou textos anteriores – no presente.

A análise do evento discursivo como prática social pode se referir a níveis diferentes da organização social – o contexto da situação, o contexto institucional, e o contexto societal mais amplo ou “contexto da cultura” (Malinowski, 1923; Halliday e Hasan, 1985). As questões de poder e ideologia (sobre ideologia, ver Thompson, 1990) podem aparecer em cada um dos três níveis. Acho útil pensar sobre o discurso e o poder em termos de hegemonia (Gramsci, 1971; Fairclough 1992a), tanto porque o controle sobre as práticas discursivas pode ser visto de modo utilitário em termos de luta hegemônica sobre as ordens de discurso, quanto porque a hegemonia e a luta hegemônica num sentido mais amplo podem envolver o discurso num grau substancial. Por exemplo, a incitação de(o) Thatcher(ismo) à hegemonia política na Grã-Bretanha foi conduzida até um ponto significativo no discurso e sobre as práticas discursivas (Hall, 1988; Fairclough, 1989). A hegemonia é um objetivo mais ou menos parcial e temporário, um “equilíbrio instável” que é um foco de luta, aberto à desarticulação e à rearticulação. Essa me parece ser também não uma descrição inadequada de uma ordem de discurso, que pode ela própria ser vista como um domínio de hegemonia

---

<sup>3</sup> As duas não são, é claro, independentes. A natureza dos processos detalhados de produção e interpretação em casos particulares depende de como a ordem do discurso está sendo usada. Ver Fairclough (1992a:18-19) para uma discussão crítica da análise conversacional nestes termos.

cultural potencial. As possibilidades provavelmente ilimitadas da criatividade na prática discursiva sugeridas pelo conceito de interdiscursividade – uma combinação e recombinação infundáveis de gêneros e discursos – são, na prática, limitadas e restritas pelo estado de relações hegemônicas e luta hegemônica. Onde, por exemplo, há uma hegemonia relativamente estável, as possibilidades de criatividade são provavelmente fortemente restritas. Por exemplo, pode-se desenhar um contraste grosseiro entre a dominação da interação entre os gêneros pelas práticas normativas nos anos cinquenta, e a explosão criativa de práticas discursivas associadas com a contestação feminista da hegemonia masculina nos anos setenta e oitenta.

Esta combinação de hegemonia e interdiscursividade em meu quadro para análise crítica do discurso é concomitante com uma orientação forte para a mudança histórica: para as mudanças de práticas discursivas e seu lugar dentro de processos mais amplos de mudança social e cultural. A mudança histórica deve, a meu ver, ser o foco e preocupação primeira da análise crítica do discurso, se é que ela é considerada relevante para as grandes questões sociais do nosso dia (ver a próxima seção). A preocupação com a mudança tem uma orientação dupla: de um lado, em direção à especificidade dos eventos discursivos particulares, como tentativas de negociar circunstâncias sócio culturais instáveis e mutantes no meio da linguagem, baseando-se em práticas discursivas e ordens do discurso disponíveis, transformando-as frequentemente; de outro, em direção às ordens do discurso no prazo mais longo, em direção à mudança das práticas discursivas dentro e através dos domínios e instituições sociais como uma faceta da mudança social. A discussão abaixo, da mercantilização do discurso público, especificamente na educação superior, ilustrará a questão.

Pode ser útil para os leitores ter um resumo disponível de alguns dos termos principais introduzidos nas duas últimas seções:

DISCURSO (substantivo abstrato)	uso da linguagem concebido como prática social.
EVENTO DISCURSIVO	instância de uso da linguagem, analisada como texto, prática discursiva, prática social.
TEXTO	a linguagem escrita ou falada produzida num evento discursivo.
PRÁTICA DISCURSIVA	a produção, distribuição e consumo de um texto.
INTERDISCURSIVIDADE	a constituição de um texto a partir de discursos e gêneros diversos.
DISCURSO (substantivo comum)	modo de significar a experiência a partir de uma perspectiva particular.
GÊNERO	uso da linguagem associado com uma atividade social particular.
ORDEM DO DISCURSO	totalidade das práticas discursivas de uma instituição, e as relações entre elas.

## **Linguagem e Discurso na Sociedade Capitalista Tardia**

A análise crítica do discurso tende a ser vista, certamente em muitos departamentos de lingüística, como uma área marginal (e, para muitos, suspeita) de estudo da linguagem. Entretanto, ela deve, a meu ver, estar no centro de uma disciplina de lingüística reconstruída, a teoria propriamente social da linguagem recentemente conclamada por Kress (1992). Meu primeiro objetivo nesta seção é sugerir que o forte apoio para esta posição vem de uma análise do “estado” da linguagem e do discurso (isto é, de “ordens do discurso”) nas sociedades contemporâneas: se os estudos da linguagem devem ligar-se às atualidades do uso contemporâneo da linguagem, deve haver uma virada social, crítica e histórica. Um segundo objetivo é preencher o contexto mais

amplo dos processos de mercantilização do discurso público discutido na próxima seção.

Minha premissa nesta seção é que a relação entre o discurso e as outras facetas do social não é uma constante trans-histórica mas uma variável histórica, de forma que há diferenças qualitativas entre as épocas históricas diferentes no funcionamento social do discurso. Há também continuidades inevitáveis: estou sugerindo não uma disjunção radical entre, digamos, a sociedade pré-moderna, a moderna e a “pós-moderna”, mas mudanças qualitativas no “dominante cultural” (Williams, 1981)<sup>4</sup> com relação às práticas discursivas, isto é, na natureza das práticas discursivas que têm mais proeminência e impacto numa época particular. Vou me referir abaixo particularmente à Grã-Bretanha, mas uma ordem de discurso *global* está emergindo, e muitas das características e mudanças têm um caráter quase internacional.

As investigações de Foucault (1979) da mudança qualitativa na natureza e funcionamento do poder entre as sociedades pré-modernas e modernas são sugestivas de alguns dos traços distintivos do discurso e linguagem das sociedades modernas. Foucault mostra como o “biopoder” moderno está nas tecnologias e técnicas de poder que estão encaixadas dentro das práticas mundanas das instituições sociais (por ex., escolas ou prisões), e são produtivas de sujeitos sociais. A técnica do “exame”, por exemplo, não é exclusivamente lingüística mas é substancialmente definida pelas práticas discursivas – gêneros – tais como as da consulta/exame médico e várias outras variedades de entrevista (Faiclough, 1992a). Certos gêneros institucionais chave, tais como a entrevista, mas também o mais recente aconselhamento, estão entre as características mais proeminentes das ordens de discurso da sociedade moderna. O discurso nas sociedades modernas, em oposição ao discurso nas sociedades pré-modernas, caracteriza-se por ter o papel distintivo e mais importante na constituição e reprodução das relações de poder e identidades sociais que essa requer.

---

<sup>4</sup> Estou usando esse termo bem mais frouxamente que Williams, para quem a cultura dominante, emergente e oposicional está ligada às classes dominantes, emergentes e oposicionais. Ver Wernick (1991:183-4) para discussão pertinente.

Essa descrição foucauldiana de poder na modernidade também confere sentido à ênfase, na teoria social, na ideologia do século vinte como o meio chave através do qual as relações sociais de poder e dominação são mantidas (Gramsci, 1971; Althusser, 1971; Hall, 1982), na normalidade do senso comum das práticas mundanas como a base para a continuidade e a reprodução das relações de poder. E Habermas (1984) dá um desvio dinâmico e histórico à análise do discurso da modernidade através de seu postulado de uma colonização progressiva da “vida mundial” pela economia e estado, envolvendo um deslocamento das práticas “comunicativas” pelas práticas “estratégicas”, que incorporam uma racionalidade (moderna) puramente instrumental. O processo é bem ilustrado, por exemplo, nos modos pelos quais o discurso de propaganda e promocional tem colonizado muitos dos domínios novos da vida nas sociedades contemporâneas (ver mais abaixo e na próxima seção).

Não devo omitir desta breve revisão de linguagem e discurso na modernidade fenômenos de padronização, que estão intimamente ligados com a modernização; um traço do moderno é a unificação da ordem do discurso, do “mercado lingüístico” (Bourdieu, 1991), através da imposição de linguagens padrão no nível do Estado-nação.

Muitas dessas características da sociedade moderna ainda estão evidentes nas sociedades contemporâneas “capitalistas tardias” (Mandel, 1978), mas há também certas mudanças significativas afetando as ordens de discurso contemporâneas; assim, elas manifestam uma mistura de traços modernistas e o que alguns analistas (Jameson, 1984; Lash, 1990) caracterizam como traços “pós-modernos”. A identificação de traços “pós-modernos” da cultura é difícil e necessariamente controversa na esfera do discurso bem como em outras esferas. No que se segue, vou me basear, muito seletivamente, em duas descrições recentes da cultura contemporânea, como a da “modernidade tardia” (ver Giddens, 1991, e a discussão relacionada da “sociedade de risco” em Beck, 1992) e a da “cultura promocional” (ver Wernick, 1991, e Featherstone, 1991, sobre a “cultura de consumo”), para

tentar identificar três conjuntos de desenvolvimentos interligados nas práticas discursivas contemporâneas.

1. *A sociedade contemporânea é "pós-tradicional"* (Giddens, 1991). Isso significa que as tradições têm de ser justificadas em relação a possibilidades alternativas ao invés de dadas como certas; que as relações públicas baseadas automaticamente na autoridade estão em declínio, como as relações pessoais baseadas nos direitos e deveres, por exemplo, do parentesco; e que a auto identidade das pessoas, ao invés de ser um traço de posições e papéis determinados, é construída reflexivamente através de um processo de negociação (ver também [3] abaixo). As relações e identidades, portanto, precisam ser cada vez mais negociadas através do diálogo, uma abertura que envolve possibilidades maiores que as relações e identidades fixas da sociedade tradicional, mas também riscos maiores.

Uma consequência da natureza cada vez mais negociada das relações é que a vida social contemporânea demanda capacidades dialógicas altamente desenvolvidas. É assim no trabalho, onde tem havido um grande aumento na demanda por "trabalho emocional" (Hochschild, 1983), e conseqüentemente por trabalho comunicativo, como parte da expansão e transformação do setor de serviço. Isso também procede para contatos entre profissionais e públicos ("clientes"), e nas relações com os sócios, parentes e amigos. Essas demandas podem ser uma fonte importante de dificuldade, pois nem todos podem facilmente atendê-las; há um notável foco novo no treinamento de "habilidades comunicativas" na interação face a face ou grupal na área de educação da linguagem.

Isso fornece um quadro dentro do qual podemos fazer sentido do processo de "informalização" (Wouters, 1986; Featherstone, 1991) que tem ocorrido desde os anos sessenta em seu aspecto especificamente discursivo, que eu tenho chamado de "conversacionalização" do discurso público (Fairclough, 1992a, no prelo)<sup>5</sup>. A conversacionalização é um traço marcante

---

<sup>5</sup> Wouter (1986), entretanto, vê a informalização e a formalização como fenômenos cíclicos, sugerindo uma nova onda de formalização desde os anos setenta.



e abrangente das ordens contemporâneas do discurso. De um lado, pode ser vista como uma colonização do domínio público pelas práticas do domínio privado, uma abertura das ordens públicas do discurso para as práticas discursivas que todos podemos atingir e não apenas a elite e as práticas tradicionais exclusivas do domínio público; sendo, portanto, um assunto de acesso mais aberto. Por outro lado, ela pode ser vista como uma *apropriação* das práticas do domínio privado pelo domínio público; a infusão de práticas que são necessárias em locais públicos pós-tradicionais para os processos complexos de negociação das relações e das identidades acima aludidas. A ambivalência da conversacionalização vai mais além: ela é freqüentemente uma “personalização sintética” associada com os objetivos do discurso (ver [3] abaixo) e ligada a uma “tecnologização” do discurso (ver [2] abaixo).

2. *A reflexividade, no sentido do uso sistemático do conhecimento sobre a vida social para organizá-lo e transformá-lo, é um traço fundamental da sociedade contemporânea* (Giddens). Na sua forma distintiva e contemporânea, a reflexividade está ligada ao que Giddens chama de *sistemas de especialidades*: sistemas constituídos por especialistas (tais como médicos, terapeutas, advogados, cientistas e técnicos) com conhecimento técnico altamente especializado do qual somos todos cada vez mais dependentes. A reflexividade e os sistemas de especialidades até “se estendem para o centro do ser” (Giddens, 1991:32): com o fim dos papéis determinados e as posições deixadas de lado nas práticas tradicionais, a construção da auto identidade é um projeto reflexivo, envolvendo o recurso a sistemas de especialidades (por ex., terapia ou aconselhamento).

As próprias práticas discursivas são um domínio da especialização e da reflexividade. Escrevi anteriormente (Fairclough, 1992a) sobre a “tecnologização do discurso” que pode ser entendida, nos termos de Giddens, como a constituição de sistemas de especialidades cujo domínio são as práticas discursivas das instituições públicas em particular. A tecnologização do discurso combina a pesquisa em práticas discursivas existentes, o redelineamento dessas práticas de acordo com critérios de eficá-

cia institucional e treinamento das novas práticas. Os exemplos seriam o trabalho dos psicólogos sociais em “treinamento de habilidades”, focalizando, por exemplo, a condução de entrevistas de emprego (Argyle, 1978), ou de especialistas e consultores de administração (por ex., Margerison, 1987). Suspeito que a tecnologização do discurso seja mais amplamente experimentada sob a forma de imposição de cima para baixo das novas práticas discursivas pelas organizações a seus membros. Por exemplo, muitos trabalhadores em indústrias de serviço, cujo trabalho tem um caráter emocional, têm experimentado tais tentativas institucionais de ditar como eles devem interagir com os membros do público. Dois livros recentes de Tannen (1986, 1991), sobre interação através dos gêneros, entre parceiros em relações pessoais, ilustram a emergência da especialização nessa área numa forma que está diretamente disponível para os indivíduos na construção das identidades pessoais.

3. *A cultura contemporânea tem sido caracterizada como cultura “promocional” ou “de consumo”* (Wernick, 1991; Featherstone, 1991)<sup>6</sup>. Essas designações apontam para as conseqüências culturais da mercantilização e da comodificação – a incorporação de novos domínios no mercado de bens de consumo (por ex., as “indústrias de cultura”) e a reconstrução geral da vida social numa base mercadológica – e de uma mudança relativa na ênfase, dentro da economia, da produção para o consumo. O conceito de cultura promocional pode ser entendido em termos discursivos como a generalização da promoção como função comunicativa (Wernick, 1991:181) – o discurso como um veículo para a “venda” de bens de consumo, serviços, organizações, idéias ou pessoas – através das ordens de discurso.

As conseqüências da generalização da promoção para as ordens de discurso contemporâneas são bastante radicais. Primeiramente, há uma reestruturação extensiva de fronteiras entre as ordens de discurso e entre as práticas discursivas; por exemplo, o gênero de propaganda de consumo tem colonizado as ordens

---

<sup>6</sup> A discussão aqui baseia-se fortemente em Wernick (1991) bem como em Fairclough (1989).

de discurso do serviço profissional e público em escala maciça, gerando muitos gêneros híbridos parcialmente promocionais (tais como o gênero dos prospectos universitários contemporâneos discutidos na próxima seção). Em segundo lugar, há uma instrumentalização ampla das práticas discursivas, envolvendo a subordinação do sentido a um efeito instrumental, bem como a manipulação do sentido visando a este efeito. Em Fairclough (1989), por exemplo, discuti a “personalização sintética”, a simulação, nos locais institucionais, da comunicação pessoa a pessoa na conversa diária (vale lembrar a discussão da conversacionalização em [1] acima). Esse é um caso da manipulação do sentido interpessoal para um efeito estratégico e instrumental.

Em terceiro lugar e mais profundamente, como também mais contenciosamente, há uma mudança no que Lash (1990) chama de “modo de significação”, a relação entre o significante, o significado e o referente. Um aspecto disso é a mudança na relativa proeminência das modalidades semióticas diferentes: a propaganda, por exemplo, tinha passado por uma alteração bem documentada em direção a uma dependência maior de imagens visuais à custa relativa da semiose verbal. Mas sugiro que há também uma alteração significativa do que se pode chamar significação-com-referência para significação-sem-referência: na primeira, há uma relação de mão tripla entre os dois “lados” do signo (significante, significado) e um objeto real (evento, propriedade, etc.) no mundo; na última não há objeto real, apenas a constituição de um “objeto” (significado) no discurso. É claro que a possibilidade de ambas as formas de significação está inerente na língua, mas pode-se, apesar disso, traçar sua relativa proeminência comparativa em tempos e lugares diferentes.

A colonização do discurso pela promoção pode também ter efeitos patológicos importantes nos sujeitos, e implicações éticas importantes. Estamos, é claro, todos constantemente sujeitos ao discurso promocional, a ponto de haver um problema sério de confiança: posto que muito do nosso meio ambiente discursivo é caracterizado por um intenção promocional mais ou menos aberta, como podemos ter certeza do que é autêntico?

Como, por exemplo, sabemos quando a conversa amigável não é só simulada para um efeito instrumental?<sup>7</sup> Esse problema de confiança compõe-se do significado que têm para a construção reflexiva da auto identidade as escolhas feitas entre os “estilos de vida” projetados em associação com a promoção de bens de consumo. Mas as conseqüências patológicas vão mais fundo; é cada vez mais difícil não se envolver em promoção, porque muitas pessoas têm de fazê-lo como parte de seu trabalho, mas também porque a auto promoção está se tornando parte integrante da auto identidade (ver [1] acima) nas sociedades contemporâneas. O alastramento colonizante do discurso promocional produz, assim, problemas sérios para o que poderíamos razoavelmente chamar de ética da linguagem e discurso.

Isso é, vale repetir, uma tentativa de identificação das mudanças nas práticas discursivas e sua relação com as mudanças sociais e culturais maiores. Apesar disso, espero que este esboço dê, de fato, alguma idéia dos aspectos da “questão da linguagem” como experiência da sociedade contemporânea. Se esta descrição tiver convicção, então seria vital que as pessoas tivessem mais cuidado e ficassem mais auto conscientes da linguagem e do discurso. Entretanto, os níveis de consciência são na verdade muito baixos. Poucas pessoas têm pelo menos uma metalinguagem elementar para falar e pensar sobre tais questões. Sugiro que uma consciência crítica da linguagem e das práticas discursivas deve se tornar um pré-requisito para a cidadania democrática, e uma prioridade urgente para a educação lingüística já que a maioria da população (certamente na Grã-Bretanha) está longe de tê-la alcançado (ver Clark et al. 1990, 1991; Fairclough, 1992b). Há um papel e uma oportunidade importantes aqui para os estudos aplicados da linguagem; entretanto, estes não serão capazes de assumi-lo a menos que haja a virada crítica, social e histórica que estou demandando.

---

<sup>7</sup> Uma outra questão é se as práticas que são amplamente simuladas não são por esse motivo desvalorizadas de modo geral.

## **A Mercantilização do Discurso Público: as Universidades**

Nesta seção vou referir-me a um caso particular e a textos específicos a fim de ilustrar a posição teórica e o quadro analítico estabelecido nas duas primeiras seções, tornando, ao mesmo tempo, mais concreta a descrição bastante abstrata das práticas discursivas contemporâneas da seção anterior. O caso que vou focalizar é a mercantilização das práticas discursivas nas universidades britânicas contemporâneas;<sup>8</sup> estou me referindo à reestruturação da ordem do discurso no modelo de organizações de mercado mais centrais. Ao que parece, pode parecer excessivamente introspectivo para um acadêmico analisar universidades como exemplo de mercantilização, mas não acredito que seja; as mudanças recentes que afetam a educação superior são um caso típico e, sem dúvida, um bom exemplo de processos de mercantilização e comodificação no setor público em geral.

A mercantilização das práticas discursivas das universidades é uma dimensão da mercantilização da educação superior num sentido mais geral. As instituições de educação superior vêm cada vez mais operando (sob pressão do governo) como se fossem negócios comuns competindo para vender seus bens de consumo aos consumidores.<sup>9</sup> Essa não é uma simulação. Por exemplo, demanda-se que as universidades levantem uma proporção crescente de seus fundos de fontes particulares e, cada vez mais, submetam propostas competitivas para aquisição de recursos (por ex., para aceitar grupos adicionais de alunos em áreas particulares de interesse). Mas as universidades são diferentes de negócios reais de muitas maneiras – muito de seus recursos, por exem-

---

<sup>8</sup> À época em que escrevo este artigo, a divisão binária entre as universidades e as politécnicas está sendo dissolvida. Vou me referir abaixo às ex-politécnicas como “universidades novas” e às outras como “universidades mais antigas”.

<sup>9</sup> A descrição deste parágrafo origina-se do trabalho colaborativo com Susan Condor, Oliver Fulton e Celia Lury. Este artigo é parte do nosso estudo interdisciplinar, a longo prazo, de formas organizacionais mutantes, práticas discursivas e identidades sociais e profissionais na educação superior.

plo, ainda é derivado das verbas governamentais. Entretanto, as instituições estão fazendo mudanças organizacionais importantes que estão de acordo com um modo mercadológico de operação, tais como a introdução de mercado “interno” ao tornar os departamentos financeiramente mais autônomos, o uso de abordagens “gerenciais” em, por exemplo, avaliação e treinamento de pessoal, a introdução de planejamento institucional, e a maior atenção que é dada ao mercado. Tem havido também pressão para os acadêmicos verem os alunos como “clientes” e dedicarem mais energias ao ensino e ao desenvolvimento de métodos de ensino centrados no aprendiz. Essas mudanças têm sido vistas como requisitos de novas qualidades e habilidades dos acadêmicos e, na verdade, de uma transformação do seu sentido de identidade profissional. A instância e constituição desses acadêmicos faz-se através de práticas e comportamento que mudaram em vários níveis, incluindo as práticas discursivas, embora essas mudanças tenham sido impostas de cima para baixo no pessoal acadêmico e nos estudantes e a extensão do seu efeito real esteja aberta ao debate (ver mais abaixo).

No que se segue, gostaria de tomar a discussão da cultura “promocional” de (3) na seção anterior. Sugiro que as práticas discursivas (ordem do discurso) da educação superior estão em processo de transformação através da proeminência crescente dentro da educação superior da promoção como função comunicativa. Esse desenvolvimento está intimamente entrelaçado com a emergência dos traços pós-tradicionais (ver [1] na seção anterior), e eu investigo, em particular, focalizando as práticas discursivas, duas questões interligadas: (a) O que está acontecendo com a autoridade das instituições acadêmicas e dos acadêmicos e com as relações de autoridade entre acadêmicos e alunos, instituições acadêmicas e o público, etc.? (b) O que está acontecendo com as identidades profissionais dos acadêmicos e com as identidades coletivas das instituições?<sup>10</sup> Isso envolve uma ênfase

---

<sup>10</sup> O foco tríplice sobre as mudanças do mercado, da autoridade, e da auto identidade caracteriza abrangentemente muito do trabalho do Centro de Estudo de Valores Culturais, de Lancaster, do qual sou membro. Baseio-me aqui particularmente numa formulação recente de Russel Keat.

nas dimensões interpessoais da forma/significado textual (vale lembrar a discussão da multifuncionalidade da linguagem e do discurso na primeira parte); refiro-me, em particular, a quatro exemplos que são parcialmente e, é claro, muito seletivamente representativos da ordem do discurso da universidade contemporânea: anúncios impressos de cargos acadêmicos (Exemplo 1), materiais do programa de uma conferência acadêmica (Exemplo 2), um currículo vitae acadêmico (Exemplo 3), e textos de prospectos de cursos de graduação (Exemplo 4) – ver o Apêndice para os exemplos. Vou me basear no quadro analítico esboçado anteriormente.

### *Exemplo 1: Anúncios*

Meu primeiro exemplo consiste de três anúncios para cargos acadêmicos que apareceram no *Suplemento de Educação Superior* do jornal *Times* em 22 de maio de 1992. Os anúncios das universidades mais novas (até o verão de 1992, as politécnicas) e das universidades mais antigas em geral seguem padrões bem distintos quando são escritos. O Exemplo 1 é um anúncio típico de universidade mais nova; o Exemplo 2 é típico de universidade mais antiga, embora, como mostra o Exemplo 3, há tipos intermediários e incursões do modelo da universidade mais nova no modelo mais tradicional. (Será interessante ver como as práticas evoluem durante alguns dos primeiros anos de sistema pós-binário.) A análise focaliza o Exemplo 1 e em grau menor o Exemplo 2. Apresento minha análise aqui de acordo com o quadro tridimensional introduzido anteriormente, mas (por razões de espaço) sou menos sistemático ao discutir meus outros exemplos.

*Prática Discursiva.* O Exemplo 1 é interdiscursivamente complexo, articulando uma variedade de gêneros e discursos, incluindo elementos de propaganda e outros gêneros promocionais. É uma ilustração de um dos traços das práticas discursivas promocionalizadas que identifiquei na seção anterior – a geração de novos gêneros híbridos, parcialmente promocionais. Um elemento promocional óbvio é a presença de traços do gênero de anúncio de bens de consumo, realizado textualmente, por exem-

plo, na “chamada” (*Make an impact on the Next Generation*) e na personalização do leitor (*you*) e da instituição (*we*). A respeito deste último traço, o anúncio simula o gênero conversacional, o que é também, portanto, parte da “mistura” interdiscursiva. Além dos elementos gerais de propaganda de bens de consumo, há elementos do gênero de propaganda prestigiosa ou de corporação, incluindo os argumentos auto promocionais do início (*With our reputation...*) e a logomarca. Parte do material auto promocional baseia-se no gênero narrativo; a seção sob o título *School of Engineering*, por exemplo, pode ser interpretada como uma estória (simples) sobre o impacto da instituição sobre a próxima geração. Um discurso de qualidades pessoais também é um elemento da mistura interdiscursiva (por ex., *with your ambition, energy*), como é um discurso de administração (educacional), realizado textualmente, de modo mais visível, nas nominalizações tais como *teaching excellence, expertise, a dynamic, forward-looking environment*. Há também, é claro, elementos do gênero e discurso mais tradicionais de anúncios de emprego (por ex., *Application forms and further details are available from the address below. Ref. 40/92*).

*Texto.* Início com comentários mais gerais sobre os significados interpessoais contrastantes dos Exemplos 1 e 2, para continuar com uma discussão mais detalhada de suas realizações textuais.

A identidade institucional projetada no Exemplo 2 é impessoal, distante, estabelecida (num sentido que explico abaixo) e conservadora. A voz institucional é a da universidade tradicional. A instituição proclama autoridade apenas em relação ao cargo e suas condições e procedimentos de candidatura. Não há tentativa de projetar uma identidade profissional específica para o candidato potencial. Significados interpessoais muito similares estão presentes naquelas partes do Exemplo 1 que se baseiam no gênero e discurso tradicionais de anúncios acadêmicos (por ex., *Application forms and further details are available from the address below*), mas o exemplo é caracterizado por significados interpessoais contraditórios de acordo com sua mistura interdis-



cursiva complexa, e seus significados interpessoais mais proeminentes baseiam-se nos elementos dominantes, promocionais e auto-promocionais daquela mistura. A identidade institucional predominante projetada é personalizada e assertiva (auto-promocional). Enquanto a identidade da instituição no Exemplo 2 é dada como estabelecida e determinada, há um sentido óbvio em que o Exemplo 1 está construindo ativamente uma identidade institucional. Novamente, não só uma identidade profissional para a candidatura potencial é estabelecida no texto em contraste com o Exemplo 2, mas ela também está sendo construída ativamente em partes do texto que versam sobre as qualidades de um candidato bem sucedido (por ex., *With your ambition, energy and expertise, you will be committed to teaching...*). Nessas seções, a instituição está proclamando sua autoridade sobre a identidade dos candidatos (inclusive em termos do que são tradicionalmente vistas como qualidades pessoais), bem como, em outro trecho, (como no Exemplo 2) sobre o cargo, suas condições e procedimentos de candidatura. A personalização tanto da instituição (*we*) como dos leitores (*you*), e a direção individualizada a candidatos potenciais (é *you* no singular e não no plural), simulam uma relação conversacional e, portanto, relativamente pessoal, informal, solidária e igual entre a instituição e o candidato potencial, com outros traços (ver abaixo) reforçando isso.

A realização desses sentidos interpessoais envolve a análise do texto em várias dimensões. A *estrutura genérica* do Exemplo 2 segue a do anúncio tradicional de cargos acadêmicos: um título identificando a instituição, a seguir o título principal dando o nome do cargo, a seguir detalhes do cargo e salário, seguidos do procedimento para candidatar-se. O Exemplo 1 é híbrido, mostrando evidência de três elementos em sua mistura interdiscursiva: anúncio de bens de consumo, anúncio de prestígio bem como anúncio tradicional de cargos acadêmicos. Faltam os títulos tradicionais e há uma manchete no estilo de propaganda chamativa (embora não de fato no cabeçalho do anúncio) e uma linha de assinatura que identifica a instituição com uma logomarca e um lema bem como seu nome. O corpo do anúncio começa com

uma caracterização promocional da instituição e uma caracterização do candidato adequado para os cargos anunciados. Esses elementos anunciadores e promocionais colocam em primeiro plano os significados interpessoais predominantes identificados acima.

Partes do Exemplo 1 são genericamente estruturadas como narrativas – a seção debaixo do título *School of Engineering* é um exemplo. A estória bastante simples é a do leitor como possível futuro empregado trabalhando na instituição. Esta narrativa não é um traço de anúncios tradicionais de emprego universitário (nem do Exemplo 2), e sua presença aqui está ligada à mudança identificada acima em direção a uma construção discursiva ativa da identidade profissional. Note nessa ligação um traço diferente, bastante estranho de modalidade e tempo, exemplificado aqui em *you will be committed to teaching*, que ocorre várias vezes no exemplo; essa é uma predição potencialmente ameaçadora da face sobre a ética profissional bem como o comportamento do empregado potencial, com o verbo modal (*will*) marcando um alto nível de compromisso com a proposição que, entretanto, perde seu caráter ameaçador da face no cenário imaginário retratado na narrativa. Embora a estória seja, como eu disse, bem simples, ela é mais elaborada do que suas míseras duas frases sugeririam. Essas frases narrativas têm uma forma de complexidade que não se encontra em anúncios acadêmicos tradicionais. Ambas contêm várias orações subordinadas e ambas têm sintagmas preposicionados introduzidos por *with* que contêm proposições pressupostas. No todo, há sete proposições nessa narrativa (de forma abreviada; *we have a reputation, we are making an impact, you can help, you have ambition, etc., you will be committed to teaching, you will enjoy the advantage of our links, you will add to your reputation and ours*). Note que a oração paratática ligada com um travessão à frase 1 – *and you can help*) evoca um estilo conversacional que dá um toque de informalidade à relação pessoal entre a instituição e o candidato potencial.

Passando para a *gramática da oração*, gostaria de comentar os traços de *modalidade, modo e transitividade* (Halliday,

1985), nesta seqüência. A autoridade da instituição com relação ao cargo, suas condições e procedimento de candidatura no Exemplo 2, é parcialmente realizada nos traços de modo e modalidade. As orações são, é claro, declarativas, com modalidades epistêmicas (ou de “probabilidade”) de grau alto, tais como *the post is available* ou *salary will be...* Há também um exemplo de modalidade deôntica (de “obrigatoriedade”) (*applications should be lodged*), e um caso (*further particulars may be obtained*) de ambivalência entre modalidade epistêmica e deôntica (misturando “possibilidade” com “permissão) que é característico desse discurso. O Exemplo 1 tem vários exemplos de modo imperativo (*make an impact on the next generation, please send for an application form*) que estão de acordo com a relação personalizada entre instituição e audiência apontada acima. Como no Exemplo 2, a autoridade da instituição é marcada através de modalidades epistêmicas de grau alto. Entretanto, as modalidades de obrigatoriedade explícita estão ausentes. Notei acima a freqüência de orações com o auxiliar modal *will* marcando futuro mais modalidade epistêmica de grau alto. Essas estão, em alguns casos, colocadas em narrativas simples mas desenvolvidas, como tenho indicado, mas não é sempre assim: o anúncio parece dar geralmente ao candidato potencial o papel imaginário de futuro empregado. Mas note que essas orações (por ex., *for all the above posts you will ideally have industry-related experience*) fornecem *alternativas* a orações de obrigatoriedade (tais como *you should have industry-related experience*), nas quais os significados de obrigação podem ser transformados em pano de fundo. Isso está de acordo com a relação personalizada, solidária e igual proclamada entre a instituição e o candidato potencial que eu descrevi acima. Tem a mesma função a colocação em primeiro plano da atividade do candidato potencial nessas orações (e também, por exemplo, em *you can help*, com um verbo modal ambivalente entre “possibilidade” e “habilidade”). Embora nos leve além da modalidade para a pragmática e os atos de fala, gostaria de apontar aqui a freqüência das orações que fazem proclames sobre a instituição (por ex., *The School of Engineering is*

*renowned for its innovative work...*), que realizam a identidade institucional auto construtiva e auto promocional à qual tenho me referido.

Em termos de transitividade, há dois traços do Exemplo 2 que contribuem para suas qualidades de impessoalidade: as passivas e as nominalizações. Ambos são ilustrados na frase de abertura: *Applications are invited for a Lectureship*. O verbo na passiva não tem agente, assim, a instituição não está presente na gramática da superfície, e à nominalização (*applications*) também falta um agente, de tal forma que o candidato potencial também está ausente. Há elementos desse estilo impessoal no Exemplo 1 (por ex., *applications from this group are particularly welcomed*) mas eles não são proeminentes.

Há muitas questões que devem ser feitas sobre o vocabulário desses exemplos, mas farei apenas duas. A primeira, o vocabulário que soa formal e ligeiramente arcaico no Exemplo 2 (*thereafter, particulars, lodged*) está de acordo com a impessoalidade ou distância da identidade institucional estabelecida. Vocabulário desse tipo não está presente no Exemplo 1. Ao contrário (e essa é a segunda questão), o Exemplo 1 usa um vocabulário e colocações de administração educacional (*teaching excellence, expertise, forward-looking environment, progressive research, research and consultancy*), bem como um vocabulário de qualidades e habilidades pessoais. Da perspectiva da prática discursiva, esses vocabulários pertencem a discursos separados que eu identifiquei anteriormente como pertencentes a uma mistura interdiscursiva. Penso que a apropriação desses discursos é parte do processo de construção de uma nova identidade de corporação para a instituição de ensino superior.

*Prática Social.* As observações sobre a mercantilização das universidades no início dessa seção são parte de uma prática social mais ampla dentro da qual esses exemplos de discurso estão localizados. Também é relevante que esses exemplos apareceram num período de transição entre o anúncio da abolição da divisão binária entre as politécnicas (referidas acima com as universidades “mais novas”) e as universidades (“mais antigas”), e

sua implementação total. Há muitos fatores históricos relevantes aqui. Por exemplo, tem havido ligações particularmente fortes entre as universidades mais novas e os negócios, e as politécnicas eram, em sua concepção, mais orientadas vocacionalmente que as universidades, embora elas também tenham desenvolvido muitos cursos que são como os cursos da universidade tradicional. O Exemplo 1 ilustra um tipo de anúncio de emprego encontrado amplamente para cargos de negócios. Por exemplo, uma pesquisa rápida do jornal *The Guardian* enquanto escrevo este artigo mostra que a grande maioria de anúncios de cargos do mercado parecem o do Exemplo 1 mais que o do Exemplo 2 em termos dos tipos de traços discutidos acima. Um desdobramento que está em questão aqui, portanto, parece ser a quebra da fronteira entre as ordens do discurso da educação superior e dos negócios com relação a anúncio, e uma colonização da primeira pela segunda. Isso pode ser interpretado como uma manifestação discursiva bem particular dos processos da mercantilização da educação superior mencionados acima. Como mostra o Exemplo 3, essa colonização do discurso acadêmico afeta as universidades mais antigas também, embora haja à época uma correlação bem clara entre os dois tipos de anúncios e as universidades mais antigas e mais novas. Penso que esse caso é interessante em termos das lutas para reestruturar a hegemonia dentro da ordem de discurso da educação superior. No momento, há nessa área específica de prática discursiva duas ordens de discurso que ainda não foram unificadas. Minha previsão é de que, com o fim das divisões entre os tipos institucionais, seja altamente improvável que a situação persista. Será interessante ver se e como as duas ordens do discurso começam a se unificar, e se e como se desenvolverá uma luta em torno da prática de anúncio tradicional ilustrada pelo Exemplo 2 e a prática nova, interdiscursivamente complexa ilustrada pelo Exemplo 1. Uma questão significativa no monitoramento dos desenvolvimentos será monitorar as mudanças nos processos e rotinas de esboço e produção de anúncios; será interessante também monitorar as respostas de candidatos potenciais aos diferentes estilos de anúncios.

*Exemplo 2: Materiais de Programa; Exemplo 3: Curriculum Vitae*

Quero me referir, bem mais sucintamente e sem usar sistematicamente o quadro tridimensional de análise, a dois dos meus outros exemplos, como instâncias adicionais da incursão da promoção e da auto promoção na ordem do discurso da educação superior e da reconstrução das identidades da corporação e do profissional individual, respectivamente.

*Exemplo 2.* O primeiro é um “pacote” oferecido a participantes de uma conferência acadêmica de um dia, realizada recentemente na Universidade de Lancaster.<sup>11</sup> A conferência era um evento altamente prestigioso com dois dos sociólogos mais proeminentes da Europa como principais palestrantes. O “pacote” consistia de:

1. uma descrição breve do tópico, participação e organização da conferência;
2. um programa;
3. uma página de notas sobre os “participantes de plataforma”, seus cargos acadêmicos, publicações e outras distinções;
4. uma página sobre o centro de pesquisa que co-organizou a conferência, sua história, pessoal, atividades de pesquisa, relações com outras organizações;
5. uma lista de sete páginas, de formato bem espaçado, de participantes com suas instituições, divididos em participantes externos e participantes de Lancaster;
6. um formulário de avaliação da conferência.

Conferências desse tipo são cada vez mais usadas como meio de promover as organizações acadêmicas, bem como de serem motivadas por razões acadêmicas mais convencionais, sendo esse exemplo, creio eu, bem típico da tendência. Enquanto (a)

---

<sup>11</sup> Conferência sobre “A Sociedade de Risco: A Modernidade e O Meio Ambiente”, em 29 de maio de 1992, na Universidade de Lancaster.

e (d) são os elementos promocionais mais óbvios, poder-se-ia argumentar que mesmo (e) tem uma função promocional ao usar um *layout* bem espaçado para sublinhar o contingente de participantes distintos da conferência. Veja o conteúdo de (a):

Esta conferência de um dia liga o corpo crescente de pensamento sociológico sobre Risco na Sociedade (como os de estudos recentes de teóricos sociais tais como Giddens, Beck, Baumann e outros), com o fenômeno da preocupação ambiental mundial e da mudança cultural. Foi planejada para ter ligação com a primeira publicação iminente, em inglês, do famoso livro de Ulrich Beck *Risikogesellschaft* (*The risk society*), umas das obras mais influentes e bem vendidas da sociologia européia pós-guerra.

A conferência juntará sociólogos do Reino Unido e da Europa continental em torno dessas questões pela primeira vez. Ela é organizada conjuntamente pelo Centro para o Estudo da Mudança Ambiental (CSEC) e o Departamento de Sociologia de Lancaster, com o apoio do Conselho de Pesquisa Econômica e Social (ESRC).

É um bom exemplo de uma ambivalência contemporânea abrangente; isso é informação ou promoção? A função promocional parece ter-se tornado mais proeminente (“colonizada”) em uma série inteira de tipos de discurso informativo. O significado (aqui, o ato de dar informação relevante para a conferência) tem primazia ou está subordinado ao efeito (o ato de construir a conferência como um evento altamente significativo na mente dos participantes)? Por exemplo, a informação da frase 2 é, num nível, certamente precisa (o livro de Beck teve uma recepção calorosa e acabou de ser publicado em inglês). Entretanto, por que *iminente* (com seu sentido associativo de pompa) ao invés de *em breve*? Por que *primeira* publicação (deixando implícito, mas só com base num palpite, que haverá outras)? Por que *Ulrich Beck* (se era só *Beck* na frase 1)? Por que não parar em *famoso livro* (que dá informação sobre a recepção do livro), por que acrescentar a oração relativa reduzida (*uma das ... sociologia européia*), especialmente porque os interessados são aqueles que escolheram participar da conferência e, em sua maioria, “sabem” dos acontecimentos? Essa frase em discussão está se *referindo* ao livro e

sua publicação iminente ou, ao invés disso, *construindo* o livro e o evento? Em resumo, essa frase é mais informativa ou tem mais a ver com a promoção do livro (note o substantivo vago – poder-se-ia mesmo dizer eufêmico – *ligação*) e, por conseguinte, implicitamente com a promoção da conferência (se o livro é tão significativo, então, por implicação, é uma conferência onde o autor está falando sobre o tópico do livro)? Como é muito frequente na sociedade contemporânea, o ato de dar informação acontece num contexto onde há um prêmio em se ganhar pessoas, levando-as a ver as coisas de um modo particular. Note a natureza fechada desse trabalho promocional; a conferência está sendo promovida entre seus próprios participantes que constituem uma parte significativa da clientela com poder para dar à instituição o reconhecimento que ela está buscando. Talvez eu devesse acrescentar que suspeito que esses objetivos promocionais não seriam um mistério para a maioria daqueles que participaram; as pessoas que participam dessas conferências parecem geralmente preparadas para viver com objetivos promocionais, limitando-se a comentários irônicos e distantes em particular que sugerem que, para alguns acadêmicos pelo menos, esse trabalho aparentemente necessário sobre a identidade institucional não combina facilmente com seu senso da própria auto identidade profissional.

*Exemplo 3.* O próximo exemplo que quero examinar especificamente em termos da promoção – e mais exatamente da auto promoção – é um excerto de um curriculum vitae (CV). Esses dados são sensíveis por razões óbvias e por isso mesmo usei um excerto de um CV que eu mesmo preparei em 1991 para um comitê de promoções acadêmicas. A forma para submeter CVs a esse comitê é controlada por regras procedimentais que especificam a extensão máxima de um CV e as categorias de informação que ele deve conter, além de exigirem uma “declaração” de não mais que “frente e verso de papel A4”. O excerto que escolhi é um parágrafo da declaração. Diferente do CV em si, o conteúdo da declaração não é especificado nas regras procedimentais. Tive de fazer perguntas informais para descobrir o que era esperado. Pude ver processos anteriores de colegas e recebi conselho



de um colega com experiência de participação no comitê. A partir dessas fontes, conclui que a declaração tinha de ser uma descrição convincente da contribuição do interessado, se possível, a todas as categorias de atividade em dois esquemas de categorização que se sobrepõem: à pesquisa, ensino e administração; e ao departamento, à universidade e à comunidade mais abrangente (esses esquemas de categorização são, na verdade, definidos nas regras procedimentais, embora não especificamente com referência à declaração). O conselho que recebi foi que você tinha de se “vender” para ter qualquer chance de sucesso. O excerto seguinte de um memorando interno, produzido logo depois que eu tinha preparado o processo, dá um senso da sabedoria prevalecente à época:

Para ter sucesso, os departamentos têm de “vender” seus candidatos. Não se pode esperar que o mérito brilhe com sua própria auréola; a auréola já é polida assiduamente! Colocado de outra forma, o que se quer dizer é que se tem de burilar sua proposta para dar uma impressão de excelência total, preferivelmente por um período, com avaliação dos outros.

Isso se estende facilmente para uma ênfase na necessidade de preparação para a proposta bem burilada – por exemplo, é útil ter avaliação favorável de alunos sobre cursos, idealmente por vários anos. A promoção futura pode ser fator significativo no planejamento das atividades atuais de cada um. Veja o excerto:

#### *Contribuições para o Departamento*

Exerci, creio, um papel significativo na liderança acadêmica e administrativa do Departamento durante aproximadamente os oito últimos anos. Fui Chefe de Departamento de 1984 a 1987 e novamente por um semestre em 1990, assumindo uma série de outras responsabilidades incluindo coordenação e admissões aos programas de mestrado e graduação. Ajudei a fundar e atualmente ajudo a dirigir o Centro de Linguagem e Vida Social. Através da minha coordenação do grupo de pesquisa de Linguagem, Ideologia e Poder e de outras atividades, estimulei a pesquisa (por ex., sobre a consciência crítica da linguagem) entre os colegas e

os alunos da pós-graduação, e os ajudei a formar o que agora está sendo reconhecido nacionalmente e internacionalmente como posição e contribuição distintas da Universidade de Lancaster no que diz respeito ao estudo da linguagem e aos problemas de linguagem na sociedade britânica contemporânea. Atualmente estou ajudando a editar uma coleção de artigos do Centro de Linguagem e Vida Social para publicação.

Algumas das propriedades auto promocionais desse excerto são óbvias o suficiente. Há uma série de asserções realizadas como orações com verbos no passado, presente perfeito e presente contínuo e *eu* como sujeito e tema. São asserções que são categóricas em sua modalidade, assertivas positivas sem elementos modalizadores explícitos, embora haja um marcador subjetivo de modalidade na primeira oração (*creio*) que (a) coloca em primeiro plano a base subjetiva de julgamento no parágrafo inteiro, mas também (b) coloca em primeiro plano (pode se dizer bem audaciosamente) a natureza auto promocional da atividade. (Para a terminologia analítica usada aqui, ver Halliday, 1985, e Fairclough, 1992a). Exceto por um processo relacional (*Fui Chefe de Departamento*), todas as orações do excerto contêm processos de ação. Parece que os verbos de processos materiais de ação estão sendo selecionados consistentemente, mesmo onde outros tipos de processos seriam tão congruentes ou mais congruentes com os acontecimentos e as relações relatadas – por exemplo, embora eu seja mesmo um dos co-diretores do Centro de Linguagem e Vida Social, esse centro não é “dirigido” praticamente por ninguém, e eu bem poderia (ou melhor, deveria) ter escrito *atualmente sou membro*. Da mesma forma, *exerci um papel significativo* poderia ter sido *fui parte importante* e *assumi uma série de outras responsabilidades* poderia ter sido *tive uma série de outras responsabilidades*, *ajudei a fundar* poderia ter sido *fui membro fundador*, e por aí afora. Acho que essas mudanças reduziriam o senso de atividade dinâmica veiculado no excerto. Uma escolha lexical digna de nota é *liderança* na primeira frase. A expressão das relações acadêmicas em termos de *liderança* faz parte, na minha opinião, de um discurso empresarial que tem

colonizado a ordem do discurso acadêmico recentemente e que, na verdade, acho extremamente antipática. Em termos das características do discurso promocional discutidas anteriormente, o excerto é muito mais uma significação/construção do seu sujeito/objeto do que uma descrição baseada só no referencial, e o sentido parece estar subordinado ao efeito.

Suponho que vi a preparação da inscrição como um exercício retórico. Quero dizer com isso que eu estava usando conscientemente a linguagem de uma maneira que detesto, brincando com um discurso alienado e parodiando-o, simultaneamente, a fim de “participar das regras do jogo” e convencer o comitê dos meus méritos. Essa é uma descrição bem reconfortante dos eventos, e bastante comum também; o eu fica de fora ou por trás de pelo menos algumas formas de prática discursiva, assumindo-as simplesmente para efeitos estratégicos. Fiquei desconcertado com o processo, mas penso que isso é compatível com a descrição retórica. Há, entretanto, problemas com essa descrição. Em primeiro lugar, ela assume que se tem uma consciência e um controle maiores sobre a prática do que de fato é provavelmente o caso. Por exemplo, enquanto eu estava bem consciente do que estava em jogo ao usar *liderança*, não tive consciência na época da sistematicidade com a qual eu “convertia” todos os processos em ações, embora eu *pudesse* ter tido (e talvez devesse ter tido) – diferente de muitas pessoas, eu tenho o aparato analítico. Mais sério ainda, a descrição retórica subestima a capacidade incorporadora da lógica e dos procedimentos institucionais. Enquanto o acadêmico médio raramente tem contato com comitês de promoções, o contato com outras formas organizacionais cujos procedimentos são baseados na mesma lógica é necessário e constante. Fazer o seu trabalho envolve “conhecer as regras do jogo” (ou de vários jogos ligados), e o que pode parecer mera retórica para conseguir coisas rapidamente e facilmente torna-se parte da identidade profissional de cada um. A auto promoção está talvez se tornando um elemento rotineiro, naturalizado, de várias atividades acadêmicas e de identidades acadêmicas.

#### *Exemplo 4: Prospectos*

Meu exemplo final consiste de excertos dos prospectos dos cursos de graduação da Universidade de Lancaster para os anos de 1967-8 (Excerto 1), 1986-7 (Excerto 2) e 1993 (Excerto 3). Usei parte do texto do curso de Inglês do primeiro e parte dos textos da Lingüística do segundo e terceiro (a Lingüística era ensinada no curso de Inglês em 1967-8). Focalizo as diferenças entre os exemplos de 1993 e 1967-8, incluindo o exemplo de 1986-7 para mostrar um estágio intermediário no desenvolvimento do gênero do prospecto. Uma primeira observação é que os textos mais antigos e mais recentes são pontualmente diferentes em conteúdo. O texto de 1967-8 (Excerto 1) consiste de: (a) aproximadamente metade de uma página sobre o diploma de Bacharel em Inglês, especificamente sobre a visão de estudo do inglês que ele incorpora; (b) uma lista itemizada dos “interesses especiais” do departamento; (c) aproximadamente uma página sobre o conteúdo detalhado do diploma de Bacharel em Inglês. O texto de 1993 (Excerto 3) consiste de (a) um quadro detalhando a política e requisitos de admissão; (b) três parágrafos sobre o departamento – seu pessoal, cursos, ligações acadêmicas, feitos acadêmicos e diretrizes; (c) um tópico separado sobre avaliação; (d) um tópico separado sobre as carreiras dos diplomas; (e) um resumo diagramático de uma página do diploma de graduação em Lingüística; (f) uma fotografia colorida mostrando os alunos aprendendo a usar um espectógrafo. Focalizarei meus comentários novamente nos aspectos de autoridade e identidade.

Vou começar com a análise textual, considerando especificamente os sentidos de exigência e obrigação e suas realizações formais. As seções (a), (c) e (e) do texto de 1993 (requisitos de admissão, avaliação e a estrutura do diploma de graduação) envolvem requisitos definidos pela instituição para os alunos ou candidatos. A maior parte do texto de 1967-8 lida com a estrutura do diploma, deixando os requisitos e a avaliação para outro lugar do prospecto. Os sentidos de obrigação e permissão estão extensiva e abertamente presentes no texto de 1967-8. Há um número razoável de verbos modais auxiliares de obrigação e per-

missão (por ex., *subjects may be offered, each undergraduate will choose, third-year undergraduates must choose, any one course... may be offered*) e outras expressões modais (*second-year undergraduates... are required to take; compare com must take*). A obrigação é expressa tanto na forma lexical quanto na modal (em *no specialization ... is permitted, a very limited concentration ... is allowed*). Em contraposição a isso, embora os sentidos de exigência e obrigação estejam implícitos no texto de 1993, eles não estão explicitamente colocados nas palavras. Isso é facilitado pelo uso de um *layout* tabular e diagramático para os requisitos de admissão e a estrutura do diploma, o que permite que as exigências fiquem implícitas. Por exemplo, enquanto a formulação **A/AS-level grades: BCC or equivalent** implica que são exigidos dos candidatos esses conceitos, os sentidos de obrigação explícita estão claramente ausentes. A seção de estrutura do diploma consiste principalmente de sintagmas (ou “orações secundárias” – ver Halliday, 1985), mas onde uma oração inteira é usada a formulação novamente coloca a exigência como pano de fundo (por ex., *You take at least three* ao invés de, por exemplo, *You must take at least three*). A seção de avaliação usa também orações secundárias, não apresentando sentidos claros de obrigação.

Pode-se encontrar um contraste relacionado entre o estilo impessoal do texto de 1967-8 e o estilo personalizado do texto de 1993. Note, por exemplo, que os três verbos na passiva do texto de 1967-8 acima referidos como exemplos do sentido de obrigação (*are required to take, is permitted, is allowed*) “não têm agentes”, isto é, não têm agente explícito, embora em cada caso a instituição seja o agente implícito (é o departamento, ou a universidade que exige, permite e admite). Há outras passivas sem agente no texto em que a instituição é agente implícito (por ex., *the Language course is so constructed as to be*). A frase de abertura usa um meio sintático-semântico diferente para manter a impessoalidade; selecionando *the undergraduate courses* como sujeito e agente de *treat*. Isso, nos termos de Halliday, é uma “metáfora gramatical” para uma gramaticalização (não metafórica) com, por exemplo, *we* como sujeito/agente de *treat* e *undergra-*

*duate courses* dentro de um adjunto (*we treat English as a whole subject in our undergraduate courses*). Outro recurso de impessoalização é a nominalização; *the special interests of the Department include the following*; com a nominalização (*the special interests of the Department*) como sujeito da oração, evita alternativas mais personalizadas como *members of the Department* (ou *we*) *are particularly interested in ...* Vale a pena também notar que o que parece consistir de frases meramente descritivas sobre o curso pode ser reescrito e regramaticalizado de forma personalizada: compare (o atual) *the course consists of three parts* com *the department/we organize(s) the course in three parts*.

Na verdade, há duas questões envolvidas aqui. Primeiro, há a questão de até que ponto os participantes (aqui a instituição e o candidato/aluno potencial) nos referidos processos são explícitos ou ficam implícitos. Em segundo lugar, há a questão da pessoa gramatical desses participantes quando eles *são* explícitos: terceira pessoa, ou primeira (*we*) e segunda pessoa (*you*). (Uma pergunta adicional é se a primeira e segunda pessoas são singular ou plural – na verdade, quando são usadas, a primeira pessoa institucional é plural [*we*] enquanto a segunda pessoa é singular – os destinatários da mensagem são abordados individualmente.) Com relação à instituição como participante, o texto de 1967-8 é impessoal em ambos os sentidos – não só se refere à instituição na terceira pessoa onde ela está explícita, como esta também nem está freqüentemente explícita – enquanto o texto de 1993 é personalizado em ambos os sentidos no que concerne à instituição – ela está freqüentemente explícita no texto e é primeira pessoa.

Mas o quadro é um pouco mais complexo para os destinatários da mensagem. Há alguma abordagem direta na segunda pessoa no texto de 1993 (*Linguistics does not commit you to any one career, you take at least three*). Mas os candidatos são mencionados na terceira pessoa na abertura da seção de requisitos (por ex., *all accepted candidates are invited to open days* – note também o verbo na passiva e o agente institucional ausente), e os candidatos/alunos não são mencionados na seção seguinte até o

terceiro parágrafo (começando com *We are a friendly...*) e depois na terceira pessoa (por ex., *the people we teach, students*). Por outro lado, o texto de 1967-8 é novamente impessoal em ambos os sentidos com relação aos destinatários da mensagem. Por exemplo:

*... no specialization in either language or literature separately is permitted until the third year of study when a very limited concentration on either is allowed.*

Enquanto as passivas sem agente evitam a personalização da instituição como observado acima, as nominalizações agindo como sujeitos (*no specialization, a very limited concentration*) evitam a personalização dos destinatários (compare com *you cannot specialize until the third year of study*). Uma passiva sem agente é usada para atingir o mesmo efeito: *in Part II, various periods are studied*. Onde os participantes alunos estão explicitamente textualizados, na terceira pessoa, geralmente são grupos de alunos que precisam ser explicitamente identificados (por ex., *second-year undergraduates*); note, entretanto, que há casos de referência individualizada de terceira pessoa com *each* (*each undergraduate will choose*) e referência genérica com o artigo indefinido (*may be offered by an undergraduate*).

Voltando para algumas questões mais amplas de prática social, esses traços textuais contrastivos marcam uma mudança histórica importante na natureza e objetivos dos prospectos universitários, alinhada com as mudanças maiores da educação superior que discuti anteriormente. O texto de 1967-8 dá informação sobre o que é oferecido numa base do “é pegar ou largar”. No prospecto de 1993, pelo contrário, a função promocional é principal; ele é destinado a “vender” a universidade e seus cursos para candidatos potenciais, no contexto de um mercado competitivo, em que a capacidade de uma universidade de atrair bons candidatos é vista como um indicador do seu sucesso e um fator que pode afetar sua base sólida. Uma revisão do prospecto pode levar a um aumento dramático das inscrições; por exemplo, quan-

do a Universidade de Lancaster reviu seu prospecto nos fins dos anos oitenta, o número de candidatos cresceu 15 por cento por dois anos sucessivos. O conteúdo e a forma dos prospectos contemporâneos são informados por pesquisa de mercado – evidência do quê os candidatos mais querem saber (daí a proeminência de informação sobre carreiras no texto de 1993), um entendimento da cultura de letramento dos jovens (por ex., a proeminência dentro dessa cultura de material impresso de vários tipos com aparência de “verniz”), um entendimento das condições de documentos de leitura desse tipo (serão provavelmente olhados rapidamente ao invés de lidos cuidadosamente), e daí por diante.

Essas mudanças implicam uma alteração da prática discursiva, e especificamente nos processos de produção de prospectos, dos quais os traços textuais mencionados acima são realizações. A primazia da função promocional nos prospectos contemporâneos implica em basear-se em gêneros associados com propaganda e outras formas de atividade promocional bem como em gênero mais tradicional, orientado para a informação, de tal forma que o texto de 1993, por exemplo, é um gênero interdiscursivamente híbrido quase de propaganda. Os dois textos são notavelmente diferentes na aparência física: o texto mais antigo baseia-se na página impressa convencional, enquanto o texto de 1993 usa um tamanho e um *layout* de página do estilo da brochura, com três colunas impressas por página, cor (a primeira página do texto usa cinco cores), *layout* de tabulação e uma fotografia. O documento está baseando-se em traços visuais e de esboço amplamente usados em propaganda e material promocional. Com relação aos traços mencionados anteriormente, as considerações promocionais estão certamente por trás da mudança marcada de conteúdo entre 1967-8 e 1993, especialmente a introdução dos três parágrafos sobre o departamento, que introduzem um gênero de promoção prestigiosa ou de corporação. A personalização da instituição (como *we*), que ocorre bastante nessa parte do texto, é parte disso. Assim como acontece com o endereçamento individualizado e direto com *you*, ela é amplamente usada na propaganda. A ausência de sentidos explícitos de obri-



gação também está alinhada com a elevação da função promocional. A ausência de sentidos explícitos de obrigação marca uma mudança significativa nas relações de autoridade. O material promocional se dirige aos leitores como consumidores ou clientes, e quando alguém está vendendo para um cliente, é o cliente que tem autoridade. Isso, em geral, é verdade em relação à propaganda. Isso está em contradição com a autoridade tradicional da universidade sobre os seus candidatos/alunos, colocando a instituição numa espécie de dilema, pois ela obviamente ainda vai querer impor requisitos e condições para a admissão, a estrutura do curso e a avaliação. A esse dilema sobre a autoridade é dado uma resolução textual (embora não necessariamente uma resolução muito satisfatória): esses requisitos *são* incluídos no texto, mas *não* em formas de obrigação abertas. O texto compromete as demandas de duas situações diferentes e as convenções de dois gêneros diferentes (ver Fairclough, 1988, para um exemplo adicional). O texto também resulta num comprometimento da auto identidade. A série de asserções sobre o departamento que compõem os três primeiros parágrafos apontam para um gênero promocional, mas elas são bem restritas (em comparação, por exemplo, com o Exemplo 1, de anúncios de emprego). Uma nota final é que a mistura interdiscursiva que tenho sugerido aqui parece estar atingindo um estado hegemônico na publicidade da educação superior, como parte de uma dominação mais geral de uma diretriz mercadológica nesta área de atividade educacional superior.

### *Resumo*

Difícilmente pode-se dizer que os quatro exemplos que usei acima são propriamente representativos da complexa ordem do discurso de uma universidade moderna, mas certamente eles oferecem quatro “tomadas” contrastivas das práticas discursivas dessas instituições. Espero que eles tenham sugerido como a análise do discurso de organizações tais como as universidades (nos termos do quadro analítico introduzido anteriormente), em suas dimensões de “texto” e “prática discursiva”, podem iluminar as-

suntos tais como a mudança das relações de autoridade e as mudanças na auto identidade dentro das organizações. As mudanças particulares que identifiquei podem ser resumidas como (i) o declínio das identidades institucionais estáveis que podiam ser dadas como certas e um investimento muito maior de esforço na construção de identidades institucionais mais empreendedoras, (ii) um declínio correspondente da autoridade implícita (indizível) da instituição sobre seus candidatos, alunos potenciais e pessoal potencial, (iii) uma reconstrução das identidades profissionais dos acadêmicos em base mais empreendedora (auto promocional), com as qualidades pessoais em primeiro plano.

Penso que a instanciação discursiva dessas mudanças ilustra todos os três dos conjuntos de desenvolvimentos das práticas discursivas contemporâneas identificados na seção anterior. Já focalizei suficientemente o terceiro desses, a elevação e a generalização da função promocional das práticas discursivas, e suas conseqüências em termos da hibridização da prática discursiva, a subordinação do sentido ao efeito e o modo de significação. Mas as mudanças que identifiquei também podem ser lidas (com relação ao primeiro dos meus conjuntos de desenvolvimentos) em termos da descrição de Giddens da natureza pós-tradicional da sociedade contemporânea e a informalização correspondente da sociedade, que é parcialmente constituída através de uma conversacionalização das práticas discursivas, o que também é evidente nos meus exemplos. O segundo conjunto de desenvolvimentos, associado com a reflexividade crescente da vida contemporânea e o meu conceito de tecnologização do discurso, também é relevante aqui: uma dimensão da ênfase muito maior no desenvolvimento e treinamento de pessoal da educação superior é o treinamento do pessoal nas práticas discursivas, por exemplo, do mercado, ou a preparação de propostas de pesquisa para os conselhos de pesquisa (a própria preparação uma forma muito promocional de discurso nos dias de hoje).

Seria prematuro tirar conclusões impetuosas com relação à dimensão da “prática social” do meu quadro analítico, com base numa série tão limitada de exemplos ilustrativos. Mas, como in-

diquei na nota 9, este artigo está ligado a um estudo mais a longo prazo da mudança na educação superior. Uma das questões que esse estudo vai investigar é se os desenvolvimentos da educação superior significam a emergência de uma hegemonia nova, reconstituída, e se pode-se falar de uma hegemonia reestruturada no domínio da ordem do discurso em particular. Seria desaconselhável pular muito rapidamente para uma conclusão, antes de ter havido alguma investigação da recepção e da resposta aos tipos de mudanças que illustrei, entre as várias categorias de membros das instituições de educação superior. Pode muito bem ser que, por exemplo, as mudanças nas práticas discursivas, a maioria “de cima para baixo”, sejam amplamente marginalizadas, ignoradas ou resistidas por certas categorias de pessoal e/ou alunos numa série significativa de suas atividades.

## **Conclusão**

Concluo este artigo com algumas reflexões rápidas sobre o uso social e a utilidade de uma análise crítica do discurso. Tentei indicar como a análise crítica do discurso poderia contribuir para a pesquisa social mais amplamente concebida dos processos de mudança social e cultural que afetam as organizações contemporâneas. Acredito que a análise do discurso é um recurso importante, embora relativamente negligenciado até então, para essa pesquisa. Ela tem a capacidade de colocar outros tipos de análise social em ligação com o detalhe apurado de exemplos particulares de prática institucional, de uma maneira que é simultaneamente orientada para o detalhe textual, a produção, a distribuição e a interpretação/o consumo de textos e os contextos sociais e culturais maiores.

Entretanto, a análise do discurso também tem a capacidade de ser um recurso para aqueles engajados em lutas dentro das instituições. Para muitos membros de instituições de educação superior, por exemplo, as mudanças dramáticas da última década têm sido profundamente alienantes; contudo, sua capacidade de resistir a elas tem sido enfraquecida por sua relutância

em recorrer a práticas e estruturas tradicionais que têm sido amplamente criticadas pela Esquerda e pela Direita e que têm sido o alvo da mudança. Muitos têm experimentado um senso de vulnerabilidade que acredito que a análise do discurso pode ajudar a iluminar. Parte da dificuldade que emerge de uma investigação das práticas discursivas é uma polarização entre as práticas tradicionais inaceitáveis e as novas práticas, igualmente ofensivas, altamente promocionais e mercantilizadas. Os anúncios para cargos acadêmicos são um exemplo muito pequeno mas interessante: eles de fato parecem estar bem inflexivelmente polarizados, como mostrei anteriormente, sem alternativa real aos dois tipos principais. A situação pode ser concebida em termos de uma *ausência* dentro da ordem de discurso: a ausência de uma linguagem – de práticas discursivas – através da qual as relações de autoridade e as identidades institucionais e profissionais diferentes tanto das formas tradicionais quanto das mercantilizadas possam ser constituídas. A análise crítica do discurso não pode resolver esse problema, mas pode talvez apontar para a necessidade de uma luta para desenvolver essa nova “linguagem” como elemento chave na construção da resistência à mercantilização sem simplesmente recorrer à tradição, e talvez promover um entendimento melhor daquilo que poderia estar envolvido nesse processo.

NORMAN FAIRCLOUGH é Professor Adjunto na área de Lingüística na Universidade de Lancaster, Reino Unido. Seus interesses principais de pesquisa estão na área de análise crítica do discurso e no estudo interdisciplinar de aspectos discursivos da mudança social e cultural. Publicou *Language and Power* (Longman, 1991), *Discourse and Social Change* (Polity Press, 1992) e editou *Critical Language Awareness* (Longman, 1992). Está escrevendo um livro sobre o discurso midiático.

Tradução de Célia M. Magalhães

## Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, L. "Ideology and ideological State apparatuses". In *Lenin and philosophy and other essays*. London: New Left Books, 1971.
- ARGYLE, M. *The psychology of interpersonal behaviour*. Harmondsworth: Penguin, 1978.
- AUSTIN, J. *How to do things with words*. London: Oxford University Press, 1962.
- BECK, U. *The risk society: towards a different modernity*. London: Sage, 1992.
- BERNSTEIN, B. *The structuring of pedagogic discourse*. London: Routledge, 1990.
- BOURDIEU, P. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- BOURDIEU, P. *Language and Symbolic Power*. Cambridge: Polity, 1991.
- CLARK, R., FAIRCLOUGH, N., IVANIC, R. e MARTIN-JONES, M. "Critical language awareness Part I: a critical review of three current approaches to language awareness". *Language and education*, vol 4, 1990, p. 249-60.
- CLARK, R., FAIRCLOUGH, N., IVANIC, R. e MARTIN-JONES, M. "Critical language awareness Part II: towards critical alternatives". *Language and education*, vol. 5, 1991, p. 41-54.
- FAIRCLOUGH, N. "Critical and descriptive goals in discourse analysis". *Journal of Pragmatics*, vol. 9, 1985, p. 739-63.
- FAIRCLOUGH, N. "Register, power and sociosemantic change". In BIRCH, D. e O'TOOLE, M. (eds.) *Functions of Style*. London: Pinter, 1988.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. London: Longman, 1989.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. London: Polity, 1992a.
- FAIRCLOUGH, N. "The appropriacy of "appropriateness"". In FAIRCLOUGH, N. (ed.) *Critical Language Awareness*. London: Longman, 1992b.

- FAIRCLOUGH, N. (ed.) *Critical Language Awareness*. London: Longman, 1992c.
- FAIRCLOUGH, N. "Conversationalization of public discourses and the authority of the consumer". In ABERCROMBIE, N., KEAT, R. e WHITELEY, N. (eds.) *The authority of the consumer*. London: Routledge, no prelo.
- FEATHERSTONE, M. *Consumer culture and postmodernism*. London: Sage, 1991.
- FOUCAULT, M. *The archeology of knowledge*. London: Tavistock, 1972.
- FOUCAULT, M. *Discipline and punish*. Harmondsworth: Penguin, 1979.
- FOWLER, R., HODGE, B., KRESS, G. e TREW, T. *Language and control*. London: Routledge & Kegan Paul, 1979.
- FRASER, N. *Unruly practices*. Cambridge: Polity, 1989.
- GIDDENS, A. *Modernity and self-identity*. Cambridge: Polity, 1991.
- GRAMSCI, A. *Selections from the prison notebooks*. London: Lawrence & Wishart, 1971.
- HABERMAS, J. *The theory of communicative action*, Vol. 1. London: Heinemann, 1984.
- HALL, S. "The rediscovery of "ideology": return of the repressed in media studies". In GUREVITCH, M. et al. (eds.) *Culture, society and the media*. London: Methuen, 1982.
- HALL, S. "The toad in the garden: Thatcherism among the theorists". In NELSON, C. e GROSSBERG, L. (eds.) *Marxism and the interpretation of culture*. London: Macmillan, 1988.
- HALLIDAY, M. *Language as social semiotic*. London: Edward Arnold, 1978.
- HALLIDAY, M. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- HALLIDAY, M. e HASAN, R. *Language, context and text*. Geelong, Victoria: Deakin University Press, 1985.
- HOCHSCHILD, A. R. *The managed heart*. Berkeley: University of California Press, 1983.
- JAMESON, F. "Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism". *New Left Review*, Vol. 146, 1984, p. 53-92.

- KRESS, G. *Linguistic processes in sociocultural practice*. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- KRESS, G. "Cultural considerations in linguistic description". First Pit Corder lecture, British Association of Applied Linguistics, 1992. (manuscrito inédito)
- KRISTEVA, J. "Word, dialogue and the novel". In MOI, T. (ed.) *The Kristeva reader*. Oxford: Blackwell, 1986.
- LASH, S. *The sociology of postmodernism*. London: Routledge, 1990.
- LEVINSON, S. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- MAINGUENEAU, D. *Nouvelles tendances en analyse du discours*. Paris: Hachette, 1987.
- MALINOWSKI, B. "The problem of meaning in primitive languages", Supplement 1. In OGDEN, C. e RICHARDS, I. A. *The meaning of meaning*. New York: Harcourt Brace, 1923.
- MANDEL, E. *Late capitalism*. London: New Left Books, 1978.
- MARGERISON, C. *Conversation control skills for managers*. London: Mercury Books, 1987.
- PÊCHEUX, M. *Language, semantics and ideology*. London: Macmillan, 1982.
- STUBBS, M. *Discourse analysis*. Oxford: Blackwell, 1983.
- TANNEN, D. *That's not what I meant!: how conversational style makes or breaks your relationship with others*. New York: William Morrow, 1986.
- THOMPSON, J. B. *Ideology and modern culture*. Cambridge: Polity, 1990.
- TOLSON, A. "Televised chat and the synthetic personality". In SCANNELL, P. (ed.) *Broadcast talk*. London: Sage, 1991.
- VAN DIJK, T. *Handbook of discourse analysis* (4 vols.). London: Academic Press, 1985.
- WERNICK, A. *Promotional culture*. London: Sage, 1991.
- WILLIAMS, R. *Culture*. London: Fontana, 1981.
- WOUTERS, C. "Formalization and informalization: changing tension balances in civilizing processes". *Theory, culture & society*, vol. 3, no. 2, 1986, p. 1-18.

# APÉNDICES

## SCHOOL OF ENGINEERING

With our reputation as one of the UK's leading centres of teaching excellence and research innovation, we're making a lasting impact on the next generation of innovators and business leaders in the field of Engineering — and you can help.

With your ambition, energy and expertise, you will be committed to teaching at both undergraduate and post-graduate level, while enjoying the advantage of our close links with industry and applied research initiatives to add to both your own reputation and ours.

## SENIOR ACADEMIC POST

### VEHICLE EMISSION TECHNOLOGY

Up to £31,500 p.a. plus substantial enhancement available by negotiation.

The School of Engineering is renowned for its innovative work in the area of Vehicle Emission Technology and is a leader in the field of Automotive Research. A team leader is now required to join this active team to help build on our success.

This leading post requires an outstanding Engineer who can bring expertise in at least one of the following: Vehicle Pollution, Hybrid Vehicles, Air Quality Systems. You'll also need to be dedicated to progressing research and consultancy whilst lecturing to undergraduate and postgraduate students.

Along with appropriate qualifications, technological expertise and industrial experience, you will need to have energy, enthusiasm and communication skills to motivate your team.

We offer an excellent salary and benefits package, but more importantly the ideal environment and opportunity to really make a contribution to the future of automotive engineering.

You may be awarded the title of Professor if the relevant criteria are met.

For an informal discussion about the post please ring Professor David Tidmarsh, Director of School of Engineering on (0742) 533389.

Application forms and further details are available from the address below. Ref. 40/92.

## LECTURERS SENIOR LECTURERS

### PRINCIPAL LECTURERS

£10,949 — £28,851 p.a.

## COMPUTER AIDED ENGINEERING

With expertise in one or more of the following: CAD, CAM, FEA, Expert Systems, AMT. Ref. 41/92.

## QUALITY SYSTEMS

Applications to both Design and Manufacturing Engineering, offering expertise in one or more of the following areas: TQM, SPC, BS5750, BS7000, Taguchi Methods. A capability to contribute to the teaching of operations management will be an advantage. Ref. 42/92.

**MAKING  
IMPACT ON  
THE NEXT  
GENERATION**

## MANUFACTURING TECHNOLOGY

With expertise in one or more of the following: Metal and Polymer Forming, Non-conventional Manufacturing, AMT, Environmental Impact of Manufacturing. Ref. 43/92.

## OPERATIONS MANAGEMENT

With expertise in one or more of the following: Expert Systems, Database Systems, Simulation, Manufacturing Planning and Control, CIM, CAP, MRP. Ref. 44/92.

## ENVIRONMENTAL ENGINEERING

(Two Posts)

Post 1: With expertise in one or more of the following: The chemistry of air/water pollution, the impact of geology, hydrology and ecology on environmental issues, impact of transport on the environment. Ref. 45/92.

Post 2: With expertise in Electro-hydraulic Control Systems, Automation, PLCs, Environmental Noise, Noise Control, Acoustics, Vibrations. Ref. 46/92.

## MATERIALS ENGINEERING MATERIALS RESEARCH GROUP

An experienced graduate Materials Scientist or Metallurgist, ideally with an appropriate higher degree, to undertake research and development work in the Metals and Ceramics Research Group. The research work will involve the use of extensive SEM/STEM/XRD and surface analysis facilities applied to a range of metallurgical problems with a particular emphasis on surface engineering. Ref. 47/92.

For all the above posts you will ideally have industry-related experience to add to your degree and a record of achievement in research and/or consultancy activities. You will be committed to teaching experience as both undergraduate and postgraduate levels and also have the enthusiasm and ability to be part of an active group and to initiate and supervise research, consultancy and short course programmes.

If you feel you have the ideas and expertise to make an impact in a dynamic, forward-looking environment, then please send for an application form and further details to the Personnel Department, Floor 1, 5 Storey Block, Pond Street, Sheffield S1 1WB. Telephone (0742) 533950. Closing date 1th June 1992.

We are actively implementing equality of opportunity policies and seek people who share our commitment. Job share applicants welcome. Women are under represented in this area and applications from this group are particularly welcomed.

The University working in partnership with industry and the professions.



Sheffield  
City Polytechnic

Promising  
Futures



**University of  
Newcastle upon  
Tyne**

Department of English  
Literature

**LECTURER**

Applications are invited for a Lectureship in the Department of English Literature from candidates who have expertise in any Post-Medieval field. The post is available to be filled from 1st October, 1992, or as soon as possible thereafter.

Salary will be at an appropriate point on the Lecturer Grade A scale: £12,860 - £17,827 p.a. according to qualifications and experience.

Further particulars may be obtained from the Director of Personnel, Registrar's Office, University of Newcastle upon Tyne, 6 Kensington Terrace, Newcastle upon Tyne NE1 7RU, with whom applications (3 copies), together with the names and addresses of three referees, should be lodged not later than 29th May, 1992.

Please quote ref:  
0726/THES.  
(18704) B9905

**University of  
Nottingham**  
**LECTURESHIP  
IN LAW**

The Department of Law is a thriving department committed to excellence in teaching and research across a broad range of legal disciplines. The successful applicant will share this commitment. Applications are invited from candidates with an interest in any field of Law, but the Department has a particular need in the area of Property Law.

The appointment will be made at the appropriate point on the Lecturer A and B scales according to age, qualifications and experience. Professor M.G. Bridge, the Head of the Law Department, is happy to answer any enquiries (Ext. 3376).

Further details and application forms, returnable not later than 26th May, from the Personnel Office, University of Nottingham, University Park, Nottingham NG7 2RD (Tel: 0602 484848. Ext. 2696). Ref. No. 1529. (18699) B9905

Exemplo 3: Texto 3

Exemplo 2: Texto 2

## English

The undergraduate courses treat English as a whole subject and not as two divergent specializations. Accordingly, when English is taken as a major subject for the degree of B.A., no specialization in either language or literature separately is permitted until the third year of study when a very limited concentration on either is allowed. For higher degrees, specialization in either language or literature may be complete or subjects may be offered which connect these two branches of study.

In the study of *language* for the B.A. degree, modern English is central and is combined with some general linguistics and phonetics, and in Part II with history of the language. Language specializations in the third year include optional courses on older forms of English, and also on various aspects of the modern language and of linguistics. The study of English language throughout the first degree course will include fieldwork, special studies of varieties of modern English and the use of language laboratory techniques. The Language course is so constructed as to be of value to those who wish to specialize in English as a second or as a foreign language. As much as possible of the material used for literary study is also used for the study of language.

In the study of *literature* the syllabus is divided into periods, each taught with emphasis on a different aspect of literary study. The first-year course, based mainly on modern literature, deals with problems of reading and with the forms and functions of literature in contemporary society. In Part II, various periods are studied, two in two-year courses and the remainder in one-year courses.

The special interests of the Department include the following:

1. Project work in the drama courses using the facilities which will be available in the Theatre Workshop, at present being designed.
2. Special studies of the relationship between language and literature, including work on literary structures from a linguistic point of view.
3. Poetry as a performed art and its links with song.
4. Relations between the study of literature and of philosophy.
5. Relations between literature and scientific thought.
6. Relations between literary and historical study.

### Undergraduate studies

#### PART I (FIRST YEAR) COURSE

The course consists of three parts:

- (a) Language: a general introduction, including some elementary phonetics and linguistics.
- (b) Literature: a course on problems of reading, and the forms and functions of literature, based on modern English poetry and prose fiction and on texts from three different types of drama (Classical, Renaissance, Modern).
- (c) Special courses: each undergraduate will choose one of the special courses referred to below, the choice being determined by his other first-year subjects:

- (i) For those taking groups involving History or Economics or Politics or French Studies or Classical Background, a study of certain historical aspects of literature in the seventeenth century.
- (ii) For those taking groups involving Economics or Politics or Philosophy, a study of some of the relationships of literature and philosophy, centred on the works of William Blake.
- (iii) For those taking groups involving Environmental Studies, Mathematics or Philosophy, a study of certain scientific texts from a literary and linguistic point of view.

The Part I course, or selected parts of it, will also (timetable permitting) be available as a one-year minor course for certain second-year undergraduates majoring in Boards of Studies A, B and C who did not take English in their first year.

## PART II (SECOND AND THIRD YEAR) COURSES

### Major course

Second-year undergraduates majoring in English are required to take four lecture courses – two in literature and two in language, from the following:

- (a) Literature 1780-1860  
Literature 1660-1780  
Elizabethan Drama, including some project work in the theatre
- (b) Varieties of Modern English I (study of the varieties of modern English outside the United Kingdom)  
History of the English Language I  
Principles and Techniques of General Linguistics, with special reference to English

Third-year undergraduates must choose four courses: either three language and one literature, or three literature and one language, or two of each. Any one course in language or literature may be offered by an undergraduate as a special option to be examined as such in the Final Examination. Third-year courses listed for 1966-67 (subject to the availability of staff) are as follows:

- (a) Literature 1850-1966, Literature 1550-1660, Mediaeval Literature, Jacobean Drama.
- (b) Old English, Middle English, Old Norse, Writing Systems, Linguistic Study of Style, Varieties of Modern English II, History of the Language II, Principles and Techniques of General Linguistics II.

**Combined major course in English and French Studies – see page 118**

**Combined major course in English and Philosophy – see page 118**

**Combined major course in Latin and English – see page 118**

## LINGUISTICS

*Linguistics (BA) QJ100 Ling*  
*Human Communication (BA) P300 Hum*  
*Comm*  
*Classical Studies and Linguistics (BA) QQ98*  
*Class/Ling*  
*Computer Science and Linguistics (BA) GQ51*  
*Comp/Ling*  
*English and Linguistics (BA) QQ13 Eng/Ling*  
*French Studies and Linguistics (BA) QR11*  
*Fr/Ling*  
*German Studies and Linguistics (BA) RR32*  
*Germ/Ling*  
*Italian Studies and Linguistics (BA) QR13*  
*Ital/Ling*  
*Language and Education (BA) Y656*  
*Lang/Educ*  
*Linguistics and Philosophy (BA) QV17*  
*Ling/Phil*  
*Linguistics and Psychology (BA) LQ71*  
*Ling/Psy*  
*Modern English Language (BA) Q312 MEL*

**L**ancaster is a major centre in the United Kingdom for study in Linguistics, the science of human language. There are about five thousand languages, and their enormous diversity and complexity supply the raw data for Linguistics. Language is Man's most remarkable achievement, and its systematic study provides insights into Man's psychological and social nature. The study of language tells us something about the nature of the human mind, since languages are abstract systems of peculiar and labyrinthine structure and yet men are capable of communication in them very easily and speedily. Language is of interest sociologically, since it is the stuff that binds complex societies together: without language no sophisticated social organisation is possible. The Department of Linguistics and Modern English Language, which has a staff of 13, is unique among departments of Linguistics in the country in the way its degree schemes offer students *three* alternative but complementary perspectives: on the structure and functions of human language; on the use

of symbols by humans as a means of understanding themselves and their place in society; on English, as one of the world's most important means of communication and the language of one of its most significant literatures. Degree schemes in Linguistics, Human Communication, English and Linguistics and Modern English Language, as well as combined schemes with other departments, provide the perspectives.

The department makes use of a variety of modes of teaching in its undergraduate programme. Typically, teaching is by lecture and small group seminars of up to 12 students, where the seminars are used to discuss readings related to the lecture topic. Many courses, especially those concerned with the collection of language data, concentrate on seminars and workshops and often involve more than one member of staff.

Linguistics and Human Communication offer useful training and expertise that are of special professional relevance to many working in education, public services and administration, industry and management, the mass media and creative arts, for example as language teachers, as speech therapists, as social workers, as counsellors and as translators. Indeed an understanding of how language works and the structure and purposes of human communication is available in a whole range of careers in which there is a need for clear communication, sensitive to people's interests and needs.

A detailed departmental prospectus can be obtained from the Departmental Secretary.

**Admission requirements and policy**  
 Linguistics is not a subject taught at school, and prospective applicants should try to get some idea of the subject before committing themselves to it. (They may read, for example, one or more of the following introductory books: *The Articulate Mammal* and *Language*

*Change: Progress and Decay* by Jean Aitchison, *Linguistics* by D Crystal, *Phonetics* by D J O'Connor, *Grammar and Semantics* by F R Palmer.) The Department usually makes conditional offers on the basis of the UCCA form. We look for evidence of a keen interest in the structure of language, *per se* and a willingness to analyse it objectively. When such evidence cannot be found in the UCCA form, we interview candidates. GCE attainments in Languages and Mathematics are taken as indications of likely talent in Linguistics, but there are no specific formal prerequisites. (For the general requirement see page 178.) We welcome applications from mature candidates.

About 25 candidates gain admission each year to the degree scheme in Human Communication and to single and combined major degree schemes in Linguistics.

#### Part I course in Linguistics

The purpose of this course is to provide a foundation for the Part II studies of students who intend to major in Linguistics or in Human Communication and to provide a balanced and self-contained introduction for those undergraduates who go on to major in another subject.

Part I Linguistics comprises Introduction to General Linguistics (151) which is compulsory and which introduces students to core areas of the subject (Phonetics, Phonology, Syntax, Semantics, Pragmatics and Sociolinguistics), together with a set of options (152) in which students choose two of a range of more specialised topics each studied for half the year. The available options vary from year to year: they currently include Structure of a non-Indo-European Language (e.g. Chinese, Arabic or Hebrew), Writing Systems, History of Modern Linguistic Thought, Field Methods, the Linguistics of Literacy.

#### Linguistics (3-year scheme)

##### Part I

Students are free to choose any two courses from the list on page 175 in addition to

Linguistics at Part I, subject to timetable restrictions and departmental advice; but it is wise to select courses that will permit at least one alternative choice of Part II degree scheme (since you might wish to change your mind). Subjects that combine well with Linguistics include English and the other language subjects, Computer Studies, Educational Studies, Philosophy, Psychology, and Sociology, and the Department of Linguistics has close links with those departments.

##### Part II courses

(Six units in Linguistics, two units in a minor and a free ninth unit course: see page 18.)

Students take six units in Linguistics from a wide range of courses on various aspects of the subject. A unit can comprise either two half-unit courses or one full course. They cover the core areas studied in Part I and specialisms that include Sociolinguistics, Psycholinguistics, Stylistics, and Anthropological, Computational, Philosophical and Applied Linguistics. Some of the courses are designed specifically for the needs of the students combining Linguistics with a particular subject, while others are appropriate for all students of Linguistics. For detailed information on the courses available see the departmental prospectus.

Students also take two courses in a minor, chosen freely (subject to departmental advice and prerequisites: see page 175, and a free ninth unit course.

#### Human Communication (3-year scheme)

The degree scheme in Human Communication, jointly offered by the departments of Linguistics, Psychology and Sociology, places language in a broader context; it investigates human communication as a unified field of academic enquiry through the interrelated perspectives of the three subjects. Its aim is to bring the student to an awareness of the centrality of communication in human behaviour and consciousness. The only specific entry requirement is that undergraduates who take Psychology in Part I must have a pass in Mathematics at Ordinary level.



Places available: 30  
Admissions tutors: Jenny Thomas  
(Linguistics courses), Greg Myers  
(Human Communication)

**A/AS-level grades:** BCC or equivalent; AS-levels accepted  
**GCSE:** Maths and normally a language for Linguistics courses  
**Scottish Highers:** BBBBB  
**International Baccalaureate:** 30 pts  
**BTEC:** at least merits in BTEC  
**National Mature students:** we are keen to recruit mature students.

All accepted candidates are invited to open days; interviews in special cases.

The Department of Linguistics and Modern English Language is one of the largest in the UK with a teaching staff of fourteen. We offer a series of flexible degrees with a wide range of courses in 'core' areas like phonetics, grammar and discourse analysis; areas which connect strongly with other disciplines, like sociolinguistics and psycholinguistics; and more 'applied' areas like adult literacy, language teaching and the linguistic study of literature. We have strong links through collaborative degrees with English, Computer

Science, the social sciences (especially Psychology and Sociology) and Modern Languages.

We received a grade 4 (national excellence in most areas of Linguistics and international excellence in some) in the 1989 research ratings carried out by the Universities Funding Council. We are especially well known for our research work in Linguistics in relation to language teaching, for the study of language in social settings (e.g. school classrooms and interaction between cancer patients and their carers), for the automatic analysis of texts by computer, and for the linguistic study of literature.

We are a friendly and flexible group of teachers who like to have social contact with the people we teach. Every year, students are invited to join staff for a walking weekend in the nearby Lake District. There are also opportunities for students to spend part of their second year in Copenhagen as part of an ERASMUS student exchange arrangement. We are currently exploring similar links with universities in other European countries.

### Assessment

For Linguistics and Human Communication courses: coursework (at least 60%) and exams

For courses run by the English Department: coursework (50% in the first year, usually 40% in later years) and exams

### What our graduates do

Linguistics and Human Communication offer useful training and expertise that are of special professional relevance to many working in education, language teaching, speech therapy, translation, industry and commerce, management, the mass media, creative arts, social work and counselling.

Recent graduates have gone to work or train as teachers of English overseas, teachers of English as a mother tongue, computer programmers and consultants, bankers, chartered accountants, O & M analysts, air traffic planners, managers in the retail industry, personnel managers, journalists, social workers, nurses, and so on. A sizeable proportion of our Linguistics graduates take up employment overseas.

A degree in Human Communication or Linguistics does not commit you to any one career, but can open many doors.



## Exemplo 4.3a

**BA Hons Linguistics Q100**

See also Culture and Communication	page
Human Communication	119
English Language	135
English Language and Literature	136
Education and English Language	137
Linguistics with Japanese studies	123
and combined degrees in Linguistics and	186
Computer Science	56
English	164
Modern Language (French or German or Italian)	194
Philosophy	139
Psychology	139

*First year*

Linguistics	A second subject: see page 40	A third subject: see page 40
-------------	----------------------------------	---------------------------------

Registration requirement: none

Core course in general linguistics, plus options such as pragmatics, historical linguistics, literacy.

Average weekly workload: lectures 2 hrs, seminar/workshop 2 hrs (plus private study time)

Assessment: coursework 60%, exam 40%

*Second and third years*

Linguistics units consist of full courses or two half-courses (marked h)  
You take at least three of:

and your choice of the following, to make at least six units in total:

- Morphology in the extended standard theory (h)
- Pragmatics (h)
- Language acquisition
- Literacy and cognition (h)
- Computational linguistics (h)
- Language processing
- Interpreting language in use (h)
- Language in society
- Grammar, genre and social context (h)
- Discourse analysis (h)
- Language, ideology and power (h)
- Language and gender (h)
- Language learning and teaching (h)
- Language and education
- Second language acquisition and language pedagogy (h)
- The teaching of language and literature (h)
- Present-day English language
- Stylistics of poetry (h)
- Stylistics of prose and prose fiction (h)
- Stylistics of drama (h)
- Bilingualism (h)

Exemplo 4.3b

## Capítulo 3: Gêneros Híbridos

*Adriana Silvina Pagano*

Recordé a Averroes, que encerrado en el ámbito del Islam, nunca pudo saber el significado de las voces *tragedia* y *comedia*.

*Jorge Luis Borges, "La busca de Averroes"*

### I. Gênero e História

Segundo nos relata Jorge Luis Borges numa de suas célebres “ficções”, uma das grandes frustrações na vida do filósofo árabe Averroes (1162-1198), muito mais pesados do que o exílio longe de Córdoba, sua cidade natal, foi sua enorme decepção diante da tarefa de traduzir para a língua árabe os termos *tragédia* e *comédia* presentes na obra de Aristóteles. Distanciado do filósofo grego por mais de quatorze séculos e debruçado, num âmbito cultural diferente, sobre uma tradução para o siríaco do original em grego, Averroes vivencia os conceitos de *tragédia* e *comédia* como termos obscuros, signos opacos, gêneros estranhos ou categorias que escapam ao seu repertório textual-discursivo. Segundo Borges narra, após longa meditação e diversas tentativas de encontrar um significado para esses termos aristotélicos dentro do seu universo islâmico, Averroes decide que *tragédia* é elogio, panegírico, e *comédia* é um anátema ou condenação. Preso no seu contexto espacial e temporal, Averroes não possui outro recurso que não seja traduzir às cegas, Tateando no escuro de tradições discursivas alheias.



A história de Averroes e sua rescrita na ficção borgeana são epítome de processos hermenêuticos que dizem respeito a gênero e outras noções discursivas. Para os estudos lingüísticos e discursivos, a história de Averroes ilustra claramente uma das características essenciais de toda taxonomia genérica: sua historicidade, sua imbricação em sistemas sociais e culturais determinados historicamente e sujeitos à mudança, caducidade ou extinção. A história também é representativa de discussões genéricas mais amplas. Uma das personagens da ficção, o autor dos escritos que Averroes deve traduzir, é Aristóteles, um dos primeiros pensadores a teorizar sobre gênero e sua classificação num dos tratados fundamentais para a teoria literária do ocidente, sua *Ars Poética*.

Impossível acreditar hoje, a partir de nosso *locus* de enunciação num novo milênio, que alguém, Averroes, por exemplo, pudesse desconhecer o significado de *tragédia* e *comédia*. Afinal esses dois gêneros fazem parte do nosso repertório discursivo-literário há milênios, assim como tantos outros gêneros não literários presentes no nosso cotidiano. Histórias como a de Averroes, contudo, mostram a necessidade de se contemplar o gênero sob uma perspectiva histórica e cultural.

Cartas, bilhetes, extratos bancários, receitas culinárias, bulas de remédio, artigos científicos, isto é, “formas típicas de lidarmos com situações recorrentes” (FREEDMAN & MEDWAY, 1994. p.2), representam algumas das formas genéricas, e de certa forma prototípicas, familiares do nosso dia a dia. Outros gêneros, menos familiares e possivelmente desconhecidos, escapam à nossa atenção por serem mais especializados, como é o caso de inúmeros gêneros do discurso jurídico, ou mesmo por não termos participado até então de uma interação com eles ou através deles.

Durante várias décadas considerados no âmbito acadêmico como meras estruturas ou abstrações lingüísticas, os gêneros são hoje estudados como formas retóricas vinculadas a situações sociais que demandam respostas típicas numa dada interação. Sua prototipicidade parece torná-los formas estabelecidas ou congeladas, uma vez que as percebemos como familiares, como se sem-

pre tivessem estado ali. Contudo, como BERKENKOTTER & HUCKIN (1995) assinalam, os gêneros são lugares de tensão entre estabilidade e mudança, mudanças às vezes quase imperceptíveis e que apenas o registro histórico pode revelar.

Para uma melhor compreensão dessa ambivalência constitutiva do gênero, por sua vez relacionada com os conceitos de intertextualidade e interdiscursividade conforme elaborados por Norman Fairclough e outros, é interessante contextualizar o significado de gênero discursivo, tendo-se em vista, sobretudo, os diferentes entendimentos sobre o mesmo no contexto brasileiro.

Conforme vem sendo definido pelos teóricos afiliados à vertente anglo-americana da Análise do Discurso, gênero, tradução do termo inglês “genre”, é entendido como uma “classe de eventos comunicativos” (SWALES, 1993. p.45) vinculada a uma comunidade discursiva específica que faz uso de um gênero específico para atingir seus objetivos. Além de sua função ou propósito comunicativo, os teóricos enfatizam a especificidade do gênero como relacionada ao seu caráter de resposta retórica típica a uma situação social. Diferentemente de entendimentos mais comuns no âmbito acadêmico brasileiro, no qual gênero é tradicionalmente definido como modalidade de escrita (gênero narrativo, expositivo, argumentativo, etc.), no campo da Análise de Gêneros (Genre Analysis) e da Análise do Discurso, gênero não é modalidade de escrita, nem tampouco pode ser entendido como formato ou modelo de redação. À luz das novas perspectivas teóricas desenvolvidas no âmbito acadêmico anglo-americano, os gêneros devem ser entendidos como “ações retóricas típicas em situações sociais recorrentes” (FREEDMAN & MEDWAY, 1994), como “estruturas retóricas dinâmicas” (BERKENKOTTER & HUCKIN, 1995) ou enquanto “usos da linguagem associados com tipos particulares de atividade socialmente ratificados” (FAIRCLOUGH, neste volume).

Um exemplo típico de gênero e um dos mais estudados pelos teóricos da Análise do Discurso é o artigo acadêmico. Célebre é nesse sentido a análise realizada por John Swales (1993), que, baseando-se no trabalho de outros autores, pela primeira vez

descreve esse gênero sob a perspectiva dos movimentos argumentativos que o produtor do discurso realiza, à medida que constrói seu texto e negocia a inserção de sua pesquisa com a comunidade discursiva à qual pertence. Nessa discussão, destaca-se o papel atribuído por Swales à comunidade discursiva enquanto noção chave para se compreender o funcionamento de um gênero. Esse conceito representa, sem dúvida, uma forma de se transcender a idéia de modelo textual à qual era associada a noção de gênero no ensino de estratégias de escrita para estudantes universitários. O trabalho de Swales mostra a relevância de se observar a produção do artigo acadêmico como texto que negocia e dialoga com a comunidade científica que o acolherá.

Diversos estudos complementam o trabalho de Swales, todos eles partilhando da visão desse lingüista, embora focalizando aspectos específicos não contemplados por ele, dentre eles as implicações de se ensinar gêneros (CHRISTIE, 1986, MARTIN, 1989, FREEDMAN & MEDWAY, 1994, RICHARDSON, 1994), os aspectos cognitivos da produção e reconhecimento de gêneros (BERKENKOTTER & HUCKIN, 1995), aspectos ideológicos do papel de determinados gêneros na sociedade atual (FAIRCLOUGH, 1992) e questões epistemológicas que dizem respeito a estruturas genéricas (THREADGOLD, 1989).

Dentre as orientações atuais de pesquisa e dissertação sobre gênero, é de interesse para a presente discussão refletir sobre o hibridismo enquanto aspecto constitutivo do gênero e, a partir dos subsídios da Análise de Gêneros e da Análise Crítica do Discurso, estudar alguns processos discursivos do cotidiano, observando-se tendências nas mudanças discursivas em andamento. É precisamente sobre este ponto que várias das diferentes linhas de investigação sobre gênero vêm se debruçando atualmente, visando a uma melhor compreensão da especificidade desse conceito.

## **II. Mudanças e Transformações Discursivas**

Como observamos acima através da ficção borgeana sobre Averroes e como diversos teóricos também têm apontado, os

gêneros são categorias históricas, aparentemente estáveis, porém sujeitas a um processo de transformação contínua. Nesse processo, gêneros existentes mudam a partir de modificações na situação social na qual exercem uma função ou novos gêneros podem surgir a partir de transformações ostensivas daqueles já existentes. O próprio texto sobre Averroes escrito por Borges — uma “ficção” — é um claro exemplo de gênero em transformação ou gênero híbrido. As “ficções” borgeanas não são contos, nem relatos, nem ensaios propriamente ditos. Trata-se de textos que se afiliam a esses três gêneros simultaneamente, demandando do leitor seu reconhecimento e interação a partir dos pressupostos de cada um deles (cf. BEEBE, 1994). A “ficção” sobre Averroes narra um fato da vida desse pensador, apresenta personagens e sucessos, mas ao mesmo tempo não é uma narrativa convencional, uma vez que ela tece reflexões teóricas sobre o problema vivenciado por Averroes, qual seja a necessidade de traduzir signos que estão fora do seu contexto cultural, significantes soltos no universo discursivo, dissociados de um significado com o qual alguma vez foram vinculados.

Um exemplo de novo gênero, surgido a partir de transformações de gêneros existentes, é também o *e-mail* ou comunicação via correio eletrônico. Híbrido de carta, telefonema, telegrama e de outros gêneros, o *e-mail* tem hoje uma identidade genérica própria, vinculada às condições tecnológicas de sua produção e a uma comunidade discursiva que faz uso dele.

Na realidade, a transformação ou hibridização é inerente às formações genéricas. Por um lado, reconhecemos em toda nomenclatura genérica uma forte vinculação com a idéia de taxonomia e diferenciação. Nesse sentido, é relevante lembrar que gênero é um dos componentes do modelo de classificação idealizado por Lineu nas ciências biológicas, que ainda fazem uso da hierarquia *reino, phylum, classe, ordem, família, gênero e espécie*.

Todavia, o rigor da classificação convive, no âmbito discursivo, com processos de hibridização, que caracterizam, segundo DERRIDA (1979), a “Lei do Gênero”:

Não há como não misturar gêneros [...] Tão logo o gênero se anuncia, deve-se respeitar uma norma, não se deve atravessar uma linha de demarcação, não se deve correr o risco de cometer impureza, anomalia ou monstruosidade [...] um texto não pode não pertencer a um gênero, não pode existir sem gênero ou com pouco gênero. Todo texto participa de um ou vários gêneros, não existe texto sem gênero, há sempre gênero e gêneros, ainda que *participar* nunca chegue a ser *pertencer*.

(DERRIDA, 1979. p. 204)<sup>1</sup>.

A ambivalência do participar e do pertencer, que Derrida vincula às dicotomias pureza/contaminação, normalidade/monstruosidade, é enunciada pelo antropólogo Clifford Geertz (1983) através da metáfora do fluxo sangüíneo: “os gêneros sangram e se tingem mutuamente”. O hibridismo parece surgir, assim, da práxis ou da produção textual, que, se bem participa de um gênero específico ou se vincula a ele, está sempre ativando outros gêneros. Embora diferenciados no início, esses outros gêneros vão aos poucos incorporando-se e misturando-se com o gênero predominante em primeira instância. THREADGOLD (1989) explica esse processo através da relação *type/token* ou *tipo/exemplar*, a qual se aproxima da relação *classe/indivíduo* ou *modelo genérico/texto individual*. Como é o leitor quem instancia um gênero a partir de um texto individual, o processo está sempre aberto a interpretações diferenciadas:

Toda vez que um texto é produzido para atender a um tipo de situação, ele se torna o modelo para um outro texto e um outro tipo de situação. Como modelo, funciona como um produto acabado, estático ou como um sistema para construção de novos textos. Uma vez que o processo de construção se inicia, ele se torna dinâmico, uma

---

<sup>1</sup> Minha tradução de: “Genres are not to be mixed [...] As soon as genre announces itself, one must respect a norm, one must not cross a line of demarcation, one must not risk impurity, anomaly or monstrosity [...] a text cannot belong to no genre, it cannot be without or less a genre. Every text participates in one or several genres, there is no genreless text; there is always a genre and genres, yet such participation never amounts to belonging.”

'encenação' que inevitavelmente mudará o modelo inicial. (THREADGOLD, 1989. p.108-109)<sup>2</sup>

Para Threadgold, toda repetição envolve uma “recontextualização e uma ressemantização que produzem ‘degeneração’ ou mudança genérica”. Mas, além disso, a própria relação *modelo genérico/texto individual* “carrega outras marcas de repetição, menos perceptíveis, citações de outros contextos, de outros discursos, de outros gêneros, que excedem o gênero inicial” (THREADGOLD, 1989. p.114). Isto nos remete à tese de Derrida sobre o hibridismo como sendo lei, a norma do gênero e não sua exceção. Presos a um momento histórico determinado, como é o caso de Averroes, resulta-nos difícil perceber a existência de gêneros fora do nosso contexto ou sua mudança e instabilidade.

Uma discussão interessante sobre genericidade e hibridismo é a que desperta a leitura do texto “Agents of ice”, publicado no periódico *Area* da sociedade britânica *Royal Geographic Society* (Anexo I). Uma olhada rápida pelo texto, observando-se seu formato, sua fonte, disposição e componentes, nos permite identificar que se trata de um artigo acadêmico, de autoria de dois pesquisadores da área da geografia. O texto obedece a várias das convenções de redação do artigo acadêmico, quais sejam título e subtítulos, identificação de autores e sua afiliação institucional, notas bibliográficas ao final do mesmo e uma tabela com dados numéricos, aparentemente estatísticos. Características léxico-gramaticais-discursivas típicas de artigos acadêmicos estão presentes desde a sentença inicial: uso do presente do indicativo para indicar fatos e processos apresentados como verdades ou afirmações irrefutáveis (“Teenagers cause winter”, “Evolution indicates that humans evolved in the quatorial regions”); escolha de um

---

<sup>1</sup> Minha tradução de: “Each time a text is produced so as to realize and construct a situation-type it becomes the model for another text and another situation-type. As a model, it functions like a static, finished product or a system according to which new texts can be constructed. Once the constructing begins it becomes again a dynamic process, a ‘performance’ which will inevitably change the model with which it begins”.

léxico típico do âmbito acadêmico (“test”, “hypothesis”, “data”, “results”, “correlation”, “distribution”, “ascertain”, “argue”, “inverse relationship”); padrões coesivos e argumentativos e uma macro-estrutura do tipo problema-solução (HOEY, 1988) típica da pesquisa acadêmica, apresentada através de movimentos argumentativos como os apontados por SWALES (1993) e outros em relação ao artigo acadêmico (delimitação do território, suporte de bibliografia anterior, definição de um nicho e ocupação do mesmo através da pesquisa apresentada). Uma leitura mais detida do texto, contudo, desperta em nós um sentimento de dúvida e confusão, uma vez que, se bem o estilo é, por momentos, acadêmico, o conteúdo apresentado e determinadas expressões e argumentos não parecem vincular-se a um tópico e metodologias tradicionalmente associadas ao científico. De fato, a tese desenvolvida (“os adolescentes provocam mudanças climáticas”) não representa uma tese plausível ou passível de ser estudada sob a perspectiva da ciência. Expressões como “Fahrenheit’s age-climate control theory has been viewed mercurially”, “subjected to unerring statistical analysis”, “the predictive power of the model is not perfect” ou “additional minor determinants of climate ... are not included because this would just confuse everybody” não constituem proposições esperadas de um texto acadêmico. A confusão aumenta à medida que avançamos na leitura e provoca gargalhadas quando chegamos à tabela apresentada e às conclusões do artigo. O último parágrafo, fechamento tradicional de todo artigo que levanta novas hipóteses a serem pesquisadas, torna-se, então, uma confirmação da paródia toda, reforçada ainda pelas referências bibliográficas com jogos delirantes de palavras e idéias, ligadas à cultura erudita e popular :”1954 Chevrolet”, “Killer Teens: the Lewis and Clark expedition”, “Tomorrow’s News Today Press”, “Climastrology”, “J. Steinbeck”, “The winter of our disco teens”.

“Agents of ice” é, assim, uma clara amostra de um texto que busca nos enganar fazendo-nos ativar uma associação com o gênero artigo acadêmico, para depois nos mostrar uma construção paródica perfeita de um formato ou modelo textual que nun-

ca poderia tornar-se um artigo acadêmico. O texto individual nos remete a um gênero, mas não satisfaz todos os requisitos que estabelecem a conexão *modelo/texto, gênero/indivíduo*, uma vez que ele parece possuir uma função social diferente (humorística) e não poderia negociar sua inserção no âmbito discursivo da comunidade acadêmica.

Como é sabido, a paródia opera através de um jogo no qual os textos despertam determinadas expectativas no leitor sem, porém, preenchê-las. Há um deslocamento entre o que o leitor espera com base no que o texto anuncia e o que o texto finalmente oferece. Jogos ou encenações textuais desse tipo fazem parte de um dos processos de produção textual mais comuns hoje em dia nos setores de propaganda e publicidade. Os textos reproduzidos no Anexo 2 são claros exemplos dessa encenação textual intergenérica. Seis deles pertencem a uma campanha publicitária lançada pela empresa *Sun Microsystems* e visam chamar a atenção do leitor e cliente em potencial para as inúmeras vantagens de se operar no mercado *online* na Internet com o suporte logístico dos softwares e servidoras que a *SUN* anuncia. A campanha publicitária cria uma identidade baseada na idéia de anúncios de espetáculos ao estilo cinematográfico. Os textos reproduzem em todos seus detalhes formais cartazes ou pôsteres de cinema anunciando filmes. Todos eles reproduzem ou parodiam filmes de grande sucesso, tais como *Tubarão*, e se utilizam das convenções textuais que caracterizam o gênero pôster ou cartaz de cinema, a saber, uma imagem reproduzindo uma das cenas do filme, o nome do filme em grandes letras, uma chamada fazendo alusão ao filme, e um texto na parte inferior, no qual tradicionalmente são apresentados atores, diretores, e outros participantes do elenco e produção do filme. Os destaques em caixa alta e fonte maior são tipicamente utilizados em cartazes de cinema para dar destaque a nomes famosos. A utilização explícita do cartaz de cinema como gênero a ser parodiado é também ilustrada pela menção, no rodapé, aos direitos autorais da Universal Studios no caso da propaganda que parodia o filme *Tubarão* (“The dot”).



Diferentemente dos cartazes convencionais, os textos da *Sun Microsystems*, contudo, apresentam na parte inferior do pôster uma narrativa com um caso típico de clientes que optaram pelos serviços da empresa ou uma descrição e argumentação justificando a relevância dos serviços da empresa. O estilo e a escolha lexical obedecem ao padrão retórico típico de uma apresentação de espetáculos: adjetivos e expressões superlativas, neste caso relativas ao fato apresentado e ao tópico técnico descrito (“vast opportunities”, “massive scalability”, “powerful force”, “ultra-available enterprise”). O estilo é bastante coloquial, simulando uma interação oral com o leitor, através de diretivas e perguntas: “if you do not take part, at least have the good sense to get out of the way”, “look”, “come enjoy”, “brace yourself”, “want to learn more?”. Os argumentos da *Sun* estão dirigidos a persuadir o leitor sobre as vantagens de se tornar uma empresa que opera via Internet, passando a ter uma identidade “ponto com”. Por exemplo, no cartaz “The dot”, que parodia o filme *Tubarão*, essa identidade “ponto com” é apresentada como uma “força poderosa”, com “capacidade feroz”, operando “debaixo da superfície” do oceano. No cartaz “Invasion of the dots” (“A invasão dos pontos”), a identidade “ponto com” é apresentada como uma “invasão de engenho”, com poderes “extraterrestres”, munida de um “arsenal” de equipamento que possibilitará ao cliente se preparar para sua “primeira batalha”. Já na publicidade “The outsourcer” (“O mágico da terceirização”), a escolha lexical reflete, a partir do próprio título, os dois campos nos quais se baseia o jogo da publicidade: o campo místico da mágica e o campo da terceirização de serviços, neste caso serviços de rede operacional de uma empresa. Dai a apresentação de “tempos místicos” com “cavaleiros e guerreiros internautas” garantindo, simultaneamente, “controle rigoroso” e “paz de espírito”.

Além desses seis exemplos, o Anexo 2 apresenta um exemplo de paródia, também do gênero cartaz de cinema, mas desta vez elaborada pela revista brasileira *Bundas* como forma de ironizar o comportamento do presidente Fernando Henrique Cardoso. No cartaz, o filme *Missão Impossível II* é protagonizado,

não pelo autor Tom Cruise, mas pelo presidente Cardoso, cuja missão impossível é tentar controlar a violência no Brasil através do Plano de Segurança Nacional.

Se a paródia opera através do jogo ostensivo e do não preenchimento das expectativas do leitor, as quais são deslocadas de um gênero para outro ou de uma função para outra diferente daquela do gênero inicial, há outros processos de hibridização discursiva que operam de forma menos explícita e com propósitos outros além do humor e da ironia. Dentre eles, os teóricos da Análise do Discurso destacam a intertextualidade e a interdiscursividade. O primeiro processo, amplamente estudado sobretudo no discurso literário, diz respeito à presença explícita de outros textos num texto, geralmente através de citações. O segundo processo, de maior relevância para a presente discussão, envolve a constituição de um texto a partir de uma configuração interdependente e complexa de tipos textuais e convenções discursivas. É precisamente esse segundo processo, a interdiscursividade, que constitui o foco de muitas das pesquisas atuais, sobretudo da Análise Crítica do Discurso, uma vez que ele parece explicar mudanças genéricas constituídas historicamente. No caso específico da Análise de Gêneros, como mostrarei na seção seguinte, a interdiscursividade permite observar a mudança genérica e sua estreita vinculação com práticas sociais e comunidades discursivas específicas.

### III. Interdiscursividade

Para o analista do discurso Norman Fairclough (1995), tanto o surgimento de novos gêneros como a transformação dos já existentes estão relacionados com mudanças discursivas mais amplas no seio da sociedade contemporânea. Fairclough caracteriza alguns dos processos em andamento no chamado período da modernidade tardia, que define, *grosso modo*, desta maneira:

- **Democratização** ou problematização crescente das desigualdades vinculadas às categorias de classe, gênero, etc.;

- **Comodificação** ou disseminação para domínios e instituições diversas de uma percepção das relações sociais baseada na produção e consumo de bens;
- **Tecnologização** ou utilização de ‘tecnologias’ discursivas (entrevista, instrução, aconselhamento e propaganda) como técnicas transcontextuais e estratégias discursivas.

FAIRCLOUGH (neste volume) ilustra esses processos através da análise de publicidade de instituições de ensino superior e mostra como, historicamente, pode ser percebida uma mudança nas tecnologias discursivas empregadas, baseadas em posicionamentos discursivos que revelam a construção do leitor como consumidor de um produto. O estudo reforça a idéia de poder e ação discursiva sobre o interlocutor, uma vez que o texto interpela o leitor, que através da instanciação de determinados gêneros, começa a se posicionar enquanto sujeito e membro social de acordo com a interação que o texto propicia. A esse respeito afirma FAIRCLOUGH (1995. p.135):

Os textos postulam e de maneira implícita estabelecem posições interpretativas para sujeitos interpretantes que possuem a capacidade de fazer inferências baseadas em sua experiência prévia a fim de estabelecer conexões através dos diversos elementos intertextuais de um texto... Na medida em que os interpretantes conseguem resolver as contradições de interpretação, eles vão sendo posicionados pelos textos (ou tendo seus posicionamentos anteriores reforçados) como sujeitos complexos.<sup>3</sup>

Tudo parece indicar, seguindo a argumentação de Fairclough, que, juntamente com os gêneros, mudam os sujeitos que interagem com eles e através deles. Em outras palavras, os gêneros

---

<sup>1</sup> Minha tradução de: “Texts postulate, and implicitly set up interpretative positions for, interpreting subjects who are ‘capable’ of using assumptions from their prior experience to make connections across the intertextually diverse elements of a text [...] in so far as interpreters do resolve contradictions interpretatively, they are themselves also being positioned (or having existing positionings reinforced) as complex subjects by texts”.

mudam porque novos textos instanciam gêneros diversos associados a um gênero maior que está sendo focalizado. Ao mesmo tempo, podemos dizer que os sujeitos instanciam gêneros diversos devido à interpelação que os textos fazem, que os leva a se posicionar enquanto sujeitos em interação com esses textos. Nesse circuito texto – sujeito – gênero, a interdiscursividade, segundo Fairclough, opera através de mecanismos de apropriação e colonização. Assim, por exemplo, aponta Fairclough, o discurso da publicidade de instituições de ensino superior vem sendo colonizado pelo discurso midiático da publicidade comercial que “comodifica” sujeitos e educação. Mais além das implicações do conceito de colonização, que não são objeto da presente discussão, interessa-nos, neste momento observar mecanismos de interdiscursividade presentes em alguns textos de publicidade de remédios, que analisamos a seguir, a partir dos quais podemos observar com mais detalhe os mecanismos textuais que fazem com que textos interpelem sujeitos e que estes instanciem gêneros que os levarão a se posicionar enquanto sujeitos interpretantes.

#### IV. Gêneros Interdiscursivos

A análise de algumas publicidades de medicamentos presentes em revistas de divulgação geral nos revela aspectos da construção de novos leitores através de textos heterogêneos ou *heterodiscursivos*.

O Anexo 3 apresenta três propagandas de medicamentos ou suplementos destinados a resolver problemas de saúde detectados pelo leitor sem efetuar, necessariamente, uma consulta ao médico. Esse tipo de produto foi escolhido por se tratar de um produto que escapa à medicina alopática e a seus mecanismos de consulta e prescrição. Dois deles, publicados no Brasil e vinculados ao laboratório *Herbarium*, anunciam produtos apresentados como “naturais”, enquanto que o terceiro, publicado na Argentina, apresenta um suplemento alimentar não contendo uma droga específica. Enquanto as publicidades do *Herbarium* estão claramente dirigidas a um segmento específico de leitores, homens no

caso do *Prostatal* e mulheres no caso do medicamento *Prímoris*, a publicidade do *Fosfovita* não especifica um leitor, mas apresenta o medicamento como passível de ser utilizado tanto por adultos como por crianças.

Por se tratar de produtos para-medicinais ou alternativos, os textos apresentam duas vozes enunciadoras claramente em conflito: a voz que recomenda o produto e a voz institucional, que, atendendo a uma exigência legal, alerta para a necessidade de se realizar a consulta ao médico através dos dizeres: “O melhor tratamento é a prevenção, consulte o seu médico”, “Estas informações possuem caráter orientativo e não substituem cuidados médicos” e “Consulte a su médico”. Na propaganda argentina, há ainda uma terceira voz, vinculada à instituição farmacêutica, que alerta para a necessidade de se adquirir suplementos alimentares em farmácias e não em outros locais: “Recuerde, su farmacia le brinda seguridad”.

O conflito de vozes reencena, no espaço do texto, conflitos discursivos entre instituições que buscam interpelar o leitor a partir de um posicionamento discursivo específico. Neste caso, o leitor é interpelado pelo laboratório enquanto sujeito que precisa tomar cuidados com seu corpo e sua saúde e que precisa atender aos aconselhamentos dados pelo laboratório, que visam a resolver seus problemas. Já uma voz institucional difusa, associada à esfera legal, interpela o leitor enquanto sujeito que deve recorrer ao médico enquanto instância maior de aconselhamento sobre sua saúde. Na publicidade argentina, o leitor é interpelado enquanto sujeito que precisa tomar cuidado com a segurança do que for consumir, podendo adquirir suplementos alimentares (os quais passam a ser legitimados por essa voz), embora devendo optar pela farmácia enquanto instituição de vendas confiável e segura.

Além dessa demanda múltipla que o texto exerce sobre o leitor, observamos formas diferentes e estratégias ou tecnologias discursivas associadas a gêneros discursivos diferentes. Em primeiro lugar, o leitor é interpelado enquanto sujeito a ser instruído sobre sua condição de saúde, tarefa esta que é realizada atra-

vés de um texto heterogêneo, passível de instanciar gêneros diversos. Por um lado, o leitor é instruído através de definições aparentemente técnicas que podem ser facilmente associadas a manuais médicos. Por outro, essas definições e descrições não pertencem, nem nunca poderiam fazê-lo, ao suposto gênero instanciado, o compêndio médico, uma vez que a comunidade discursiva à qual se dirige o manual médico não é a mesma que a comunidade de leitores em potencial das publicidades em foco.

Na publicidade do *Prostatal*, por exemplo, temos uma definição de próstata que difere claramente da definição encontrada em compêndios de medicina:

A próstata é o órgão responsável pela produção de parte do líquido seminal que vai ajudar na sobrevivência dos espermatozoides. (Grifo meu)

A imprecisão e o estilo informal das expressões sublinhadas claramente mostram que, embora o gênero aqui utilizado como tecnologia discursiva, isto é, a definição, seja comum no compêndio médico, a definição apresentada não foi retirada dessa fonte. Outra estratégia discursiva utilizada nessa publicidade, a numeração de sintomas da doença, também desempenha um papel semelhante ao da definição: ela instancia o gênero compêndio ou tratado médico, sem, no entanto, reproduzir dados dessa fonte.

Tanto a publicidade do *Protastal* como a do *Prímoris* e do *Fosfovita* fazem uso de definições e numerações enquanto estratégias discursivas que ativam o gênero “tratado médico”. As três também apresentam terminologia técnica, acompanhada de uma explicação não técnica. Trata-se de reescritas de segmentos de informação gerada no âmbito acadêmico que precisam agora ser repassadas para uma comunidade não necessariamente acadêmica. Expressões como “Hiperplasia Benigna de Próstata”, “ácidos graxos”, “Tensão Pré-Menstrual”, “Ácido Gama Linolêico”, “fosfolípidos”, L-Fenilalanina”, “Vitamina B1, B6 e B12” são importadas para o espaço da propaganda a partir de fontes técni-

cas, mas todas elas estão acompanhadas de explicações ou dicas sobre seu significado.

No espaço de tensão entre múltiplas vozes, o recurso utilizado pela publicidade é o de reescrever informação científica de maneira a fazer com que o leitor associe essa informação com o mundo científico enquanto produtor de gêneros e discursos legitimadores da informação (cf. PAGANO, 1998). A propaganda opta pela interpelação do sujeito enquanto indivíduo que compreende informações técnicas e pode assim passar a ter maior controle sobre sua saúde e a tomar decisões tais como a de escolher medicamentos. O tratado médico é escolhido como gênero a ser instanciado, mesmo que numa reescrita, com o propósito de suplantar a voz do médico.

## **V. Gêneros de Contornos Difusos**

O objetivo desta análise não é desvendar os propósitos de determinadas instâncias de enunciação discursiva (a dos laboratórios de medicina alternativa) ou de reivindicar o papel de vozes discursivas que possam proteger o consumidor contra a ação controvertida e potencialmente negativa da publicidade de determinados medicamentos. O tratamento maniqueísta das relações interdiscursivas pode, na realidade, levar a percepções simplificadoras e pouco iluminadoras para o analista crítico do discurso. Trata-se, antes, de observar como processos discursivos operam no seio de mudanças históricas e ideológicas na sociedade contemporânea. BERKENKOTTER & HUCKIN (1995) relacionam as mudanças discursivas atuais com o desenvolvimento tecnológico, que gera transformações e gêneros com contornos menos nítidos. FAIRCLOUGH (1995) também aponta para a especificidade do momento histórico atual, que ele caracteriza como sendo um período de “intensas mudanças sociais e culturais, o que talvez explique a repercussão atual de teorias que enfatizam a intertextualidade e a heterogeneidade”. Nesse sentido, observar a interdiscursividade, neste caso do discurso científico ligado a

gêneros de comunicação acadêmica, como é o caso do tratado de medicina, é uma forma de explorar mudanças nas práticas sociais a partir de mudanças discursivas. Em outras palavras, a interdiscursividade presente nas publicidades sobre medicamentos em revistas de divulgação geral evidencia mudanças que estão relacionadas com a formação de um leitor que será orientado a posicionar-se enquanto sujeito que interage com informação reescrita a partir de fontes científicas.

“O gênero instaura uma relação de poder entre produtor e receptor” afirma THREADGOLD (1989). No caso das publicidades de medicamentos, o produtor dos textos interpela seus leitores de forma a levá-los a instanciar gêneros diversos, que, graças a uma interação contínua e repetida, se tornam aspectos constitutivos do gênero “publicidade de medicamentos”. Analogamente ao estudo de folders informativos e propaganda de instituições de ensino superior realizado por Fairclough (neste volume), podemos afirmar que as práticas discursivas da área de medicamentos vêm passando por um processo de transformação relacionado com a proeminência que o discurso científico vem adquirindo através de reescritas em gêneros dirigidos a audiências leigas. Uma observação longitudinal de publicidades de medicamentos alternativos a partir da década de 1950 revela a crescente incorporação, por parte desse gênero, do discurso científico de reescritas de textos acadêmicos, que funciona como discurso legitimador da informação e formador do sujeito enquanto sujeito passível de compreender temas de saúde e doença e tomar decisões que dispensam a agência da medicina alopática.

As estratégias de instrução e aconselhamento, todavia, não operam necessariamente numa direção de mão única, de imposição de produtores para receptores. Como em toda relação de poder, há um movimento bilateral através do qual o receptor aceita ser interpelado e estabelece uma identidade que abrirá a interação com o produtor. Transformações discursivas e genéricas acontecem devido ao reconhecimento e identificação comum de produtores e receptores.



## VI. A Análise Crítica

Na trajetória percorrida pelos teóricos da Análise de Gêneros, a partir de trabalhos seminais como o de SWALES (1993) e outros, observamos uma crescente preocupação e consideração das questões de gênero como imbricadas em redes de relações sociais, no marco ideológico de períodos históricos e culturais específicos. Essa caminhada acompanha aquela percorrida também pela própria Análise do Discurso enquanto campo disciplinar com uma proposta interdisciplinar. Mais recentemente, a Análise Crítica do Discurso emerge com vistas a explorar ainda mais as perspectivas interdisciplinares, procurando redefinir o objeto de estudo desse campo — o discurso — num diálogo estreito com os Estudos Culturais.

Torna-se evidente, a partir dos exemplos analisados ao longo desta discussão, a necessidade de se refletir sobre gênero não apenas como tipo textual mas também, e sobretudo, como categoria que envolve “processos específicos de produção, distribuição e consumo de textos” (FAIRCLOUGH, 1995, p.126). O período histórico no qual estamos vivendo, caracterizado pelos processos de comodificação, democratização e tecnologiação, constitui e ao mesmo é constituído por muitas das práticas sociais que demandam hoje práticas discursivas heterogenéricas ou intergenéricas. Retomando as reflexões de BERKENKOTTER & HUCKIN (1995), a tecnologia transforma e produz “gêneros com contornos menos nítidos”; por isso, “parte da nossa aprendizagem envolve adquirir fluência em diversos meios de comunicação”, tornando-nos, assim, sujeitos interpelados e abertos à interpelação de instituições geradoras de discursos em disputa ou em contínuo estado de tensão. A publicidade de medicamentos alternativos revela essa tensão através de seus diferentes agentes de enunciação: laboratórios, a instituição legal, as farmácias.

A interdiscursividade presente na publicidade de medicamentos representa um tipo de hibridismo diferente daquele observado nas paródias e nos jogos da publicidade em geral. Se, no segundo caso, os textos evocam gêneros para subverter as espec-

tativas dos leitores e provocar o humor, o gozo lúdico, no primeiro, o recurso à instanciação de gêneros diversos obedece a transformações nas práticas sociais e discursivas, baseadas em formas de interação que buscam o apoio de discursos legitimadores da informação.

Contornos menos nítidos e interdiscursividade são características de um período histórico que vivenciamos, assim como Averroes vivencia seu universo hispânico-árabe distanciado do mundo grego de Aristóteles, seu interlocutor. Para o analista do discurso, a interpretação dos signos precisa passar pela compreensão do contexto histórico e pela inserção da dimensão histórica nos seus estudos, de modo a ampliar os horizontes de análise das práticas discursivas. Já para o analista crítico do discurso, a história e o intercâmbio com outros campos disciplinares é o caminho para a interpretação da heterogeneidade de vozes e textos no tecido social contemporâneo.

Assim como a história de Averroes nos permitiu iniciar esta discussão, as publicidades da *Sun Microsystems* nos permitem encerrar este trabalho, com um exemplo de interpretação crítica. No tecido discursivo dos textos da empresa, o recurso à paródia de gêneros, neste caso o cartaz de espetáculos e cinema, estende-se para um outro plano de interpretação, o qual envolve, de maneira curiosa e significativa, tecnologia, literatura e cinema. O nome registrado pela *Sun Microsystems* para o sistema operacional das servidoras que possibilitarão a criação de um ambiente virtual e de uma identidade “ponto com”, é curiosamente “Solaris”, título do polêmico romance de ficção científica *Solaris* (1970), escrito pelo polonês Stanislas Lem e levado ao cinema pelo renomado cineasta russo Andrei Tarkowski (*Solaris*, 1971). No romance de Lem, “Solaris” é um planeta distante, visitado por exploradores humanos que buscam compreender o ser orgânico que o habita, um imenso oceano que gera artefatos cuja função escapa à mente humana. Os acontecimentos da narrativa mostram, no decorrer do romance, que Solaris produz réplicas de pessoas e objetos existentes na memória dos visitantes humanos. Solaris, o Oceano, é uma espécie de deus que gera seres virtuais num

universo virtual que nada mais é do que a réplica da *psyche* humana.

Originalmente, na visão de Stanislas Lem, e do cineasta que recria *Solaris*, ambos críticos da idéia de investigação e exploração do cosmos por parte do ser humano, *Solaris*, o Outro, o Oceano incompreensível, é na realidade a mente humana num vôo espacial narcisístico. Já a noção de *Solaris* apropriada pela *Sun Microsystems* é a de *Solaris* enquanto universo virtual, o Oceano que abrange todo um sistema operacional e é capaz de gerar réplicas exatas com controle absoluto dos processos computacionais. Para o analista crítico do discurso, resulta impossível deixar de ler o signo *Solaris*, quando se faz uma análise das publicidades da *Sun Microsystems*. Sua abordagem crítica do discurso não pode omitir ou deixar de perceber a intertextualidade do signo *Solaris*, sua relação com o *Solaris* de Lem e Tarkowsky, agora transformada num processo interdiscursivo complexo, no qual a noção do planeta virtual do gênero “romance de ficção científica” é transposta para o gênero “filme de ficção científica” e, por último, para o discurso de estruturação de uma empresa e sua campanha publicitária, que se utiliza de outros gêneros, o cartaz de cinema, para introduzir o aspecto lúdico de paródia. *Solaris* é agora um produto, um conceito, uma interpretação contextualizada no espaço, no tempo e, por que não, também no gênero.

“A rede é o computador” (“the network is the computer”) reza o slogan da *Sun Microsystems*, colocado em fontes minúsculas no rodapé das publicidades analisadas. A frase remete a nós — analistas críticos do discurso — àquela célebre frase que uma vez dissera Marshall McLuhan, o não menos célebre analista das comunicações e mídia eletrônica. “A rede é o computador” assim como “o meio é a mensagem”. *Solaris* pode não ser a *psyche* humana, mas, nos anúncios da *Sun Microsystems*, a empresa-demiurgo, é apresentado, posto na cena textual, como uma réplica quase perfeita. O “todo poderoso *Solaris*” (“all powerful *Solaris*”) é o ambiente operacional no qual uma nova economia, uma “ponto-conomia” (“dot-conomy”), uma “economia de rede”

("net economy") está em gestação. Ele fornece segurança virtual, operacional e espiritual.

Da literatura para o cinema e do cinema para a publicidade que parodia o cartaz de cinema, Solaris é meio e mensagem, a rede e o computador. Desnecessário dizer aqui que, numa abordagem crítica, o slogan é mais um dos gêneros dentro do universo interdiscursivo a ser capturado pelo telescópio do analista.

## Referências Bibliográficas

- BEEBEE, T. O. *The ideology of genre. A comparative study of generic instability.* The Pennsylvania State University Press, Pennsylvania, 1994. Introduction: Why genre?, p.1-29.
- BERKENKOTTER, C. & HUCKIN, TH. *Genre knowledge in disciplinary communication: cognition/culture/power.* Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1995.
- BEX, T. *Variety in written English; texts in society: society in texts.* London & New York: Routledge, 1996.
- BORGES, J. L. *Obras completas.* Buenos Aires: Emecé, 1976. p.582-588: La busca de Averroes.
- CHRISTIE, F. Writing in schools: generic structures as ways of meaning. In: COUTURE, B. (Ed.). *Functional approaches to writing; research perspectives.* Norwood: Ablex, 1986.
- DERRIDA, J. The law of genre. Trad. Avital Ronell. In: *Bulletin of the International Colloquium on Genre.* Strasbourg: Univ. de Strasbourg II, 1979. p. 202-32.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change.* Cambridge: Polity Press, 1995.
- FREEDMAN, A. & MEDWAY, P. New views of genre and their implications for education. In: FREEDMAN, A. & MEDWAY, P. (Ed.). *Learning and teaching genre.* Portsmouth: Heinemann, 1994. p.1-24.
- HOEY, M. *On the surface of discourse.* Oxford; OUP, 1988.
- MARTIN, J. *Factual writing: exploring and challenging social reality.* Oxford: OUP, 1989.

- PAGANO, A. Genes, ovelhas e discos compactos: alguns aspectos das reescritas de descobertas científicas. In: MACHADO, I. L., CRUZ, A. R., LYSARDO-DIAS, D. (Ed.). *Teorias e práticas discursivas; estudos em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/CAROL BORGES EDITORA, 1997. p.55-72.
- RICHARDSON, P. W. Language as personal resource and as social construct. In: FREEDMAN, A & MEDWAY, P. *Learning And Teaching Genre*. Portsmouth: Heinemann, 1994. P. 124-125.
- SWALES, J. *Genre analysis; English in academic & research settings*. Cambridge: CUP, 1993.
- THREADGOLD, T. Talking about genre: ideologies and incompatible discourses. *Cultural Studies*, 3/1. 1989. p. 101-127.

## ANEXO I

### AGENTS OF ICE

**Gary L. Gaile**, Department of Geography, University of Colorado, Campus Box 260, Boulder CO80309, USA and **Dean M Hanink**, Department of Geography, University of Connecticut, Storrs CT 6268, USA

Teenagers cause winter. This long-lost fact was initially revealed at the turn of the 18th century to Gabriel D Fahrenheit, who developed a scheme measuring temperature based on age. Fahrenheit realised that not only is temperature related to age, but that teenagers actually control climate. Over the centuries, Fahrenheit's age-climate control theory has been viewed mercurially, but his scale has lived on, challenged only by the metric of IC Celsius, who, being 5/9 the scholar Fahrenheit was, felt life and temperature began at 32 (note that teen temperatures are cold in Fahrenheit, but warm in Celsius), and by Chastity Kelvin who believed in absolute frigidity.

In order to test the hypothesis that teenagers cause winter, data from the 1980 US Census has been subjected to unerring statistical analysis. The variables used to measure age and temperature respectively were '% of the population 5-17 years old' which includes most teenagers and many who aspire to the status and 'mean January temperature' (in Fahrenheit, coincidentally). The data were collected for all central cities of Standard Metropolitan Statistical Areas in the US and a robust unilateral sample of 68 cities was taken (Table 1). The results are

conclusive: an inverse relationship ( $r = 0.87$ ) between teenagers and high January temperatures, therefore teenagers cause winter. Despite the high correlation ( $R^2 = 0.755$ , significance level = 0.0001), the predictive power of the model is not perfect. Additional minor determinants of climate, e.g. solar energy, are not included because this would just confuse everybody.

Initial critics of our research have argued that the correlation is simply due to the fact that the elderly tend to move to sunnier climes upon retirement, thus accounting for the skewed age distribution. Such criticism is an attempt to cover up perhaps the most nefarious conspiracy in climatic history. Age is not just related to climate, teenagers actually control climate and have through time immemorial caused winter.

### **How and why do teenagers cause winter?**

Evolution indicates that humans evolved in the equatorial regions. Why did they move from such a central location? It is probable that early teenagers had a rapport with their parents similar to the rapport that exists today. It is surprising anyone lived through it. Survival, indeed, was the name of the game. To survive the identity crisis (complicated not just by ego, but by speciation), teenagers fled north and south from equatorial regions. They soon learned to cause winter in an attempt to discourage their parents from following them and bringing them back home. The ice ages caused by teenagers were quite effective in limiting both the mobility and the life expectancy of adults.

Now that teenage control of climate has been proven with certainty, it is important to look at the evidence for causality and motivation. Causality is indeed difficult to wholly determine, although particles of evidence have surfaced in diverging areas. It is well known, for instance, that teenagers often try to “act cool”. It is also known that they frequently leave the refrigerator door open. There are even some reports that teenagers have

*Table 1* Age-temperature relation of US cities

<i>City</i>	<i>% pop. 5-17</i>	<i>Mean Jan. Temp</i>	<i>City</i>	<i>% pop. 5-17</i>
Abilene	19.9	43.7	Dubuque	24.0
Akron	20.9	26.3	Ft Lauderdale	16.1
Amarillo	20.2	36.0	Ft Myers	16.6
Anaheim	20.5	54.5	Gainesville	17.0
Anchorage	22.0	11.8	Las Vegas	20.5
Anderson	22.4	28.2	Los Angeles	19.7
Appleton	22.3	16.9	Melbourne	19.5
Asheville	19.7	37.9	Miami	18.2
Athens	18.8	44.5	Ocala	20.1
Austin	19.2	49.7	Racine	23.0
Battle Creek	22.0	22.3	Raleigh	19.0
Bay City	22.8	23.1	Richland	22.4
Benton Harbor	23.1	24.2	Rochester MN	21.7
Billings	21.0	21.9	Rock Island	22.4
Binghamton	21.2	22.0	Sacramento	19.6
Bismarck	22.0	8.2	St Cloud	23.2
Boise	21.4	29.0	Salinas	19.9
Bradenton	15.7	61.3	San Angelo	19.8
Bristol	21.6	24.8	San Diego	18.6
Brockton	22.9	29.2	San Francisco	17.5
Burlington	21.1	16.8	Santa Barbara	18.1
Canton	21.5	26.3	Santa Cruz	17.4
Cedar Rapids	21.6	20.4	Santa Rosa	19.3
Charleston WV	19.6	34.5	Sheboygan	21.5
Chicago	21.2	22.9	Sherman	19.6
Cincinnati	21.6	31.1	Syracuse	21.5
Colorado Sp.	21.4	32.9	Tallahassee	18.9
Cumberland	21.2	29.0	Tampa-St Pete	17.2
Danbury	23.3	24.8	Tucson	19.7
Davenport	21.6	22.9	Tuscaloosa	20.0
Dayton	21.4	28.1	Waco	19.3
Daytona Beach	16.3	58.4	Wausau	22.9
Decatur	21.2	28.3	W Palm Beach	16.2
Detroit	22.4	25.5	Yakima	22.3

Correlation:  $R = 0.869$ ,  $a = 0.0001$ ,  $R^2 = 0.755$ ,  $F = 203.6$

Regression:  $\text{Temperature} = 180.3 - 7.04 \text{ Age}$ , Standard error = 0.49

illicitly been importing “snow” from Colombia. They are always ordering ice in their drinks and taking coolers to their sporting events. They have grown long hair as natural protection (it is



interesting to note that baldness comes with age, perhaps indicating early success of teenage genetic engineering). They (and a few adults who'd like to be younger) are the only ones who actually go out and play in the snow. Most nefarious of all, during the summer months they actually 'soak up rays' very casually, thus depriving the earth of its source of heat.

Indeed, if we go back to the earliest teenagers, the Eskimos, we find that they abandon their elderly in the name of preserving their natural environment. In the tropical areas of the world, humans 'grow up' fast and may even be said to completely miss their teenage years as they progress directly to adulthood with the onset of puberty, thus explaining the lack of winter in these parts.

These seasonal migration of teenagers to Florida indeed signals the end of winter in the northern areas they inhabit. It is important to note that the leaders of the teenage cult migrated from colder climes upon reaching maturity, e.g. Jerry Lee Lewis and Dick Clark moved from the cold to Los Angeles<sup>1</sup> as did Hugh Hefner when he came of age. Indeed, some teenage heroes became victims of their own control, most notably, the loss of Buddy Holly and Big Bopper in a snow storm air crash.<sup>2</sup> Among the leaders of the teenagers today is a group called 'Kool and the Gang'. Need more be said?

Teenage motivation for causing winter is perhaps more difficult to ascertain. Perhaps they simply still like the fact that it annoys their parents, or they realise that Christmas and the concomitant gifts (a valuable economic incentive to this non-working class) require winter. It is known that as soon as they are allowed to conspire *en masse*, i.e. when school starts, winter

---

<sup>1</sup> Allen J. L. (1954 Chevrolet) "Killer teens: the Lewis and Clark expedition " in Belmonts, Dion and the (eds) *Festschrift for Dobie Gillis* (Beach Blanket Press, Malibu CA), 212-490 + maps and apology

<sup>2</sup> Allen J. L. (1985) "The Holly-Booper expedition" in Scott, Willard (ed.) *Flights of fancy* (Tomorrow's News Today Press, Burbank CA), available only on Video Disc

is never far behind. It has even been noted that there is a declining intellectual climate in the schools.<sup>3</sup>

Much research remains. What is the effect of marijuana smoke or acne vapour on the ozone layer? Do the more efficient digestive systems of teenagers substantially reduce the amount of superheated gaseous effluent in the atmosphere? Can ice cream parlours and milk shakes be outlawed? What did Meg Trudeau do with the Rolling Stones?<sup>4</sup> Can teenagers and winter be eliminated?

---

<sup>3</sup> Willmott P. J. (1984) "Climastrology: what's your sign and why do you treat me so cold?" *Journal of Adolescent Climatology* 17(2), 3-4


<sup>4</sup> Steinbeck J. (1234) *The winter of our disco teens* (Clansfield State University Press, Clansfield)

## ANEXO II

# INVASION OF THE DOTS

LOOK UP IN THE SKY. IT'S A WHOLE NEW DOT-ECONOMY! IT'S AN INVASION OF INGENUITY, POWERED BY TECHNOLOGY THAT SEEMS OTHERWORLDLY BUT COMES FROM THE DOT IN .COM, SUN MICROSYSTEMS. SUN ARMS INVADERS WITH AN ARSENAL OF ENTERPRISE SERVERS THAT SCALE TO MEET THE INTERNET GROWTH CURVES OF POWERHOUSES LIKE CONOW AND E\*TRADE. AND THOSE SERVERS ARE LOADED WITH THE ALL-POWERFUL SOLARIS, A TRUE .COM OPERATING ENVIRONMENT (15 OF 20 GLOBAL ISP'S RUN ON IT). BEWARE, THESE INVADERS WILL GROW SMARTER AS THEY UNLOCK THEIR GROWING DATABASE OF INTELLIGENCE WITH SUN'S OPEN STORAGE SOLUTIONS. CAN YOU BE AN INVADER? YOU CAN. SUN SERVICES WILL PREPARE YOU — WHETHER YOU ARE GETTING READY FOR YOUR FIRST BATTLE OR RETOOLING YOUR FORCES FOR THE NEW WORLD. RED ALERT: THE .COM INVASION IS HERE. PLEASE, IF YOU DO NOT TAKE PART, AT LEAST HAVE THE GOOD SENSE TO GET OUT OF THE WAY.

See website at the top center: WWW.SUN.COM/INVASION  
© 1999 Sun Microsystems, Inc. All rights reserved. Sun, the Sun logo, Solaris, the Solaris logo, Open Storage, the Open Storage logo, and the Open Storage logo are trademarks or registered trademarks of Sun Microsystems, Inc. in the United States and other countries. All other trademarks are the property of their respective owners.



We're the dot in .com

THE DOT IN .COM PRESENTS

# THE OUTSOURCERER



THE GREATEST SERVICE PROVIDER OF ALL TIME.

IN THESE MYSTICAL TIMES OF NET KNIGHTS AND WEB WARRIORS, THE SERVICE PROVIDER LANDSCAPE APPEARS DAUNTING AND TUMULTUOUS. WHO DO YOU TRUST WHEN OUTSOURCING YOUR DATACENTER, WEB HOSTING OR CRITICAL APPLICATIONS LIKE ERP? TRUST THE **OUTSOURCERER** - ONE WHO HAS THE MAGIC OF **SUNTONE**™ CERTIFICATION FROM THE DOT IN .COM. SUN MICROSYSTEMS. WHEN YOU SEE THE **SUNTONE** SEAL, YOU'LL KNOW THAT THE **OUTSOURCERER** HAS ENDURED **RIGOROUS TESTING** AND PASSED STRINGENT SPECIFICATIONS FOR **NETWORK INFRASTRUCTURE** AND OPERATIONS, SO YOU GET DIAMTONE-LIKE RELIABILITY FOR YOUR OUTSOURCED APPLICATIONS AND SERVICES. WITH THE **OUTSOURCERER**, YOUR PEACE OF MIND IS REAL. WHY? BECAUSE THE **OUTSOURCERER** IS REAL. AND HE'S GOT THE **SUNTONE** SEAL TO PROVE IT. SERVICE PROVIDERS: TO FIND OUT HOW TO GET CERTIFIED, VISIT [SUN.COM/SUNTONE](http://SUN.COM/SUNTONE).

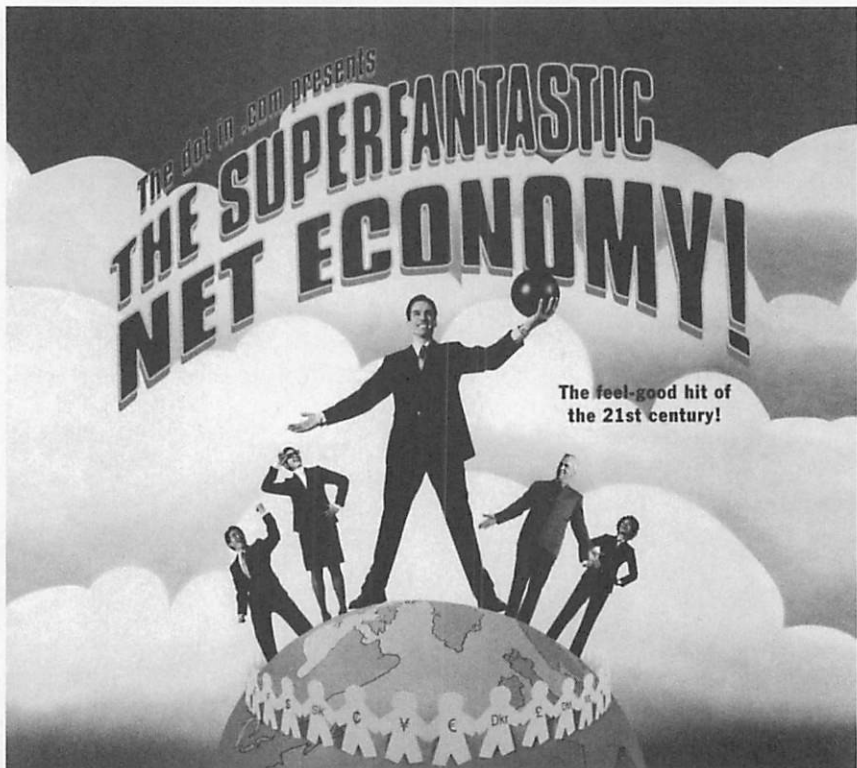
© 2001 SUN MICROSYSTEMS. ALL RIGHTS RESERVED. SUN MICROSYSTEMS, THE SUNTONE SEAL, OUTSOURCERER, YOUR PEACE OF MIND IS REAL, AND HE'S GOT THE SUNTONE SEAL TO PROVE IT, SERVICE PROVIDERS: TO FIND OUT HOW TO GET CERTIFIED, VISIT SUN.COM/SUNTONE, AND SUNTONE CERTIFIED ARE TRADEMARKS OF SUN MICROSYSTEMS. ALL OTHER TRADEMARKS ARE THE PROPERTY OF THEIR RESPECTIVE OWNERS.



We're the dot in .com

THE DOT IN .COM PRESENTS  
**THE SUPERFANTASTIC  
NET ECONOMY!**

The feel-good hit of  
the 21st century!



COME ENJOY **THE SUPERFANTASTIC NET ECONOMY**. THE DOT IN .COM, **SUN MICROSYSTEMS**, HAS THE END-TO-END SOFTWARE YOU NEED. WHETHER YOUR BUSINESS IS STARTING UP OR STARTING OVER, WE CAN HELP. OUR SOFTWARE CAN **CONNECT YOUR DATACENTER** TO YOUR SUPPLY CHAIN TO YOUR CUSTOMERS, AND EVERYTHING IN BETWEEN. **EVERYTHING**. EVERYWHERE. BECAUSE WE'VE ENGINEERED FOR A **NETWORKED WORLD** SINCE 1982. IT STARTS WITH THE **SOLARIS™** .COM OPERATING ENVIRONMENT, WHERE 75% OF THE NETWORKED WORLD ALREADY LIVES. THEN, **iPLANET™** E-COMMERCE SOLUTIONS PREPARE EVERY ASPECT OF YOUR BUSINESS FOR THE WEB. FROM INFRASTRUCTURE TO PROCUREMENT AND SALES, **iPLANET** PROVIDES OPEN, **SCALABLE APPLICATIONS** THAT HELP YOU STREAMLINE PROCESSES AND SPEED TIME TO MARKET, SO YOU CAN GROW (REALLY GROW) YOUR .COM BUSINESS WORLDWIDE. AND THANKS TO **JAVA™** AND **JINI™** TECHNOLOGIES, YOUR PEOPLE WILL HAVE **ACCESS TO INFORMATION** REGARDLESS OF PLATFORM OR LOCATION. GET READY FOR **INSTANT MONITORING** OF PRODUCTION, INVENTORY, CUSTOMERS - YOU NAME IT - FROM A UNIVERSE OF CONNECTED DEVICES LIKE PALMTOPS AND CELL PHONES. WHETHER YOU NEED ONE PIECE OR THE ENTIRE ARCHITECTURE, **SUN'S OPEN SOFTWARE PLATFORM** MAKES IT EASY TO JOIN THE SUPERFANTASTIC NET ECONOMY. AND THAT HAS **EVERYONE DANCING** IN THE STREETS.

 **Sun**  
microsystems

We're the dot in .com™

THE NETWORK IN THE COMPUTER - WWW.SUN.COM / SUPERFANTASTIC ©2000 SUN MICROSYSTEMS, INC. ALL RIGHTS RESERVED.  
SUN, SUN MICROSYSTEMS, THE SUN LOGO, THE SUN MOTIF, THE SUN MOTIF OF LOGO, TRADE, PLANET, AND iPLANET ARE THE REGISTERED OR UNREGISTERED TRADEMARKS OF SUN MICROSYSTEMS, INC. IN THE UNITED STATES AND OTHER COUNTRIES.  
JAVA AND JINI ARE TRADEMARKS OR REGISTERED TRADEMARKS OF SUN MICROSYSTEMS, INC. IN THE UNITED STATES AND OTHER COUNTRIES.

# THE DOT



Just when your competition  
thought it was  
safe to do business.

JUST BENEATH THE SURFACE OF YOUR BUSINESS LIES THE MOST POWERFUL FORCE IN THE UNIVERSE: THE DOT. WITH THE DOT IN .COM, YOU KNOW NO BOUNDARIES, AND YOUR COMPETITION KNOWS NEVER TO ENTER YOUR WATERS. THE DOT TURNS INFORMATION INTO POWER. THAT POWER IS EVERYWHERE AND IT'S ALWAYS ON, THANKS TO FEROCIOUS INTERNET COMPUTING TOOLS. THE DOT'S ULTRA-AVAILABLE ENTERPRISE SERVERS (WILL 24/7 DO?), SOLARIS<sup>SM</sup>.COM OPERATING ENVIRONMENT, AND IRONCLAD STORAGE AND SERVICES WILL LET YOU SWIM FREELY IN THE NET ECONOMY. UNLESS, OF COURSE, YOUR COMPETITION HAS THE DOT TOO...

 Sun  
microsystems

We're the dot in .com

THE NETWORK IS OUR COMPETITOR. WWW.SUN.COM/THEDOT ©2000 SUN MICROSYSTEMS, INC. ALL RIGHTS RESERVED. SUN, THE SUN MICROSYSTEMS LOGO, THE SUN DESIGN, THE SUN LOGO, SUN, SUN MICROSYSTEMS, THE NETWORK IS OUR COMPETITOR, AND WE'RE THE DOT IN .COM ARE TRADEMARKS OR REGISTERED TRADEMARKS OF SUN MICROSYSTEMS, INC. IN THE UNITED STATES AND OTHER COUNTRIES. \*\* 2-DIMENSIONAL FIGURES

# THE NET EFFECT

A DOT IN .COM PRODUCTION

Brace yourself. The Net Effect is coming, an **EXPLOSION OF BANDWIDTH CAPABILITY** that's going to reshape the world. To your business, it will mean **VAST OPPORTUNITIES** to deliver new services. That's why Sun™ has been rethinking the network today. And building the platform to help your business take full advantage of this phenomenon. At its center is our UltraSPARC™ III processor — **THE DOT-COM ENGINE GEARED FOR THE NET EFFECT**. Running on the UltraSPARC III processor, our new workstations and servers take reliability and availability to new levels. And when you combine them with Sun™ Grid Engine software, you can harness all the idle processing power on your network to **MAXIMIZE** your investment. Just a few of the **NEXT-GENERATION TECHNOLOGIES** we've designed to bring your network infrastructure the blazing speed, **MASSIVE** scalability and continuous availability you need to capitalize on the Net Effect. Want to learn more? Visit [www.sun.com/theneteffect](http://www.sun.com/theneteffect).



The Network is The Computer™ ©2000 Sun Microsystems, Inc. All rights reserved. Sun, Sun Microsystems, the Sun logo, Java, the Java coffee cup logo, The Network is The Computer, and What Can We Do For You are trademarks or registered trademarks of Sun Microsystems, Inc. in the United States and other countries. All SPARC trademarks are used under license and are trademarks or registered trademarks of SPARC International, Inc. in the United States and other countries. Products bearing SPARC trademarks are based upon an architecture developed by Sun Microsystems, Inc.



What can we .com for you?™

The dot in .com presents a one-man performance

# There's Something About Larry's Business



(This Guy Knows Everything!)

LARRY WOKE UP ONE MORNING BUT WAS STILL TIRED. TIRED OF CUSTOMERS WHO COULDN'T ACCESS ORDER STATUS. TIRED OF MANUFACTURERS WHO COULDN'T SYNC UP WITH VENDORS. TIRED OF MARKETING VPS WHO COULDN'T RECEIVE OVERNIGHT SALES FIGURES. SO WHAT DID HE DO? HE DID WHAT ALL THE FORWARD-THINKING PEOPLE DO. HE WORKED WITH US. AND DOT-COMMED HIS DATACENTER. HE STARTED WITH SOLARIS™ — THE .COM OPERATING ENVIRONMENT BUILT TO WITHSTAND THE DEMANDS OF THOUSANDS OF USERS 24/7. HE CHOSE FROM A COMPLETE LINE OF INTERNET-TESTED ENTERPRISE SERVERS WITH THE POWER TO SCALE AS BIG AS HIS BUSINESS AND BEYOND. THEN HE GOT SUN'S RELIABLE STORAGE PRODUCTS THAT ENSURE THE HIGHEST LEVELS OF DATA AVAILABILITY, EVEN AS DEMAND GROWS. HE PUT IT ALL TOGETHER — FROM PLANNING TO SUPPORT — WITH EXPERTISE FROM SUN SERVICES AND, VOILA! ALL THAT IMPORTANT INFORMATION IS NOW ACCESSIBLE TO WHOEVER NEEDS IT FROM WHEREVER THEY ARE. TODAY, THERE REALLY IS SOMETHING ABOUT LARRY'S BUSINESS: IMPROVING SALES AND CUSTOMER RESPONSE FROM ONE END OF THE COUNTRY TO THE OTHER AND BEYOND. AND THE ONLY ONE LOSING ANY SLEEP THESE DAYS IS HIS COMPETITION.

FOR MORE INFORMATION, VISIT US AT [WWW.SUN.COM/LARRY](http://WWW.SUN.COM/LARRY).  
SUN, THE SUN LOGO, THE SUN GLOBE, THE SUN LUNAR LAP LAP, SUNBURST, THE SUNBURST IN THE CLOUDS, AND SUN ARE  
TRADEMARKS OF SUN MICROSYSTEMS INC. © 1999 SUN MICROSYSTEMS INC.

 Sun  
microsystems

We're the dot in .com™



**PLANO DE  
SEGURANÇA  
PÚBLICA**  
apresenta:

com o ator JOHN WOO  
**FERNANDO HENRIQUE**  
**M:I-2**  
*missão: impossível - 2*

MIGUEL PAIVA ANUNCIOS FALSOS LTDA.

PARAMOUNT PICTURES PRESENTA M:I-2 COM O ATOR JOHN WOO  
RICHARD ROUSTON JOHN PULSON DREW BATES  
FRANKIE WELLS "FRANKIE WELLS" ANDREW W. COOPER  
www.missionimpossible.com

**HOJE EM EXIBIÇÃO**

## ANEXO III

# TENSÃO PRÉ-MENSTRUAL

Encare este período naturalmente.



## PRÍMORIS

**TPM é um distúrbio que pode ser tratado naturalmente.**

Tensão Pré-Menstrual é um desequilíbrio orgânico que atinge cerca de 75% das mulheres entre 20 e 45 anos. Geralmente ela se manifesta nos dias que antecedem ao período menstrual.

Primoris é um suplemento 100% natural, elaborado à base de óleos naturais de primula, germe de trigo e sementes de borragem e é apresentado na forma de cápsulas gelatinosas. Rico em GLA - Ácido Gama Linolênico, supre a carência nutricional e trata naturalmente as causas da TPM - Tensão Pré-menstrual e não apenas seus desagradáveis sintomas.



**Recomendado no controle dos sintomas da Tensão Pré-Menstrual.**

- Tensão Nervosa • Desânimo • Ansiedade
- Seios Inchados e Doloridos • Inchaço Dor Muscular • Dor de Cabeça
- Irritabilidade • Agressividade • Humor Instável

**Herbarium**  
FITOTERÁPICOS

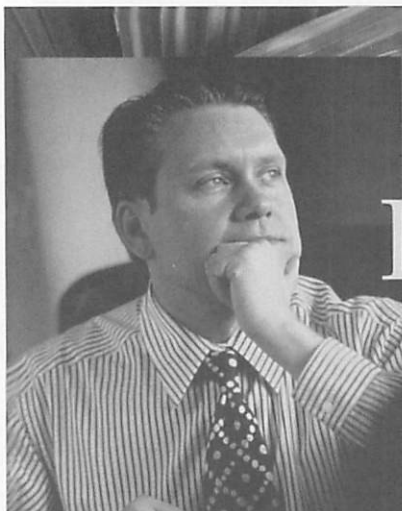
VISITE NOSSO SITE:  
[www.herbarium.net](http://www.herbarium.net)

À venda em farmácias, drogas e lojas de produtos naturais.

Mais informações sobre Primoris procure este copim e envie para: P. Mauk, 870/1 • 80030-990 • Curitiba - PR

Nome: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_  
Profissão: \_\_\_\_\_  
Tel.: \_\_\_\_\_  
Nasc.: \_\_\_\_\_

ICMS



# Próstata

A próstata é o órgão responsável pela produção de uma parte do líquido seminal que vai ajudar na sobrevivência dos espermatozoides. Com o avanço da idade pode adquirir um tamanho maior do que o considerado normal, ocasionando a chamada Hiperplasia Benigna da Próstata (HBP).



## você já pensou neste assunto?

### Hiperplasia Benigna da Próstata - Sintomas

- Dificuldade para esvaziar a bexiga.
- Dor para urinar.
- Dificuldade para urinar em jatos contínuos.
- Durante a micção ocorre um gotejamento da urina.
- Aumento na frequência e na necessidade de urinar.

### Como tratar?

Estudos científicos comprovam que para o correto funcionamento da próstata é necessário que o organismo produza substâncias que controlem o seu crescimento. A fonte nutricional necessária para a síntese dessas substâncias são os ácidos graxos, principais componentes de Prostatal.

O melhor tratamento é a prevenção, consulte o seu médico.

**Herbarium**

ATENDIMENTO  
NO LINDO ARBÚZ  
0800 418383

A venda em farmácias, drogas e lojas de produtos naturais



Prostatal é um fitoterápico formulado com Extrato de *Saw Palmetto*, rico em ácidos graxos livres. Recomendado por médicos, Prostatal modula o metabolismo hormonal prostático e facilita o fluxo urinário, comprometidos pela Hiperplasia Benigna da Próstata.

Marque a alternativa sobre Prostatal, marque com X a opção que melhor se aplica à sua situação.

Nome: \_\_\_\_\_ Endereço: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ L.F.: \_\_\_\_\_

KAMO

desgano...  
falta de  
concentración...

excesos  
intelectuales...

falta de  
memoria...



# fosfoovita®

FOSFOLÍPIDOS - AMINOÁCIDO - VITAMINAS

Suplemento Dietario

## ■ Que hacen los...

### FOSFOLÍPIDOS

Se encuentran concentrados en el sistema nervioso, y su principal función es la de **favorecer y fortalecer que los mensajes transmitidos por el cerebro lleguen a las células nerviosas rápidamente.**

### L-FENILALANINA

Es un aminoácido esencial que **aumenta la memoria.** Además posee una posible acción antidepresiva.

### VITAMINA B1

El déficit de esta vitamina produce, entre otras, **confusión mental y disminución de la energía y de la actividad.**

### VITAMINA B6

Es un regulador de la síntesis de los **neurotransmisores Gaba.** Cuando el aporte de esta vitamina es deficitario pueden presentarse carencias a nivel cerebral.

### VITAMINA B12

Su presencia es importante en el metabolismo del **tejido nervioso.**

RECUERDE  
su Farmacia  
le brinda  
SEGURIDAD

Consulte a su médico



INFORMACIÓN AL CONSUMIDOR: 4775-6000

## Capítulo 4: O Gênero Audiência Pública

*Maria Carmen Aires Gomes*

### 1. Introdução

Os estudos lingüísticos atuais concebem a linguagem em uso como a mediação necessária entre sujeito e sociedade. Conceber a linguagem assim é pensar na noção de discurso como as relações entre a linguagem em uso ou a palavra em movimento, a comunicação de crenças e valores e a interação com o contexto social situado.

Seguindo esses princípios, uma questão intrigante que emerge é: “Como o uso da linguagem e a interação controlam as crenças e os valores de uma sociedade?” Essa questão só poderá ser elucidada se pensarmos na relação existente entre discurso e sociedade.

Se a linguagem é o produto de uma reformulação coletiva, então, a noção de contexto torna-se relevante porque este se caracteriza por ser reflexivo, dinâmico, constituindo-se na linguagem e através dela. O contexto influencia o discurso, assim como o discurso pode modificar as características do contexto. O discurso e os seus usuários mantêm com o contexto uma relação genuinamente dialética. O contexto em que se usa a linguagem a torna sociocomunicativa pois não só constrói a situação comunicativa como é constituído por esta, portanto, estabelecido e in-

terpretado com base em dados socioculturais partilhados, que são decisivos para a construção de identidades dos sujeitos e para a definição da situação.

Admitindo-se então que a linguagem é subjetiva, pois é estabelecida por sujeitos que possuem intenções e propósitos definidos que sempre se expressam com o intuito de levar o outro a chegar a determinadas conclusões, o discurso terá sempre algumas significações específicas na estrutura social visto que o sujeito está imerso nela, produzindo e reproduzindo não só as relações sociais mas também as relações de poder e dominância de um grupo sobre o outro (VAN DIJK, 1996).

Essa relação entre linguagem e discurso complementa a noção, já apontada por PÊCHEUX (1975), de que não há discurso sem sujeito, e não há sujeito sem ideologia, ou seja, o sujeito, ao praticar ações, manifesta, através do discurso, suas ideologias constituídas no tempo histórico e no espaço social no qual se insere.

Constatar que a linguagem produz e reproduz o social, sendo um poderoso instrumento do processo ideológico que media as relações de poder, é o construto principal da proposta teórico-metodológica defendida em FAIRCLOUGH (1992), que discute a linguagem como um processo e não como um produto fechado e isolado, dissociados de um contexto sócio-histórico e cultural. A linguagem só faz sentido porque se inscreve na história. Portanto, a produção da linguagem é um acontecimento, presidido por sujeitos que se constituem em variados papéis sociais a partir de numerosas situações comunicativas.

Neste estudo, tentarei evidenciar como o gênero Audiência Pública para construção de barragens de usinas hidrelétricas se faz determinante na estruturação e construção da esfera pública num contexto democrático.

## **2. A Teoria Social do Discurso, de Norman Fairclough**

A Teoria Social do Discurso tal como é cunhada por Fairclough se denomina de Análise Crítica do Discurso (ACD).

A ACD centra-se não só nos pressupostos teóricos da lingüística mas também em teorias sociais críticas, ou seja, compromete-se ativamente com os temas e fenômenos relativos aos estudos do poder, dominação e desigualdade tal como se expressam. O discurso é concebido como parte intrínseca da sociedade, portanto, participante de todas as suas manifestações, mistificações, desigualdades, assim como das lutas e conflitos que se depreendem delas. Através das noções de ideologia, poder e hegemonia, pode-se entender o discurso como reprodutor e produtor de desigualdades sociais.

A ACD visa então a investigar as interações verbais e não-verbais para notar como estas são determinadas pelas estruturas sociais e como as determinam, centrando-se na opacidade ideológica para tentar desnaturalizá-la . O que é buscado então, neste tipo de pesquisa, não é apenas a descrição minuciosa de um “documento-objeto”, mas a descrição da ordem do discurso de uma instituição, de suas formações ideológico-discursivas e as relações de dominação entre elas ( VAN DIJK,2000).

Fairclough argumenta que só entenderemos os problemas emergentes da sociedade se compreendermos a esfera pública por intermédio dos diálogos produzidos por ela. Dessa forma, a primeira necessidade ou urgência é relacionar a Análise do Discurso com os pressupostos das Ciências Sociais. O primeiro é constatar a linguagem em uso como prática social, o segundo é salientar que as transformações no tempo e no espaço acarretam mudanças nos valores, crenças e rituais culturais de uma sociedade.

Esse desafio inicial de se pensarem as práticas sociais de uma forma não estanque, mas, sim, produtiva no que se refere às transformações temporais,e globalizada já que são arrancadas de seu *locus* para outras esferas de influência global, leva-nos à uma dimensão híbrida do discurso em que noções como reflexividade discursiva e uma nova cultura de mercantilização da linguagem passam a ser discutidas e repensadas.

As práticas sociais são reflexivas e discursivas por natureza: o discurso reflete o social. Então se estão ocorrendo trans-

formações no social, ou se as culturas estão se influenciando, com certeza, o discurso as reproduzirá, já que as práticas são constituídas no seio da vida social, levando os sujeitos a agirem num tempo e espaço dados.

Se há algo a ser destacado na teoria social do discurso, com certeza, são os estudos baseados em GIDDENS (*apud*, FAIRCLOUGH, 1999) e HARVEY (1989), que discutem a noção de uma vida social mais reflexiva, onde os sujeitos estão mais propensos às mudanças já que são produzidos na articulação de diferentes culturas, sociedades e linguagens. Este movimento de vaivém, fluido constrói novos signos de identidade sem aspirar a nenhuma classificação, regras ou códigos fixos. Assim, é neste contexto que Fairclough compreende as noções de prática social e discurso de uma forma menos tradicional; rompendo com as amarras de uma conceituação mais padrão.

Essa guinada nos estudos discursivos em direção aos postulados da Modernidade Tardia nos leva para outras dimensões analíticas como a inserção dos conceitos de tecnologização e mercantilização do discurso, acarretando uma visão de vida social voltada para uma base mercadológica da linguagem, uma generalização da promoção, ou o discurso da cultura do consumo, como função comunicativa (FAIRCLOUGH, neste volume).

O resgate de um estudo mais crítico da linguagem não reduz de forma alguma a Análise Crítica do Discurso a uma ciência social pois esta operacionalmente se caracteriza por ser uma área transdisciplinar, cuja teoria se coloca à serviço da outra sem que haja prejuízos teórico-metodológicos para ambas.

Dentre as inúmeras vantagens de se fundamentar a ACD em questões de linguagem advindas de estudos que trabalham a condição política pós-moderna, destacaremos as que têm influência particular nas formas de pensar e agir da esfera pública.

A primeira observação recai sobre as noções de flexibilidade, trabalho cooperativo e novas formas de uso da linguagem, advindas dos estudos econômicos para as ciências da linguagem. A sensação de que tudo é possível é fundamental para que possamos compreender que não há uma centralidade dos signos, mas



um deslocamento através das fronteiras de tempo e espaço. Essa flexibilidade leva a esfera pública não só a construir novos sistemas de signos e imagens mas também reconstruí-los em *locus* diferentes. A dinâmica de uma sociedade que age de forma flexível gera efeitos de fragmentação e diferença visto que todos os sujeitos terão direito a espaço e voz.

Intervir ativamente neste diálogo entre as diferenças envolve, de certa forma, a busca de alianças através de momentos discursivos, que segundo HARVEY (1989) se configuram em seis: discurso/linguagem; poder; relações sociais; práticas materiais; instituições/rituais; crenças, valores e desejos. Cada momento discursivo transita ou se internaliza no outro; o tempo de giro do discurso se incorpora às práticas de produção e às idéias de troca de bens de consumo.

A competição/concorrência no mercado e a noção de mundo plural, cujo reconhecimento da diferença é imperativo e a intervenção política do sujeito depende fundamentalmente do diálogo, da fragmentação cultural e do pluralismo aliados às redes de práticas, às formas estratégicas de gerenciamento do discurso e ao ocultamento das identidades dos sujeitos. Essas noções permitem a construção de um pensamento mais híbrido sobre os objetos.

Os momentos de competição e instabilidade da linguagem acarretam a urgência de uma rearticulação, de mudanças na produção de informações. No âmbito da cultura da modernidade tardia, mudanças no discurso podem constituir mudanças potenciais de identidades ou resistência à dominação visto que o discurso se configura nas redes de práticas sociais que são mantidas por relações sociais de poder. Dessa forma, as mudanças e transformações nessas rearticulações terão impactos nas relações de poder e hegemonia.

O conceito de hegemonia é também redefinido em termos de flexibilidade discursiva. Conforme já discutia GRAMSCI (*apud* HARVEY, 1989), as relações de poder são baseadas no consenso ao invés de coerção. Isto implica dizer que a hegemonia não é punitiva mas, sim, controlada. HARVEY (1989:207)

complementa essa discussão gramsciana alegando que “a hegemonia ideológica e política em toda a sociedade depende da capacidade de controlar o contexto material da experiência social e pessoal”. A afirmação da hegemonia enquanto consenso admite a “naturalização” como o ponto nevrálgico do senso comum, ou seja os sujeitos são controlados e controlam crenças, valores e rituais sem que percebam pois são ações sociais coerentes e pertinentes ao mundo que está sendo “representado”.

Isso significa que o poder não é restrito a um sujeito ou instituição mas se articula em redes ágeis de jogos de linguagem construídas pelos sujeitos em variadas situações. Os jogos de poder são encorajados, assim, pela heterogeneidade das manifestações simbólicas e suas incursões pelas práticas sociais estabelecidas pelo contexto sócio-histórico de produção.

Na luta simbólica pela naturalização do senso comum, fundamentos como alteridade plural, espetacularização da política, diversidade e estratégia constituem o arsenal necessário para assegurar e reproduzir a ordem estabelecida. É nesse contexto que voltamos a destacar as idéias de HARVEY (1989:309), em que “a reprodução da ordem simbólica e social mediante a exploração da diferença e da alteridade é demasiado evidente no clima de pós-modernidade”.

A transformação da unicidade do sujeito e das suas práticas sociais em noções de reflexividade e flexibilidade reivindicam segundo IBÁÑEZ (1991) um sistema social aberto que só se reproduz na troca verbal, no diálogo; ou seja, à medida que necessitamos de algo, seja informação ou bens materiais, as negociações tornam-se necessárias e imprescindíveis. IBÁÑEZ (1991:74) argumenta ainda sobre a mercantilização da linguagem: esta é convertida em objeto de comércio visto que para consumir algo temos que negociar e “(...) negociando nossas palavras, entramos em relação com aqueles com que não temos nada em comum”, aprendemos a vender tudo em função do social que se forma em redes: tramas horizontais e verticais que se cruzam, alianças que são traçadas em função dos jogos de linguagem e poder. É preciso conceber as práticas sociais como um entrelaça-

mento de culturas, valores formando uma espécie de tecido social.

Neste sentido, ao contextualizar a concepção de discurso na Modernidade Tardia, Fairclough, ainda que usando aos pressupostos lingüísticos do funcionalismo Hallideano, passa a ampliar as alternativas de análise do social, incorporando uma ligação crucial entre a ciência social crítica e a luta contemporânea pela democracia e uma esfera pública eficaz.

Assim, a esfera pública torna-se o foco de estudos de Fairclough visto que suas ordens discursivas se estruturam, assim como nela emergem as conjunturas de práticas discursivas. Com base nas questões do capitalismo global, do neo-liberalismo e dos tratados de democracia, o autor tenta responder alguns questionamentos, tais como: “Se não existe uma esfera pública melhor que a outra, como seria então o diálogo travado entre elas?”, “Como se dá a problematização entre a esfera pública e a privada?”, “Como as esferas públicas alcançam o consenso, mesmo sabendo que estão inseridas em sociedades culturalmente diversas, constituindo e negociando identidades? “Se a esfera pública é um assunto da fala, da ação, então pessoas agindo juntas podem transformar o mundo?” (FAIRCLOUGH, 1998).

Antes de passar ao modelo metodológico de análise proposto pelo autor, é preciso pontuar alguns conceitos dentro das noções de globalização e política neo-liberal para que possamos elucidar os questionamentos acima destacados. Não se trata aqui de uma conceituação exaustiva, mas sim de mostrar que os estudos referentes ao discurso se encontram na confluência das Ciências Sociais e das Ciências Econômicas. Uma das características do Neo-Liberalismo é a de assegurar a liberdade do indivíduo diante da política, religião, moral, reduzindo o papel do Estado/Sociedade nas práticas dos sujeitos. É importante ressaltar que nessa forma de política todos os indivíduos têm direitos e oportunidades iguais e que, portanto, lutar por eles requer uma certa dose de iniciativa e ousadia. A economia de globalização preconiza a integração das economias das mais diversas sociedades. Esse tipo de economia sustenta as idéias de difusão de in-

formações, integralização de valores e crenças e a totalização de práticas e ações sociais.

Ao teorizar esse debate, FAIRCLOUGH (1998) propõe uma teoria do discurso adequada para dar conta da linguagem enquanto prática social, estruturando um modelo de análise fundamentado em alguns princípios, quais sejam:

1. A prática discursiva como prática reguladora (noções de gênero, discurso e sujeito).
2. A prática discursiva como espaço de emergência de conhecimentos, valores, relações sociais e identidades sociais.
3. A prática discursiva enquanto princípio de recontextualização (conceitos de apropriação do outro, hibridismo, colonização e hegemonia ideológica).
4. A prática discursiva como prática social (dialética discursiva)
5. As práticas discursivas da esfera pública inseridas nas ordens sociais do discurso.

A proposta metodológica configura-se num quadro tridimensional de análise onde três dimensões dos eventos discursivos se interrelacionam. O espaço de análise é construído a partir de três coordenadas:

- (a) **O contexto**: retrata as condições sociais de produção e interpretação a partir das práticas sociais. É a dimensão da ação social que reflete a organização da realidade do “mundo”, através dos direcionamentos **Quem, Quando, Onde e Por que**.
- (b) **A Interação**: estabelece a organização da realidade social do sujeito, através das estruturas de regras das relações interpessoais. É a dimensão da prática discursiva.
- (c) **O Texto**: falado ou escrito, remete-se à organização simbólica, expressando a organização da realidade do

mundo assim como a organização da realidade social dos sujeitos a partir dos conceitos de coerência, pertinência e relevância contextual.

Dessa forma, o texto é a concretização da linguagem escrita ou falada produzida num evento discursivo, que é a instância de uso da linguagem, analisada como texto, prática discursiva e prática social. O evento discursivo configura-se num espaço tridimensional onde a materialidade lingüística, que é o discurso, configura-se somente nas práticas sociais (cujo foco de análise é a dimensão política) e nas discursivas (cujo fundamento são as relações de poder e dominação).

Se o foco é uma leitura sócio-política dos eventos discursivos, ou seja a tematização do uso da linguagem no espaço público com o intuito de revelar as formas efetivas do diálogo através das noções de fragmentação, diversidade e diferença, então os níveis metodológicos de análise são três, a saber:

- 1) **Descrição:** descrever as manifestações lingüísticas, as categorias lexicais, sintáticas, fonológicas, semânticas, enfatizando ainda os estilos, baseando-se nos pressupostos da Gramática Sistemica e Funcional de Halliday.
- 2) **Interpretação:** investigar o gênero que é o uso da linguagem associado a uma atividade social particular a partir do conceito de interdiscursividade, hibridização ou rearticulação dos gêneros discursivos.
- 3) **Explicação:** as contribuições dos gêneros discursivos para a construção da estrutura social, para as relações de poder e ordens do discurso, especialmente através da hibridização.

De fato, essa última dimensão de análise atribui à ACD o seu comprometimento com os fatos sócio-políticos inscritos na esfera pública. É essa explicitação da manifestação, desmistificação e questionamento das relações de poder que a diferencia das outras propostas de análises discursivas.

Apoiando-me nas postulações de Fairclough de que a linguagem em uso reflete ou identifica as mudanças não só nas práticas discursivas mas também na cultura, e que uma consciência crítica da linguagem e das práticas discursivas deve se tornar um pré-requisito para a cidadania democrática (FAIRCLOUGH, 1998) tentarei investigar o gênero Audiência Pública (AP), especificamente, Audiências Públicas para construção de barragens.

### **3. A Audiência Pública: Características e Funcionamento**

Antes de entrar propriamente na Audiência Pública para a construção de barragens, que é o nosso objeto de estudo, gostaria de expor, passo a passo, as mudanças de perspectivas sobre a audiência pública. Inicialmente, discuto a AP num contexto jurídico, o qual a destaca enquanto prática de liberdade e igualdade, legitimando a cidadania de uma democracia participativa. Passo a desenvolver, apoiando-me nas acepções de AP enquanto prática sócio-política, em que os sujeitos discutem e determinam o tipo de sociedade que desejam viver através de lutas em prol da democracia. Finalmente, tentarei acompanhar SWALES (1990), que procura definir gênero através do conceito de comunidade discursiva, com a finalidade de legitimarmos a AP enquanto um evento discursivo capaz de discutir as relações de poder e dominação na esfera pública.

A tese de SOARES (1996:46), segundo a qual, “a sede do poder está no povo e o seu exercício deve garantir a dignidade da pessoa humana” define claramente os preceitos de igualdade e liberdade no estabelecimento da democracia enquanto prática da cidadania. Essa citação acima, já defendida na Grécia, refere-se à liberdade de expressão, evidenciando a participação do povo no exercício do poder.

Esse princípio participativo, como expressão do poder político, justifica a própria existência do Estado e da Democracia Participativa, já que é o poder comunicativo popular que a operacionaliza. É o que argumenta HABERMAS (1929:26) ao expor que os direitos participativos “fundamentam pretensões à

satisfação dos fins sociais, culturais e ecológicos da igualdade de gozo das liberdades privadas e dos direitos de participação pública/política”. Assim a legitimidade dos direitos do povo é assegurada pela sua participação ou poder comunicativo na sociedade.

A primeira observação importante a ser feita sobre esse princípio é que ele está condicionado a uma conscientização de vida mais digna e justa. A participação popular nas decisões do Estado expressa o poder político como forma de exercício dos direitos de liberdade e cidadania. Dessa forma, o direito participativo está vinculado à esfera pública e suas problematizações.

Na perspectiva de uma sociedade democrática, a esfera pública “tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los e a identificá-los, devendo, além disso, tematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e eficaz” (HABERMAS, 1929:91). Essa discussão Habermasiana sobre a esfera pública implica que esta não pode agir passivamente como se fosse um sistema normativo de valores, opiniões e crenças, mas que só se efetivará no diálogo, no agir comunicativo, na construção da diferença e alteridade.

A esfera pública não é uma norma, mas sim uma rede entrelaçada de opiniões, posicionamentos, informações que são “filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (HABERMAS, 1929:92).

Os estudos têm demonstrado a importância da discussão sobre a esfera pública para a formação da democracia, isso não é de fato uma surpresa, já que a discussão sobre algum objeto centraliza e releva o poder comunicativo na formação dos indivíduos em sujeitos que trocam rituais verbais e sociais em função de objetivos comuns, aspirações e conhecimentos.

COOPER (1989) discute que a esfera pública tem um papel fundamental na sociedade porque se denomina não como um grupo de pessoas, mas como sujeitos engajados numa discussão, com metas comuns. A esfera pública, segundo a autora, ex-

pressa-se atualmente como um instrumento de mudança social pelo fato de focalizar a sua atenção nas ações e idéias que possibilitem resultados ou alternativas satisfatórias para o bom andamento e desenvolvimento de uma comunidade.

Assim, quando o povo se expõe publicamente, isto é, quando se conscientiza dos seus direitos na sociedade, aprende a desenvolvê-los e a buscá-los com uma participação mais efetiva seja através de instituições ou associações, contestando e cobrando dos responsáveis ações efetivas na busca de soluções.

A Audiência Pública, no âmbito jurídico, é, portanto, um instrumento legal para assegurar à sociedade proteção aos seus interesses individuais, difusos e coletivos. Tem-se tornado hoje um importante sistema de cobrança social visto que é uma forma de o cidadão participar coletivamente e de se integrar à esfera pública que a princípio lhe pertence.

MILARÉ (*apud* SOARES, 1996) argumenta que a AP tornou-se uma forma mais efetiva de cobrança, exigência, reclamação e participação por meio de uma representação político-partidária das entidades de classe, dos ordenamentos jurídicos, da Constituição e das Leis, da justiça e mobilização popular.

A Audiência Pública constitui-se hoje como um instrumento jurídico-político que tenta responder à crise de legitimidade pela qual passa a democracia contemporânea: a redução do papel do Estado nas tomadas de decisão da esfera econômica e social e a inserção do sujeito na esfera pública, como ativo e agenciador de suas próprias convicções. É o regresso do sujeito uno como força e forma de uma nova ordem social que vem se estabelecendo, isto é, ele é o protagonista das práticas sociais em que vive, e por isso se assume enquanto político.

No entanto, a AP não é apenas uma ordem jurídica – baseada em Leis, ela é principalmente um ordenamento político, já que os sujeitos asseguram os seus direitos amparados não só na Constituição, mas também numa consciência política do social. Dessa forma, nota-se que o legal insere-se e relativiza-se no âmbito político. A compreensão da justiça só se dará num contexto social, isto é, na visualização do outro, das suas necessidades,



projeções, valores e problematizações. É na instauração do diálogo na esfera pública que o legal se relativizará no político.

É a constituição de uma nova cultura política que se desenvolve no processo de estabelecimento de uma nova práxis frente à ordem instituída. A AP então deixará de ter apenas um ordenamento jurídico e passará a ser concebida também como um movimento político.

FAIRCLOUGH (1999) levanta algumas questões acerca da relação democracia, diálogo e esfera pública, apontando que o problema da esfera pública se deve substancialmente a uma crise no discurso e, obviamente, a uma crise no diálogo: se os sujeitos vivem numa sociedade onde não têm direito à voz, à luta pelos seus direitos, então, onde andarão as formas do diálogo democrático? E como identificá-las, no contexto de modernidade tardia?

É bastante lógico, então, apontarmos a AP como uma possibilidade de diálogo na esfera pública já que se baseia em práticas e conjunturas de práticas sócio-políticas e jurídica. Mas, como identificá-la como um diálogo democrático? Será que a premissa de se constituir de um ordenamento jurídico-político já a faria se enquadrar nas práticas dialógicas democráticas?

FAIRCLOUGH (1999), em seu estudo sobre diálogo na esfera pública, cita algumas propriedades para a constituição de um diálogo caracterizado democrático: (a) todos aqueles que participam têm direitos iguais acerca dos atos de falar e ouvir; (b) há regras para aqueles que falam e ouvem; (c) há espaço para desacordos, polêmicas e discordâncias; (d) há espaço para novos posicionamentos, opiniões, identidades, relações e alianças e (e) a fala conduz à ação, é o próprio agir comunicativo. Essas propriedades podem constituir a AP enquanto um diálogo democrático se a considerarmos como uma atividade de fala institucionalizada e dialógica, produzida a partir da interação face-a-face entre um número determinado de participantes, expressando-se publicamente, com um certo grau de monitoramento, sobre o assunto em questão.

A ênfase no diálogo democrático estabelece, segundo MIGUEL (2000), duas premissas: o discurso, como organizador

e veiculador de projetos, programas, utopias e mitos, e a derivação, a forma como o discurso deriva as práticas sociais produzidas e reproduzidas pela esfera pública, isto é, levando em conta a enunciação e a modalização.

Assumindo as colocações de MIGUEL (2000) e apoiando-nos em FAIRCLOUGH (1999), podemos dizer que o diálogo na esfera pública só se tornará possível a partir da relação entre os padrões interacionais e os parâmetros conjunturais do discurso.

Ao se tentar posicionar a AP num contexto de diálogo democrático, é de suma importância discutirmos os conceitos de discurso e gênero, já que estamos admitindo audiência pública como um instrumento orientado para se alcançar resultados no processo social. Seguindo as conceituações de BERNSTEIN (*apud* FAIRCLOUGH, 1999), FAIRCLOUGH (1999) distingue, com muita clareza, discurso e gênero, o primeiro, como recontextualização das ordens sociais, enfatizando as classificações e categorizações do mundo, e o segundo, como regulação da interação social.

Se se admite uma noção de gênero como uma regulação da interação social, então, isso implica que a sua escolha é realizada na vida social através de propósitos comunicativos bastante específicos de um grupo de pessoas ligados por um conjunto de metas orientadas. O sujeito almeja dizer algo, com objetivos precisos, escolhendo estrategicamente o evento que melhor resulte na concretização de sua intenção.

Considerando a idéia de escolha, temos de assumir a conceituação de gênero enquanto ação social visto que o próprio termo implica em escolha, consciência e interação humana. De acordo com COOPER (1989), os sujeitos fazem, a todo instante, escolhas, criando ações estabelecidas em variadas representações do mundo.

Assim, ao se contemplar a regularização de um processo jurídico, enquanto conjunto de ações legais que asseguram resultados efetivos, para garantir os direitos previstos na Constituição, com o evento discursivo audiência pública, verifica-se que há um

problema social que precisa ser discutido para tentar alcançar soluções alternativas. Essa mobilização da opinião pública afetará a decisão a ser acatada no processo em andamento.

Se o sujeito escolhe o gênero AP ao invés, por exemplo, do gênero tomada de depoimento é porque ele resolveu cobrar seus direitos através de um diálogo democrático, marcando a sua posição política diante do problema. É a partir das Leis Constitucionais que o sujeito se revela um ser político.

Aqui se revelam de modo especialmente claro algumas questões: a AP configura-se como evento discursivo, visto que é uma prática social reveladora de índices contextuais de situação, instituição e cultura. Insere-se na instituição jurídica, pois se baseia em convenções, normas e leis da Constituição. Tem como ordenamento discursivo uma práxis jurídico-política, que se estabelece a partir de uma configuração de gêneros, discursos e estilos, que marcam a exclusão e inclusão das categorizações, classificações e valores representativos do mundo.

As considerações tecidas até o momento nos levam a admitir que as concepções de SWALES (1990) sobre comunidade discursiva e gênero podem ser acopladas à noção de gênero de Fairclough para nos ajudar a definir o que seja uma audiência pública para construção de barragens. Tentaremos apontar como a caracterização de audiência se faz determinante na estruturação e construção da esfera pública num contexto democrático.

Em sua proposta de redefinição do conceito de gênero, SWALES (1990) fundamenta-o a noção de comunidade discursiva, enfatizando o seu caráter social. O autor discute gênero como processo sociointeracional construído e co-elaborado por uma comunidade que emprega a linguagem como uma forma de comportamento social, centrada em condições de produção, situação, contexto, cultura e princípios sócio-históricos.

É importante ressaltar que Swales propõe essas acepções no intuito de investigar os gêneros acadêmico-científicos, por isso, fundamenta-se em pesquisas etnográficas e sociolinguísticas. A nossa proposta é articular a conceituação de gênero discutida por Fairclough com aquela desenvolvida por Swales, mesmo sabendo

do que a sua preocupação é com uma tradição de ensino mais eficaz e não com os problemas advindos da esfera pública.

Definindo gênero de maneira sócio-dinâmica, SWALES (1990:58) introduz uma mudança nesse conceito, instituindo-o como

*“uma classe de eventos comunicativos, cujos membros partilham um dado conjunto de propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos experts membros de uma comunidade do discurso e com isso constituem a base lógica para o gênero. Essa base modela a estrutura esquemática do discurso, influenciando, modelando a escolha do conteúdo e estilo”.*

O autor pondera ainda que os gêneros não são estáveis pois são histórico e culturalmente condicionados por uma comunidade discursiva com seus propósitos comunicativos os quais podem mudar a partir do evento a ser realizado. É essa premissa que torna possível a articulação com as postulações desenvolvidas por Fairclough sobre gênero, já que o autor associa este a uma seqüência estruturada de ações que constituem uma atividade social ratificada onde os sujeitos são socialmente constituídos e reconhecidos em relação à prática escolhida.

Se o conceito de comunidade discursiva é fundamental para que possamos reconhecer um gênero, então, o que a marca ou a identifica como tal? SWALES (1990) sugere um número de propriedades que identificam a Comunidade Discursiva:

- 1) Objetivos consensuais variados.
- 2) Mecanismos de intercomunicação entre seus membros.
- 3) Uso dos mecanismos de participação para produzir informações e feedback.
- 4) Uso de um ou mais gêneros na realização comunicativa dos seus objetivos.
- 5) Aquisição de léxicos específicos para gêneros particulares
- 6) Um certo grau de conteúdo relevante e um discurso específico: experiência, perícia.

Se a comunidade discursiva, através de suas expectativas, regula e constitui as visões de mundo, então essa noção contribui sobremaneira para a manutenção, transformação e reprodução da esfera pública.

#### **4. A AP para Construção de Barragens: Diálogo Democrático e Esfera Pública**

Passemos então ao nosso objeto de estudo; a audiência pública para construção de barragens no contexto de usinas hidrelétricas. Se a noção de realidade socioculturalmente construída é o ponto de partida para a discussão sobre o diálogo democrático e a esfera pública, a definição do que seja uma AP para construção de barragens passa pela elucidação do contexto situacional e cultural que levam os sujeitos a praticarem suas ações sociais.

No bojo da política de privatização do setor elétrico, Minas Gerais – especialmente a Zona da Mata, dado o seu potencial hídrico – apresenta-se como foco atrativo de projetos para a construção de usinas hidrelétricas de pequeno e médio porte. No entanto, a privatização do setor elétrico coincide com a elevação da consciência ecológica da sociedade civil como um todo, com a consolidação de uma capacidade técnica dos órgãos ambientais do estado e com um crescente grau de mobilização das comunidades atingidas.

Dessa forma, os processos de Licenciamento Ambiental de centrais hidrelétricas cada vez mais se constroem em meio a um cuidadoso trabalho de aplicação dos princípios de avaliação de impactos ambientais, isto é, de análise da viabilidade do empreendimento para além da simples lógica custo/benefício econômicos. A informação e a prestação de contas à esfera pública garantem então a participação da sociedade no processo.

No decorrer do processo e no intuito de recolher subsídios para a emissão do parecer técnico, o órgão ambiental do estado promove audiências públicas, oportunidade em que o empreendedor, através de uma legislação obrigatória do Estado, elaborava uma série de estudos de impactos ambientais, informando tan-

to a comunidade atingida quanto as entidades interessadas nos detalhes da barragem a ser construída.

A AP é hoje uma realização obrigatória desse processo visto que é a única forma de a esfera pública emitir seu próprio juízo de valor acerca do projeto. Assim, 45 dias antes da AP, as cópias do Estudo de Impactos Ambientais e Relatório de Impacto Ambiental devem ser entregues à prefeitura, à câmara de vereadores e ao movimento dos atingidos da região onde será construída a barragem, não só para tomarem conhecimento mas também para se pronunciarem acerca do projeto.

A regulamentação da audiência está evidenciada no artigo 8º da Lei Nº 12.812 de 28 de abril de 1998 sobre a assistência social às populações de áreas inundadas pelos reservatórios:

*“É obrigatória a realização de audiência pública para a exposição e análise do estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental, EIA/RIMA, dos empreendimentos de que trata esta lei, respeitando o sigilo comercial e industrial(p.35)”.*

Após ter se tornado obrigatória a audiência pública, o processo de Licenciamento Ambiental se transformou num diálogo mais democrático, em que o povo tem direito à fala seja para apoiar ou contestar o projeto. Como aponta FAIRCLOUGH (1999), as transformações sociais têm grau significativo nas transformações discursivas, é por isso que esse gênero torna-se hoje um documento valioso a ser estudado pois as mudanças socio-políticas, culturais e jurídicas do processo em questão influenciarão em algum momento a construção não só dos sujeitos mas também dos discursos.

A escolha e a obrigatoriedade da audiência pública nesse processo é bastante significativa para compreendermos a discussão sobre a democracia contemporânea, já que ao dar voz e espaço ao povo, perceberemos um entrecruzamento de sujeitos que se valem de suas culturas, crenças e valores para alcançarem seus propósitos já determinados pela situação.

Tal como SWALES (1990), que propõe a noção de gênero a partir de comunidade discursiva, podemos enumerar as seguin-

tes propriedades que fazem da audiência pública para construção de barragens um gênero socio-político em função da sua comunidade discursiva:

- 1) Apesar de ser um evento discursivo que conta com a presença de quatro integrantes distintos (comunidade atingida, órgão ambiental – FEAM, empreendedor do projeto, assessor da comunidade atingida), os seus objetivos são consensuais, já que giram em torno de uma única meta: a construção ou não da barragem.
- 2) Esses integrantes se comunicam sobre o projeto via pareceres, relatórios e documentos escritos evidenciando os possíveis impactos ambientais, econômicos, sociais e culturais que a comunidade e o ambiente irão sofrer. Em outras palavras, a AP é um gênero híbrido constituído de outros gêneros.
- 3) Os integrantes participam ativamente (lutando cada qual pelos seus direitos) na tentativa de produzir, consumir e distribuir informações acerca do projeto.
- 4) Os integrantes empregarão diversos gêneros textuais, estilos (formal, informal) e discursos para alcançarem seus objetivos.
- 5) Ao empregarem gêneros específicos (canção, palavras de ordem, narrativas, relatórios etc.), os integrantes adquirem léxicos específicos, tais como: jusante, assentamento, m<sup>3</sup>/s, produção de energia, montante, reservatório, etc.
- 6) Os integrantes discutem o projeto, fundamentados em conhecimentos sobre os mais variados impactos ambientais seja na água, solo, fauna e flora. O discurso técnico é evidenciado nas falas dos assessores da comunidade atingida assim como nas falas do empreendedor.

Essa caracterização da AP enquanto gênero discursivo implica que sua comunidade discursiva interage dentro de um

contexto institucional local, que propicia uma gama de serviços básicos, embora também leve em consideração o fato de que essa comunidade não é necessariamente auto-suficiente, ela pode ser levada, às vezes, a seguir padrões legitimados por uma instituição superior.

Se a comunidade discursiva é um grupo de sujeitos que compartilham objetivos consensuais através de uma linguagem usada nas práticas sociais para realizarem ações sociais, então, não podemos deixar de pensar na AP como um gênero de intervenção jurídico-político que agrupa sujeitos em função de um projeto de mudança histórico-cultural capaz de expressar valores de culturas particulares para explicar os motivos específicos desse agrupamento.

Assim, entender a AP para construção de barragens como um gênero de cunho social que permite o diálogo democrático na esfera pública, é admitir que a articulação sócio-política da diferença dessa comunidade discursiva, da perspectiva, principalmente, da minoria, que é a comunidade atingida, é uma negociação complexa pois se fundamenta em discursos e gêneros híbridos que emergem em momentos de transformações e mudanças históricas e culturais.

## **Referências Bibliográficas**

- COOPER, M. *Analysing public discourse*. Illinois: Wavelnad Press, 1989.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- FAIRCLOUGH, N. A análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. Trad. Célia Maria Magalhães. (neste volume)
- FAIRCLOUGH, N. "Dialogue in the public sphere". In: COULTHARD, M. *Discourse and Social life*. Longman: Tearson Education, 1998.



- FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- HARBERMAS, J. *Direito e Democracia: Entre facticidade e validade*. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1929.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1989.
- IBÁÑEZ, J. *El regreso Del sujeto. La investigación social de segundo orden*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1991.
- MIGUEL, L. F. *Mito e Discurso político. Uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994*. Campinas: Educ-SP, 2000.
- SOARES, F. *Direito Administrativo de participação*. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.
- SWALES, J. *Genre Analysis: English in academic and research settings*. Cambridge University Press, 1990.
- VAN DIJK, T. Discourse, power and access. In: *Texts and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis*. London/New York: Routledge, 1996.
- VAN DIJK, T. *El estudio del discurso*. Madrid, 2000.

## **Capítulo 5:**

# **A Híbridização e a Constituição do Discurso Evangélico na Mídia Televisiva**

*Cláudio Márcio do Carmo*

Embora sejam inquestionáveis as contribuições que a Análise do Discurso (AD) e a Análise da Conversação (AC) têm trazido para os estudos lingüísticos, preenchendo lacunas que não podiam ser preenchidas apenas pelo estudo estrutural da língua, muito ainda se discute sobre várias questões referentes à relação linguagem e sociedade porque, antes da década de 80, analisava-se a linguagem dentro do contexto social, mas ainda com tendências dicotômicas.

Numa posição crítica da dicotomia da língua proposta por SAUSSURE (1969) – *langue x parole* – vários autores pertencentes a diversas áreas da Lingüística e também da Literatura começam a dar espaço para o elemento social nos estudos da linguagem. Esse é o caso de BAKHTIN & VOLOCHÍNOV (1981) que enfocava aspectos sociais, fazendo uma interface entre Lingüística e Literatura; e de LABOV (1972) que fez diversos trabalhos verificando variações lingüísticas e o que as determina socialmente (sexo, idade, classe social, por exemplo), dentre outros.

Há ainda o grupo chamado de lingüistas críticos entre os quais destacamos Roger Fowler, Bob Hodge, Gunther Kress e Tony Trew. Esse grupo passou a trabalhar com a ideologia e as

relações de poder, fundamentados no arcabouço teórico da gramática sistêmica funcional que teve como início os trabalhos de M. A. K. Halliday anteriores a 1985, data em que este publica *An introduction to functional Grammar*, unificando e consolidando seu trabalho.

Reverendo-se o *status quo* dos estudos da linguagem, a partir do questionamento dos trabalhos produzidos até então, foi que se abriu espaço para que emergisse uma nova vertente de trabalho dentro da Análise do Discurso, chamada Análise Crítica do Discurso (ACD). Norman Fairclough é o lingüista que propõe a ACD enquanto campo de estudo e estabelece, como quadro teórico, uma abordagem tridimensional de análise na qual se enfocam o social, o situacional e o institucional (FAIRCLOUGH, neste volume), fazendo uso de conceitos e categorias da gramática sistêmica funcional de HALLIDAY (1985) para analisar texto, interação e ação social. O diferencial entre o trabalho feito pelos lingüistas críticos e a proposta de trabalho de Fairclough consiste no fato de este último propor uma teoria social do discurso, introduzindo, posteriormente, a noção dos gêneros híbridos, para refletir sobre a produção e o consumo dos textos, objetivando estudar a linguagem enquanto fenômeno social, enquanto *prática discursiva e prática social*.

## 1. Uma Proposta de Análise Crítica do Discurso

Nossa proposta neste estudo de caso, insere-se, então, dentro da perspectiva da Análise Crítica do Discurso de FAIRCLOUGH (1989, 1992, 1999) e CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH (1999). A principal razão para utilização desse quadro teórico-metodológico é a visão da linguagem como prática social e o conceito de *híbrido* – mistura de gêneros, discursos, registro e textos (FAIRCLOUGH, 1999:184) – que pode ser aplicado não só aos discursos (*substantivo comum*), definido como “modo de significar a experiência a partir de uma perspectiva particular” (FAIRCLOUGH, neste volume), mas também aos gêneros (enquanto “formas convencionais de texto”) que constituem um dis-

curso (*substantivo abstrato*), definido como o “uso da linguagem concebido como prática social” (FAIRCLOUGH, neste volume). Faz-se ainda necessário esclarecer que este estudo constitui-se de questões preliminares que estão sendo levantadas em nossa dissertação de mestrado.

Nosso *corpus* é um programa da Igreja Universal do Reino de Deus chamado *Pare de Sofrer* veiculado pela rede Record de televisão no dia 21-04-00 a partir das 2 h 25 min. A escolha desse *corpus* deve-se ao fato de que a religião é uma instituição social que utiliza a linguagem como um de seus principais mecanismos de persuasão e poder. E, atualmente, é crescente a utilização da TV para veiculação de suas idéias, o que faz com que haja uma adequação das idéias para a mídia.

Através da análise propôsta, procuraremos indicar hibridismos e desvelar possíveis relações de poder opacas no discurso do pastor que conduz o programa objeto do nosso estudo. FAIRCLOUGH (1989:49) afirma que “o discurso nas mídias de massa é interessante porque a natureza das relações de poder inatas nele freqüentemente não é clara, e há razão para ver isso como envolvendo relações escondidas”. As tecnologias de informação, nesse período que o autor chama de modernidade tardia, tornaram-se mais difundidas, mas não necessariamente mais claras. E é por isso que, para ele, as Ciências Sociais criaram um espaço para a ACD na teorização crítica da modernidade tardia porque não estão ligadas diretamente à linguagem. É, pois, nesse espaço, que a ACD tem a contribuir (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999:4).

## 2. Definindo Gênero

A noção de gênero de Fairclough é primordial para nós, contudo, o aparato teórico de Fairclough possui ferramentas para o trabalho com os gêneros, mas não para a descrição deles, e, por isso, pretendemos utilizar, no momento da descrição, a teoria de SWALES (1990) que se mostra compatível e complementar.

FAIRCLOUGH (1992:126) usa o termo “gênero” para designar

“um conjunto relativamente estável de convenções que está associado com e desempenha um tipo de atividade ratificado socialmente, desenvolvendo-a como, conversa informal, compra no *shopping*, entrevista de trabalho, documentário da TV, poema ou artigo científico”.

Já SWALES (1990:58) afirma que

“um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos participantes compartilham um conjunto de propósitos [que] são reconhecidos pela comunidade discursiva e constitui a razão para o gênero. Esta razão molda a estrutura esquemática de discurso, influencia e limita a escolha de conteúdo e estilo”.

O diferencial entre as duas concepções de gênero é que Fairclough vai além, quando afirma que “gênero não implica apenas um tipo de texto em particular, mas também o processo de produção, distribuição e consumo do texto” (FAIRCLOUGH, 1992:126).

A teoria de gênero de Swales foi desenvolvida a partir de um estudo dentro da área de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras, no qual ele verifica estruturas esquemáticas que constroem o artigo acadêmico. Partindo dessa verificação, pode-se dizer que o gênero é um recurso que leva à compreensão de aspectos que contribuem para que se reconheça, se efetive e se veicule uma determinada manifestação discursiva. Essa manifestação, por sua vez, além do próprio gênero, possui como componentes uma comunidade discursiva que o reconhece e o constitui e uma tarefa, um objetivo. O ponto de encontro entre comunidade discursiva, gênero e tarefa/objetivo é o propósito comunicativo que motiva o evento.

### **3. Os Gêneros e a Comunidade Discursiva do Programa *Pare de Sofrer***

Aplicando os parâmetros encontrados em SWALES (1990) ao programa *Pare de Sofrer*, podemos perceber que o programa

é um gênero, por sua vez construído a partir de outros gêneros, a saber, *canção, salmo, conversa pelo telefone, testemunho, oração*. *A posteriori*, retomaremos cada gênero, fazendo algumas considerações sobre a utilização dos mesmos no *evento discursivo* estudado.

No momento, pode-se afirmar que a organização desses gêneros mostra que se está trabalhando com uma estrutura esquemática que uma determinada comunidade, definida como o público-alvo do programa, reconhece e domina. E isso insere um ponto importante em nosso estudo que é a comunidade para quem o programa é feito.

Segundo SWALES (1990), uma *comunidade discursiva* deve possuir propósitos comuns e mecanismos de intercomunicação; usar esses mecanismos de participação principalmente para prover informação; utilizar e possuir um ou mais gêneros que garantam a continuidade do evento comunicativo; utilizar um léxico específico e possuir uma quantidade de membros com grau adequado de conhecimento pertinente ao evento.

Tendo em mente as observações acima, pode-se afirmar que o conceito de gênero, segundo Swales, e a noção de comunidade discursiva como determinante dele acentuam o caráter comunicativo do evento em seus aspectos lingüísticos, contextuais, discursivos e situacionais, compartilhados por uma comunidade que, ao mesmo tempo em que reconhece a singularidade de um gênero, interage com ele e o constitui, momento em que as restrições que caracterizam as relações de poder dentro dos parâmetros de FAIRCLOUGH (1989:46) acentuam-se.

Aplicando-se, então, os critérios de SWALES (1990) à comunidade discursiva específica do programa tem-se que ela:

- a) possui como propósito comum ser ouvida, obter consolo e solucionar seus problemas;
- b) possui a TV e o telefone como mecanismos para comunicação;
- c) usa a conversa por telefone para exposição de seus problemas, conseqüentemente, provendo a outra parte (pastor) de informações;

- d) busca uma identificação com o programa e com a pré-seleção de gêneros organizada pelo pastor com a finalidade de participar ativamente e garantir a continuidade do evento comunicativo;
- e) utiliza léxico comum a uma comunidade religiosa que possui como figura central Jesus Cristo e crê na possibilidade de Ele solucionar todos os problemas;
- f) possui metodicamente dois membros que sustentam o evento comunicativo, conversando por telefone. O papel de cada um é feito mediante um acordo tácito que marca a tomada de turno e a atuação de cada actante: o telefonador expõe seus problemas no ar e o pastor ouve, aconselha e/ou os “soluciona”.

A partir do respeito a esses seis critérios, forma-se a comunidade discursiva do programa que, ao aceitar a negociação feita pelo pastor/programa, reconhece os gêneros, fundamenta-os e, concomitantemente, os configura.

#### **4. O Hibridismo na Constituição do Programa**

Na sessão anterior, pudemos ver pelos gêneros que hibridamente compõem o programa que a articulação deles não só reflete uma (pré-)organização, mas constitui uma argumentação que, embora negada repetidas vezes pelo pastor, pode ser facilmente percebida, sendo revelada pelas escolhas feitas sobre o que formará o programa. Como veremos adiante, apenas os telefonemas, aparentemente, não estão sob o “controle” do pastor.

Durante a programação, frisa-se, quase que explicitamente, que se alguém possui algum problema em sua vida, deve-se integrar à Igreja Universal do Reino de Deus, porque será libertado “em o nome do senhor Jesus”, expressão que caracteriza peculiarmente o discurso do pastor.

Essa questão já pode ser notada desde o começo do programa, quando várias palavras, dentre as quais drogas, alcoolismo e doença, escritas com cores fortes, tendo como fundo cenas

relacionadas a elas, passam da esquerda para a direita do vídeo, centralizadas como uma proteção de tela de computador; logo em seguida, surgindo uma pomba branca com um ramo no bico desenhada dentro de um coração, com o nome do programa escrito de branco em um fundo de nuvens: *Pare de Sofrer*. Deve-se ressaltar ainda que esse *slogan* e esse início do programa constituem um elemento de negociação com a comunidade que assiste ao programa.

Todavia, é notadamente na introdução do programa que ocorre abertamente a negociação do pastor com a comunidade, principalmente para explicitar *a que* e *a quem* o programa se destina. Essa negociação se caracteriza pelo uso de uma grande quantidade de orações relativas restritivas referentes ao pronome *você* ou ao substantivo *pessoa(s)*, tentando enquadrar um ouvinte cheio de problemas e, com isso, abarcar o maior número de pessoas. É caracterizada também por um discurso que faz uso da retórica, sendo que esse uso parece estar bem próximo do que está posto no verbete abaixo retirado da Enciclopédia Encarta:

**Retórica**, em seu sentido mais amplo, teoria e prática da eloquência, seja falada ou escrita. A retórica falada é a oratória. A retórica define as regras que regem toda composição ou discurso em prosa que se propõem influir na opinião ou no sentimento das pessoas. (Enciclopédia Microsoft Encarta, 1999).

Fica mais acentuada a busca por influenciar o ouvinte quando tomamos passagens como esta:

“A solução [para os problemas] não está em você fazer nenhuma loucura, fazer nenhuma besteira, a solução está aí, a solução não está em você, é::, se embriagar, se drogar, não está em você sair pelas noites, a solução não está aí, a solução está em Deus e nós vamos mostrar isso para você através dessa programação, através de pessoas que tiveram a vida transformada, testemunhos de pessoas que foram libertas, testemunhos de pessoas que tiveram a vida transformada. E você também pode ter a sua transformada, você pode ter certeza.”



Quando se toma a fala do pastor como um todo, podem ser percebidas normas argumentativas lingüisticamente marcadas, por exemplo, por reincidências vocabulares e reincidências argumentativas, modalizadores e palavras negativas, pressupondo afirmação. No trecho acima, percebemos ainda os dois discursos constituintes da maior tensão trabalhada pelos pastores, a saber, o discurso da perdição X o discurso da redenção. Enquanto o primeiro representa tudo que socialmente é posto como negativo, o segundo representa tudo que a mesma sociedade coloca como positivo, mas conseguido via Igreja Universal do Reino de Deus.

“Você também tá afastado da Igreja, você tá se sentindo fraco, você tem vontade de voltar pra Igreja, você tá afastado do evangelho, você é uma pessoa, um espírita, um messiânico, um católico, não importa, meu amigo, a sua religião, nós não tamos aqui pra discutir a respeito de religião nenhuma, nós estamos aqui pra lhe ajudar, dando um conselho amigo aqui pra você, ouvindo você, principalmente porque, às vezes, você tá precisando de alguém que lhe escute, não é verdade?”

Percebam nesse último trecho que o pastor afirma não querer falar de outra religião, mas o pronome indefinido *alguém* referente a quem irá escutar as pessoas refere-se ao próprio pastor, que a partir do momento em que diz “você tá precisando de alguém que lhe escute” deixa implícito, entre outras coisas, que onde o ouvinte está não o escutam.

Dessa forma, o discurso da Igreja Universal instaura-se a partir das contradições que possui com as outras religiões, o que quer dizer que os discursos religiosos não existem apenas porque são diferentes, mas sobretudo porque, ao entrarem em contraposição, dialogam entre si, travando uma luta por legitimidade e poder.

Quanto aos gêneros discursivos, pode-se afirmar que eles são articulados na composição do discurso religioso veiculado no programa, para garantir a *hegemonia* do discurso da Igreja Universal do Reino de Deus. Por essa razão, a partir de agora, pro-

curaremos abordar cada gênero em separado, buscando traços argumentativos e persuasivos do discurso do pastor.

#### 4.1. O Gênero Canção

O gênero *canção* é composto por uma canção – “composição musical para ser cantada” (FERREIRA, 1988: 122) – posta entre as duas primeiras falas do pastor e outra que finaliza sua participação no programa. Pode-se afirmar que esse gênero visa à persuasão, porque a letra da música conta uma história de sofrimento a quem se afasta de Deus e de redenção a quem o “encontra”, como se pode ver no exemplo a seguir:

Quando começam as noites  
Com os seus açoitamentos e sua ilusão  
Vidas vazias procuram  
Fugir da angústia e da solidão

Fogem da luz e do brilho  
Que podem mostrar os erros e dores  
Que se revelam nos olhos  
Que nunca disfarçam os seus dissabores

Vidas carentes de vida  
Almas carentes de forças  
Fingem ter felicidade  
Enquanto a noite durar

Até que um dia uma lágrima  
Faça com que lembrem de Deus  
E só então suas noites  
Serão de paz outra vez

Nesse exemplo, além da tensão entre o discurso da perdição e o discurso da redenção, chamam a atenção os versos “até que um dia uma lágrima / faça com que lembrem de Deus” que mostram um traço peculiarmente característico do discurso espírita kardecista, isto é, o sofrimento lembra as pessoas da existência de Deus e faz com que o espírito se eleve a Ele. Ao mesmo tem-

po, o condicionamento imposto pelos versos seguintes – “e só então suas noites / serão de paz outra vez” – faz com que haja um distanciamento do discurso espírita que, via de regra, é menos taxativo quanto à adesão de seus fiéis e uma aproximação com o discurso evangélico, porque o contexto não deixa opção de escolha, ao mostrar que o fim do sofrimento será conseguido a partir de um encontro com Deus, proporcionado pela Igreja Universal.

No trecho abaixo, pertencente à canção de encerramento da participação de um pastor de nome Douglas, enfatiza-se uma vida que só poderia ser resolvida por um milagre que aconteceu. A redenção explicitamente foi realizada por Jesus Cristo, contextualmente dentro da Igreja Universal do Reino de Deus:

Minha vida era sem explicação  
Nem eu mesmo entendia  
Quando algo acontecia ao meu coração  
Que não sabia

Para muitos eu não tinha solução  
Para mim só um milagre  
E o milagre aconteceu enfim  
Jesus me deu a mão  
Sorriu pra mim  
Pois o meu futuro agora eu sei  
Estava nas mãos do meu Rei  
Ele nunca me deixa  
Minha vida transformou

Pois agora sou feliz  
Não mais vivo em solidão  
Jesus Cristo me salvou  
E me deu o Seu perdão

A partir da interpretação das letras das canções, o ouvinte será levado a perceber apenas uma idéia nelas contida: longe de Deus, não há salvação, apenas sofrimento. Como implicitamente se trabalhou que somente na Igreja Universal existe um Deus verdadeiro capaz de libertar, as pessoas são levadas a ingressar

no grupo da Igreja Universal do Reino de Deus onde serão libertas e terão seus problemas solucionados.

## 4.2. O Gênero Salmo

O gênero *salmo* é composto de trechos da bíblia utilizados pelo pastor durante a programação – que servem de mecanismo para catequese. Esse gênero está relacionado ao lado evangelizador do discurso veiculado pela Igreja Universal devido ao seu caráter didático.

Se por um lado esse gênero implementa uma atmosfera catequética, por outro, desencadeia um processo argumentativo e persuasivo dentro do discurso do pastor, pois a citação bíblica instaura um ambiente de “verdade” e “neutralidade”, já que, se quem disse não foi o pastor, mas o próprio Cristo ou, por exemplo, o salmista Davi, o interlocutor não poderá questionar:

“preste atenção no que eu vou ler para vocês escrito no livro de salmos 34, diz assim: *‘Bendirei ao Senhor em todo tempo, o seu louvor estará sempre nos meus lábios, gloriar-se-á no Senhor a minha alma, os humildes o ouvirão e se alegrarão, engrandeci o Senhor comigo e todas a uma e exaltemos o nome, busquei o Senhor e ele me acolheu, livrou-me de todos os meus temores.’* Não é isso que você está precisando? O salmista David disse *‘busquei o Senhor e ele me acolheu, livrou-me de todos os meus temores’* é isso que você tem que fazer, buscar Deus, buscar Deus pra que você fique livre dos seus temores.”

Logo após a leitura do trecho pelo pastor Douglas, uma questão é levantada por ele: “Não é isso que você está precisando?”. Notem que a leitura mostra um cunho didático, a questão propõe o questionamento da vida do ouvinte, enquanto o contexto o leva a tomar a Igreja Universal como capaz de livrá-lo de todos os seus temores. Ao mesmo tempo em que Deus é tomado como chave para solução dos problemas, o pastor diz ao ouvinte o que ele tem que fazer, modalização que denota obrigação.

O discurso calcado em citações bíblicas torna-se extremamente autoritário, pois não pode, via de regra, ser contestado,

evidenciando uma relação de poder estabelecida no programa. O hibridismo entre discursos e gêneros, devido a seu caráter argumentativo, desencadeia um processo persuasivo que leva o ouvinte a tomar a palavra de Deus escrita na bíblia e a palavra da Igreja Universal do Reino de Deus a partir da voz do pastor como uma só, instaurando um processo hegemônico desta em relação às outras igrejas.

### 4.3 O Gênero Conversa pelo Telefone

No gênero *conversa pelo telefone* – o qual é composto pelas conversas telefônicas dos ouvintes com o pastor Douglas – nota-se que há preocupação didática, pois a figura do pastor é quem aloca os turnos e a conversa obedece, conforme propõe MARCUSCHI (1986), às cinco características básicas de sua constituição. A conversa se dá entre pelo menos dois falantes; ocorre pelo menos uma troca de falantes; ocorre uma seqüência de ações coordenadas numa identidade temporal, havendo envolvimento numa “interação centrada”.

A obediência às normas não só instaura o gênero enquanto tal, mas é a primeira característica metódica das interações conversacionais: a conversa se dá ao vivo por telefone entre o ouvinte e um pastor de nome Douglas, havendo troca de falantes, com poucas tomadas de turno, já que, na maioria das vezes, algum tipo de marcador é utilizado como sinal para que um dos actantes o tomem, constituindo seqüências de ações coordenadas. Em se tratando de conversas ao vivo, temos a identidade temporal e, por último, como existe um mesmo tópico que norteia todas as conversas – os problemas para os quais cada interlocutor busca solução – temos a chamada “interação centrada”.

O que se deve ressaltar é que a própria posição assumida pelo pastor nas interações de quem soluciona os problemas – mostra a relação de poder estabelecida e o potencial persuasivo do discurso evangélico, já que a fala do pastor é constituída por argumentos a favor de sua Igreja. Enquanto Dorotéia, primeira participante do programa, conta uma história ligada a questões

de sonhos, premonições e espiritismo, o pastor repete determinadas partes da fala da interlocutora, de forma a fortalecer aspectos que poderiam ser tomados como negativos no espiritismo, argumentando contra ele e dando um desfecho para questão:

**Dorotéia:** Então essas coisas sempre acontecem comigo.

**Pastor Douglas:** Não, por aí, por aí a senhora pode ver que não são coisas, não, não são coisas boas, né?

**Pastor Douglas:** Porque senão tava iluminando a vida da senhora, né?

**Pastor Douglas:** A senhora, tem, é, a senhora, a senhora, eu acredito que a senhora tem sentido uma opressão muito grande.

**Pastor Douglas:** A senhora não quer é isso /.../ ((isso = ser usada pelos espíritos))

**Pastor Douglas:** a senhora não quer, é, que os espíritos venham tomar conta do corpo da senhora.

**Pastor Douglas:** A senhora não quer ser usada por eles?

**Dorotéia:** Não.

**Pastor Douglas:** Bom, então, nesse caso, na Igreja, na Igreja Universal, nós temos na sexta-feira um processo, uma corrente de libertação, é uma terapia espiritual, é pras pessoas que estão enfrentando esse tipo de problema /.../

HUTCHIBY (1999) analisando questões de poder em conversas em shows de rádio percebe que se espera que os telefonadores coloquem suas posições em primeiro lugar, enquanto o radialista tem tempo para articular sua fala e assim competir com o telefonador escolhendo suas fraquezas. Isso mostra que o radialista tem a oportunidade de se opor após montar um conjunto prévio de argumentos e que, embora possa parecer outra regra o telefonador construir um programa para discussão, ele não mantém necessariamente o controle dela. HUTCHIBY (1999:580) afirma que “estando em segunda posição, o radialista pode desafiar a ordem de observações do telefonador: questionar se o que o visitante diz é realmente pertinente dentro de suas condições ou do próprio programa”

O que acontece na interação entre o pastor Douglas e a ouvinte Dorotéia parece estar bem próximo do que HUTCHIBY (*idem, ibidem*) afirma. O pastor põe-se na posição de ouvinte, uma

posição secundária, e enquanto ouve parece estar selecionando partes da fala da ouvinte que são “pertinentes ao programa”, o que justificaria as repetições de falas da ouvinte e a indução de pensamento que culmina com a questão – “a senhora não quer ser usada por eles?” – que desemboca na conclusão do pastor de que ela deve ir à Igreja Universal do Reino de Deus para se libertar:

**Pastor Douglas:** Bom, então, nesse caso, na Igreja, na Igreja Universal nós temos na sexta-feira uma processo, uma corrente de libertação, é uma terapia espiritual, é pras pessoas que estão enfrentando esse tipo de problema /.../.

SCHEGLOFF (1999:119) afirma que “em princípio, um ou mais aspectos referentes ao lugar e ao tempo em que os participantes estão falando podem ser indispensavelmente pertinentes para produção e domínio da conversa, mas esses não são decisivamente reconhecíveis *a priori*”. No caso em análise, toda interação ocorre de maneira reconhecível. Apesar de ser ao vivo, o que delimita o *tempo* e o *lugar* em que cada actante está falando já está preestabelecido pela natureza do programa que se destina a pessoas com problemas. Logo, o pastor sempre falará da posição de quem detém a solução e o ouvinte da posição de quem necessita dela. E, já que o *onde* e o *quando* são imprescindíveis à produção e domínio da conversa, a posição do pastor será sempre a de dominante, estabelecendo-se, conseqüentemente, uma relação hegemônica de poder.

O pastor parece estar trabalhando com inferência conversacional que “é o ato de se situar ou o processo de limite de contexto da interpretação por meio do qual os participantes em uma conversação avaliam as intenções dos outros e em que eles fundam suas respostas” (GUMPERZ, 1999:98). Isso quer dizer que o aspecto situacional pode prover os participantes de uma interação de subsídios que os levam a “prever” o que está para ser anunciado, fator que favorece o pastor porque este conhece a comunidade discursiva para quem faz o programa e passa gran-

de parte do tempo ouvindo e construindo sua fala a partir dos dados recebidos.

#### 4.4. O Gênero Testemunho

Dentro do gênero *testemunho* – testemunho tomado aqui como um depoimento, uma prova de alguma coisa – encontramos um discurso turístico e, no dizer de SWALES (1990) um pré-gênero que é o narrativo. O gênero em questão é constituído de três partes, nas quais um locutor narra a história de Iraídes Boese, coloca algumas pessoas que a rodeavam – parentes e amigos – para falar a respeito de sua vida e, ao mesmo tempo, descreve o antes, uma vida apenas de tristeza, e o depois, a redenção e a alegria alcançadas após a entrada na Igreja Universal do Reino de Deus.

A articulação de narração e descrição a partir de uma história “empírica” constitui argumentos que põem a Igreja Universal como capaz de libertar as pessoas de qualquer mal e instaurar um ambiente de alegria, saúde e paz conforme podemos ver nas passagens abaixo:

**Locutor:** Manaus, a bela capital do Amazonas, localizada às margens do Rio Negro, Manaus é conhecida como um dos mais importantes centros econômicos do país. É também ponto de partida das principais rotas hidroviárias da Amazônia. Manaus foi a cidade que Iraídes Boese, esta paranaense de 37 anos escolheu para viver e foi aqui durante muitos anos que protagonizou uma história repleta de derrotas. Iraídes por quase 20 anos viveu subjugada aos caprichos de entidades malignas. Dominada pelos demônios, fazia oferendas, despachos, trabalhos de magia negra e bruxaria. Ignorando o poder devastador dos espíritos malignos, esteve muito próxima de destruir a própria vida e a vida de toda a família. Maria Avelino, a antiga vizinha de Iraídes ainda lembra dos comentários que ouvia na humilde vila onde morava. (...)

**Locutor:** Graças ao maravilhoso encontro com o Nosso Senhor Jesus Cristo na Igreja Universal do Reino de Deus, a família de Iraídes conseguiu também alcançar a tão sonhada felicidade. (...)

**Locutor:** Iraídes transformou-se em uma mulher de Deus, hoje seu maior desejo é servir Jesus Cristo e mostrar toda sua gratidão pelas maravilhosas bênçãos que alcançou, pela nova vida que ganhou, ao conhecer a Igreja Universal do Reino de Deus.



A freqüência de algumas palavras, principalmente os adjetivos – depreciativos quando se fala sobre a vida anterior à conversão de Iraídes e positivos após essa conversão – e dos argumentos utilizados pelo locutor mostram que o discurso revela apenas uma ideologia: longe de Deus não há salvação. O aspecto persuasivo pode ser comprovado porque, já que a ideologia acima está montada mediante a equivalência entre palavra de Deus e palavra da Igreja Universal do Reino de Deus, se longe de Deus não há salvação, longe da Igreja Universal também não há.

No trecho acima, chama atenção o hibridismo entre os vários discursos que servem de tensão para implantação e fortalecimento do discurso evangélico. Quando o locutor ou o pastor fala, em termos religiosos, do trabalho com espíritos, trazem à lembrança do espectador, em primeira instância, o Espiritismo; contudo, falar das práticas de despachos lembra a Umbanda e o Candomblé e falar de espíritos malignos lembra a Quimbanda e, principalmente, a Quimbanda, sem falar da magia negra e da bruxaria que são facções independentes, às vezes, tomadas como sinônimas. Pode-se então perceber que o discurso da Igreja Universal está dialogando com, no mínimo, sete discursos diferentes, embora não faça separações. Tomando o discurso veiculado, todas essas religiões, crenças e práticas que possuem discursos próprios passam a ter uma única voz a partir de tudo que, segundo a ideologia evangélica, possuem de ruim, o que se comprova pela adjetivação e pelo testemunho de Iraídes como um todo.

#### **4.5. O gênero Oração**

O gênero a que estamos chamando *oração* precede o encerramento da participação do pastor Douglas e é constituído por uma oração – uma súplica religiosa – única que retoma os objetivos do pastor em ajudar e libertar os ouvintes dos problemas pelos quais eles passam. A oração, feita pelo pastor Douglas quase no final do programa, pode ser esquematizada da seguinte forma: invocação, aclamação, petição, determinação de (ex.: cura, libertação, pacificação etc.) e agradecimento.

Ela reafirma todas as tomadas de posição e opiniões evangélicas acerca da necessidade da presença de Deus na vida das pessoas como condição para felicidade. Deve-se salientar que, mesmo no momento de oração, a negação de ser contra outras religiões, uma tentativa de simulação de neutralidade, é marcada pelo uso dos advérbios *independentemente* e *agora* e pela negação, pressupondo afirmação como se pode ver no trecho abaixo:

Ó meu Deus, o que nós queremos ver, meu Pai, é essas pessoas felizes, independentemente, meu Deus, se é católico, se é espírita, não importa, não importa nada disso agora, nós estamos aqui pedindo por todos, meu Pai, pedindo a felicidade dessas pessoas.

Quando o pastor enuncia querer a felicidade de outrem independentemente de religião, porque isso *não importa*, ele se contradiz ao condicionar essa afirmação ao momento da oração como se pode ver pelo advérbio *agora*. Todas essas palavras possuem em si um valor semântico em separado, contudo, a organização sintática não é o elemento finalizador da interpretação, pois importa discursivamente *quem, como, quando e de onde* está falando, pois são fatores que dão às palavras uma conotação que instaura uma antítese entre o lingüístico que parece manter um ambiente de isenção / neutralidade e o discursivo que diz o contrário.

Após esses gêneros, o pastor passa à etapa de finalização de sua participação. Ele fala dos eventos de oração a serem realizados na Sexta-feira Santa na Igreja Universal do Reino de Deus para ajuda e transformação da vida das pessoas, falando incisiva e diretamente com o ouvinte por meio do pronome *você*.

Então ele passa a falar de suas expectativas com relação à parte do programa que coordenou, dizendo que espera ter ajudado e tirado a aflição do coração do ouvinte. Ele refaz o convite ao ouvinte para participar dos eventos da Igreja Universal, certificando que Deus vai abençoar a vida deles, anuncia a segunda parte do programa que será coordenada por um bispo de nome Alfredo Paulo e se despede.

Cabe-nos salientar que, da mesma forma que nos outros gêneros, na retomada e reafirmação do objetivo do programa, que é ajudar e libertar as pessoas de seus males independentemente de “denominação” ou religião, determinadas construções dizem o contrário como por exemplo:

Pelo menos nesses instante que você está conosco, eu tenho certeza que Deus está abençoando grandemente a sua vida.

O uso da expressão *pelo menos* afirma que a certeza da benção de Deus está condicionada a uma frequência à Igreja Universal do Reino de Deus seja *in loco* ou através da televisão.

## Conclusão

Para FAIRCLOUGH (1999:24), a prática social se insere em redes de relações de poder e subordina potencialmente os sujeitos engajados nela. Para esse autor, poder no discurso é fazer com que os participantes mais poderosos controlem e restrinjam as contribuições dos participantes menos poderosos, sendo que essas restrições podem ser de conteúdo (no que é dito ou feito), de relações (referente às relações sociais das pessoas que entram no discurso) ou de sujeito (referentes às posições de sujeito que as pessoas podem ocupar) (FAIRCLOUGH, 1989: 46).

Embora este seja apenas um estudo de caso, a descrição dos gêneros e o trabalho de aplicação do conceito de hibridização nos ajuda a entender o funcionamento da visão de mundo subjacente ao discurso evangélico da Igreja Universal do Reino de Deus, mostrando como algo é dito dentro da instituição, desvendando opacidades e ideologias presentes de forma obscura, às vezes, não exatamente no que é dito, mas na forma como é dito.

Preliminarmente, pode-se perceber que o discurso evangélico da Igreja Universal do Reino de Deus se contrapõe ao discurso de outras religiões numa relação de exclusão e, tomando CHIMOMBO & ROSENBERRY (1998) como referências, pode-se afirmar que foi construído um universo discursivo que reflete

um mundo criado pelos seus produtores, pois existe uma espécie de pré-organização discursiva que coordena o evento, a entrada de cada gênero, as tomadas de turno na conversação, cunhando um texto endofórica e exoforicamente coeso e coerente que reflete a ideologia evangélica e uma relação de poder, evidenciada pela posição de dominante do pastor em relação à de dominado do ouvinte/participante, constituindo também um processo hegemônico.

O hibridismo acontece tanto com relação aos discursos quanto aos gêneros, na constituição de um texto/discurso na mídia que visa a sua própria distribuição e posterior consumo. A articulação dos gêneros e discursos evidenciada pelo hibridismo, ao contrário do que afirma o pastor, revela que não existe neutralidade, apontando não exatamente para um discurso religioso, mas sobretudo apontando para e evidenciando um discurso promocional, o que corrobora as palavras de Fairclough quando afirma que “o discurso é moldado por relações de poder e revestido de ideologias”.

## Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1981.
- CHIMOMBO, Moira; ROSEBERRY, Robert L. *The power of discourse: an introduction to Discourse Analysis*. London: LEA, 1998.
- CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Language and Power*. London and New York: Longman, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- \_\_\_\_\_. “Linguistic and intertextual analysis within discourse analysis”. In: JAWORSKY, Adam, COUPLAND,

- Nikolas (eds.). *The discourse reader*. London & New York: Routledge, 1999. p. 183-220.
- FERREIRA, Aurélio B. de H. *Dicionário Aurélio básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- FOWLER, Roger et al. *Language and control*. London, Boston and Henley: Routledge & Kegan Paul, 1979.
- GUMPERZ, John J. "Sociocultural knowledge in conversational inference". In: JAWORSKY, Adam; COUPLAND, Nikolas (Ed.). *The discourse reader*. London & New York: Routledge, 1999. p. 98-106.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- HUTCHIBY, Ian. "Power in discourse: the case of arguments on a British talk radio show". In: JAWORSKY, Adam; COUPLAND, Nikolas (Ed.). *The discourse reader*. London & New York: Routledge, 1999. p. 576-588.
- LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: Pennsylvania Press, 1972.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.
- MICROSOFT CORPORATION. Enciclopédia Microsoft Encarta, 1999.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix/USP, 1969.
- SCHEGLOFF, Emanuel A. "Talk and social structure". In: JAWORSKY, Adam; COUPLAND, Nikolas (Ed.). *The discourse reader*. London & New York: Routledge, 1999. p. 107-120.
- SWALES, J. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

**Capítulo 6:**  
**Informação Científica e Sobrevivência Discursiva:**  
**Aspectos da Produção, Socialização e Consumo**  
**do Jornal Televisivo Brasileiro**

*Janaina Minelli de Oliveira*

A explosão comunicacional que tornou possível o acesso a qualquer tipo de informação ao toque de uma tecla instaurou, pode-se dizer, uma nova ordem comunicativa que prima pelo dinamismo e pelo prazer. O jornal televisivo brasileiro sinaliza características do contexto sócio-histórico e cultural no qual se insere, na mesma medida em que é gerado por tal contexto. Como moldura estrutural e contextual de diversas classes de eventos comunicativos, ele se metamorfisa. Tal processo é resultado de movimentos interdiscursivos complexos e situa-se em redes comunicacionais mais amplas (SCOLLON, 1998). O jornal televisivo é ponto de encontro entre vários discursos, como o jornalístico, o do entretenimento, o religioso, etc. O cruzamento entre esses discursos segue tendências comunicacionais internacionais e se reflete nas formas de codificação, socialização e recepção do jornal televisivo e das notícias que ele veicula como formas discursivas de natureza diversa.

Tomando a notícia científica no jornal televisivo brasileiro como foco de análise, sem perder de perspectiva a inserção do próprio jornal televisivo em redes comunicacionais mais am-

plas, a presente análise explora a realização discursiva de diferentes “tipos de texto” (FAIRCLOUGH, 1992) através da experiência semi-interativa da comunicação de massa. A partir dos subsídios teóricos da Análise do Discurso e da Análise de Gênero, principalmente do trabalho proposto por FAIRCLOUGH (1992) e SWALES (1993), e dos estudos de mídia e interação social desenvolvidos por ELLIS (1992), THOMPSON (1995) e SCOLLON (1998), busca-se demonstrar como o gênero *informação científica transmitida através do jornal televisivo brasileiro* alterna padrões coesivos diversos, de forma dinâmica, para atingir objetivos sócio-retóricos. As reflexões que a presente análise busca traçar fundamentam-se na observação de notícias sobre ciência veiculadas durante os meses de junho, julho e agosto de 2000 pelos seguintes jornais: Jornal da Globo e Jornal Nacional, da emissora Globo de televisão e Jornal da Bandeirantes e Jornal da Noite, da rede Bandeirantes de televisão. Fundamental para as considerações aqui desenvolvidas é delinear o conceito de gênero discursivo que as ampara, tornando dessa forma possível que traços da tessitura discursiva do já mencionado gênero possam ser salientados.

FAIRCLOUGH (1992) admite a dificuldade em se trabalhar com termos amplamente utilizados como “gênero”, “estilo”, “registro” e “discurso”, assinalando vantagens e desvantagens na adoção de uma certa categorização. Como vantagens, o autor menciona o fato de que utilizar tais termos torna possível que revelemos em nossas análises diferenças entre elementos das ordens do discurso que podem se perder de outra forma. Ao salientar tais elementos, revelamos a prática discursiva como regulada por convenções sociais. Ele afirma ser válido recorrer a um arcabouço analítico com um pequeno número de categorias claramente diferenciáveis, como o fazem os cientistas sociais, o que confere à análise do discurso, para tais cientistas, valor de método.

Há desvantagens, no entanto. Fairclough ressalta que os elementos das ordens do discurso têm características extremamente diferentes, mas que não é de forma alguma fácil decidir quan-

do se está lidando com gêneros, estilos, discurso, etc. Ele aconselha cautela quando da utilização de tais termos. Fairclough afirma que cada um deles se aplica a um domínio diverso e heterogêneo e que por vezes as razões que motivam seu emprego não serão claras. O autor reconhece que é possível que tenhamos que recorrer a termos, como ‘tipo discursivo’, por exemplo, utilizado de forma bastante abrangente por Fairclough. ‘Tipo discursivo’ seria, para ele, “qualquer tipo de convenção” (1992:125). Fairclough coloca ainda que devemos reconhecer que não há e nem poderia haver uma lista de gêneros, estilos ou discursos, e que “constantemente nos defrontamos com o que parecem ser decisões arbitrárias, decisões estas influenciadas pelo ponto de partida de cada análise, sobre se algo constitui ou não uma instância diversa de um desses tipos” (FAIRCLOUGH, 1992:125).

Tendo tais considerações em mente, Fairclough discute os termos “gênero”, “tipo de atividade” e “estilo”, que constituem, para o autor, diferentes tipos de elementos das ordens do discurso. O termo gênero é usado por Fairclough como um elemento que abarca os outros tipos, já que gêneros correspondem, aproximadamente, a tipos de prática social. Os outros elementos variam em autonomia com relação ao gênero, sendo que, em uma escala de autonomia crescente, o autor os relaciona na seguinte ordem: tipo de atividade, estilo, discurso.

Gênero é, nas palavras de Fairclough:

“(...) um grupo de convenções relativamente estáveis que é associado com um tipo de atividade socialmente ratificado, e que parcialmente o representa, como o bate-papo, a compra de produtos em uma loja, a entrevista para emprego, o poema, o documentário na televisão ou o artigo científico.” (FAIRCLOUGH, 1992:126)

O gênero implica não apenas em um tipo de texto em particular, mas nos processos de produção, distribuição e consumo de textos e é associado a um tipo de atividade. Um tipo de atividade pode ser definido como uma seqüência estruturada das ações que a compõem e em função dos participantes nela envolvidos. A atividade de se comprar roupas em uma loja, mencio-



nada por Fairclough, por exemplo, envolve o vendedor e o cliente enquanto participantes. Pode-se dizer que há uma série de ações articuladas. Primeiro, o cliente se aproxima da loja, observa na vitrine o produto que lhe interessa; em seguida, o vendedor se aproxima e oferece ajuda. O cliente faz perguntas sobre preço, tamanho, cor, pede para experimentar, experimenta, diz se gosta ou não, decide se vai levar e, em caso afirmativo, recebe uma nota do vendedor, vai ao caixa, paga, vai ao balcão de entrega de mercadoria, entrega uma ficha que recebeu no caixa, pega a mercadoria e deixa a loja. Fairclough lembra que um tipo de atividade não especifica um único padrão rígido de ações, mas delimita uma gama de opções.

O termo estilo varia, segundo o autor, de acordo com três parâmetros. O primeiro deles seria o teor, que corresponderia ao tipo de relação estabelecida entre os participantes no tipo de atividade. São classificações possíveis: “formal” ou “informal”, “casual”, “oficial”, etc. Estilos variam em função de um modo, se os textos são escritos ou falados, ou uma combinação de ambos – escritos para serem falados, falados como se tivessem sido escritos, etc. Em terceiro lugar, estilos variam de acordo com o modo retórico, e podem ser classificados com termos, tais como: ‘argumentativo’, ‘descritivo’ e ‘expositivo’.

Depois do gênero, o discurso é, para Fairclough, o mais autônomo dos tipos de elementos. Ele é a combinação de uma área específica do conhecimento e um modo específico de construí-lo. O autor afirma ser útil utilizar termos como ‘discurso médico técnico-científico’ e ‘discurso feminista da sexualidade’ (FAIRCLOUGH, 1992:128), nos quais, no primeiro, a área de conhecimento seria a medicina e, no segundo, a sexualidade. ‘Técnico-científico’ e ‘feminista’ seriam pontos de vista, modos de articulação de um certo conhecimento.

Na perspectiva apontada por Fairclough, a análise do texto deve aliar-se à compreensão dos contextos de produção, socialização e interpretação do mesmo. Gêneros seriam práticas socialmente articuladas e convencionalmente reguladas que se realizam através de tipos textuais:

“(...) tipos textuais se diferenciam pelos tipos de relações que são estabelecidas entre suas orações, e pelos tipos de coesão que eles privilegiam, e tais diferenças podem ser significativas cultural ou ideologicamente. Estas diferenças na coesão se combinam com outras para dar diferenças na ‘textura’ geral (Halliday 1985: 313-18) dos tipos textuais – na forma geral de estruturação das orações em um texto.” (FAIRCLOUGH, 1992: 174)

Diferentes tipos textuais privilegiam diferentes padrões coesivos. De acordo com Fairclough, uma importante variável entre tipos textuais é até que ponto as relações coesivas entre as orações presentes no texto são marcadas explicitamente. Ainda segundo o autor:

“(...) marcas coesivas também têm que ser vistas dinamicamente da perspectiva do produtor do texto: produtores de textos de fato estabelecem relações coesivas de tipos particulares no processo de posicionamento do leitor como sujeito. Conseqüentemente, coesão vista desse modo dinâmico pode tornar-se um modo significativo de ‘trabalho’ ideológico acontecendo no texto.” (FAIRCLOUGH, 1992:177)

Em sintonia com a perspectiva apontada por Fairclough, SWALES (1993) propõe uma definição que vê gêneros como mais que textos ou diferentes “tipos de textos”. Swales afirma que é necessário que textos sejam utilizados para que se compreenda como eles se organizam em termos de seu conteúdo informacional, retórico e estilístico. O autor ressalta, no entanto, que uma abordagem satisfatória do conceito de gênero deve ir além do texto. Tal abordagem deve contemplar o evento comunicativo como um todo. Assim como para Fairclough, para Swales compreender um evento comunicativo, como pertencente a um gênero, significa levar em consideração os momentos de sua codificação e decodificação, mais que isso, envolve pensar gêneros como categorias sócio-retóricas. O autor define um gênero discursivo como um grupo de eventos comunicativos, episódios lingüísticos da realidade social, com um mesmo objetivo sócio-retórico e regulados por uma lógica subjacente a tais eventos. Segundo o

autor, gêneros não pertencem a indivíduos, mas a comunidades discursivas cujos membros associam-se para realizar objetivos comunicativos.

Dois aspectos de tal definição demonstraram-se de especial relevância para nosso trabalho reflexivo. Em primeiro lugar, Swales expande o conceito de gênero. Segundo sua definição, um gênero discursivo não seria apenas um conjunto de textos com características estruturais semelhantes, mas uma classe de eventos com um mesmo objetivo comunicativo, isto é, sócio-retórico. Em segundo lugar, ao tratar gêneros como classes de “eventos comunicativos” e não de “textos”, percebe-se a tentativa do autor de extrapolar as limitações físicas da página de papel e conceder ao conceito de gênero dimensões histórico-sociais. É essa perspectiva que torna possível que a *informação científica transmitida através do jornal televisivo brasileiro* seja tomada como objeto de análise.

Os eventos comunicativos pertencentes a essa classe possuem uma certa estrutura comunicativa recorrente. Tal estrutura opera no sentido de realizar um objetivo comunicativo, que é a transmissão de informação científica. A estrutura comunicativa recorrente dessa classe de eventos é resultado de um processo de rescrita do saber científico através da articulação dos diversos códigos semióticos som, imagem e linguagem. Pode-se dizer que a informação científica é “modalizada” em função de um público alvo não especializado em informação científica. A integração do objetivo comunicativo de modalizar o conhecimento científico em função do público televisivo faz emergir uma lógica discursiva que regula a produção de tais eventos.

A codificação do gênero ora discutido ocorre em função da audiência televisiva, heterogênea por natureza e potencial por definição. SWALES (1993) define comunidades discursivas como redes sócio-retóricas formadas por indivíduos que recorrem a determinados gêneros para realizar objetivos comunicativos em comum. Afirmar que a audiência do jornal televisivo constitui uma comunidade discursiva, tal como descrita por Swales, significaria assumir o risco de defender que um objetivo retórico pos-

sa ser compartilhado por pessoas de sexo, idade, escolaridade, classe social, etc. diferentes.

O fenômeno discursivo *informação científica transmitida através do jornal televisivo brasileiro* existe, no entanto. Há um grupo de profissionais que se dedica à sua codificação. Quem fala, fala para alguém – ainda que para um alguém “ideal”, tendo em mente seu conhecimento prévio, seus interesses. Existe uma lógica subjacente a tal codificação, que dá ao fenômeno discursivo uma estrutura reconhecível e passível de análise. As circunstâncias de produção e recepção constituem, no entanto, práticas sociais muito afastadas. SCOLLON (1998) afirma que jornalistas e telespectadores pertencem a comunidades diferentes. São elas a comunidade de prática produtora, constituída por jornalistas, técnicos, editores, etc. e a comunidade de prática receptora, composta pelos telespectadores dos jornais televisivos.

O leve movimento que se faz do objetivo retórico em direção à prática social faz sentido especialmente para a *informação científica transmitida através do jornal televisivo brasileiro*. Durante um jornal os telespectadores podem realizar outras muitas atividades, como cozinhar o jantar, falar ao telefone, passar roupas, folhear um jornal impresso, etc. A idade, sexo, escolaridade, de tais telespectadores é variável. Telespectadores constituem uma comunidade de prática, não por compartilhar características específicas em comum – além de um vago desejo de obter informação – mas por realizarem uma ação em comum, que é assistir ao jornal ou reunir-se em torno de um aparelho de TV. A comunidade de prática produtora do gênero *informação científica transmitida através do jornal televisivo brasileiro*, por sua vez, também realiza uma ação social, que é a codificação da informação científica. Vale lembrar que, como apontado anteriormente, FAIRCLOUGH (1992) define gêneros como tipos de atividade socialmente ratificados relacionados a contextos de produção, distribuição e consumo de formas discursivas.

A classe de eventos *informação científica transmitida através do jornal televisivo brasileiro* é aqui caracterizada como um gênero discursivo, ou seja, um grupo de eventos comunicati-

vos regulados por uma lógica subjacente comum e que têm por objetivo alcançar uma comunidade receptora de prática não especializada em ciência. Esse gênero encontra no jornal televisivo uma moldura estrutural e contextual que pode ser caracterizada como uma “colônia” (HOEY, 1986). Como colônia, o jornal não apenas abriga formas discursivas diversas, mas também se localiza dentro de contextos estruturais mais amplos, como a programação televisiva, por exemplo, e o próprio discurso jornalístico.

O gênero ora discutido, bem como a colônia que o abriga, está inserido no contexto semi-interativo da comunicação de massa (THOMPSON, 1995). Como semi-interação entende-se uma forma de relação entre uma comunidade de prática produtora e uma comunidade de prática receptora na qual as ações, afirmações e o conteúdo simbólico codificado em forma de mensagem são dirigidos a um número indefinido de receptores potenciais. Nesse contexto semi-interativo não se fala a um outro específico, mas a um outro “ideal”. Na semi-interação há uma extensa gama de conteúdo simbólico que se estende através do espaço e do tempo. Seu caráter é monológico e, portanto, segue um único sentido em seu fluxo comunicativo. O deslocamento espaço-temporal entre as comunidades de prática produtora e receptora desobriga os receptores da mensagem codificada a responder a perguntas ou fazer comentários.

O jornal televisivo é a expressão de sujeitos não específicos para sujeitos não específicos através da experiência televisiva, por natureza, semi-interativa. A comunidade de prática produtora da notícia científica adota estratégias que visam subverter a natureza semi-interativa da experiência televisiva. Subverter as características da semi-interação no tele-jornal significa dirigir-se a um telespectador “ideal” como que em uma conversa entre duas pessoas. Significa remeter-se à audiência desse jornal, composta por milhões de telespectadores, absolutamente diferentes uns dos outros, como se estivesse falando com uma pessoa em particular. Implica em criar uma atmosfera de presença íntima, quando na verdade o programa é gravado horas antes do momento em que é assistido. Envolve simular uma con-

versa face-a-face, desconsiderando o deslocamento espaço-temporal que separa o jornalista do telespectador.

Pode-se perceber na tessitura discursiva do gênero *informação científica transmitida através do jornal televisivo brasileiro* essa tentativa de subversão das características da semi-interação. Tal tentativa se realiza discursivamente numa lógica subjacente à codificação dos eventos do gênero. Assim, são traços constitutivos dessa lógica um tom de informalidade, a tentativa de se estabelecer uma atmosfera comunicativa favorável entre jornalistas e telespectadores, inclusão de ícones característicos da informação científica e ilustrações, inclusão de entrevistas a especialistas e a não especialistas, dentre outros. Dois traços serão aqui destacados dada a contribuição de FAIRCLOUGH (1992) para sua compreensão. O autor afirma, como antes mencionado, que gêneros realizam-se através de tipos textuais e que estes, por sua vez, privilegiam diferentes padrões coesivos. Ele vai além, destacando que há implicações cultural e ideologicamente relevantes envolvidas nesses processos.

O primeiro traço da tessitura discursiva do gênero *informação científica transmitida através do jornal televisivo brasileiro* a ser aqui destacado é uma alternância entre trechos descritivos e narrativos, que constituem diferentes “tipos de texto”, nos eventos constituintes da classe. Estudos realizados por PAGANO (1998) indicam que quanto menos especializada a comunidade receptora alvo de uma rescrita, maior será o nível de inclusão de elementos narrativos. Por elementos narrativos, entende-se uma seqüência de fatos cronológica, inclusão de metáforas, personificação, personagens e mecanismos coesivos mais explícitos. O gênero ora discutido alterna trechos narrativos com trechos descritivos. Nos trechos narrativos, são eleitos personagens que protagonizam a narrativa. Nos trechos descritivos, a informação científica, propriamente dita, é o personagem central. Pode-se dizer que os trechos descritivos amparam, explicam os acontecimentos narrados na notícia.

O caso de James, que teve sua história relatada em *off* – isto é, narrada sem que o narrador possa ser visto pelo telespecta-

dor – em uma das notícias sobre ciência observadas ilustra tal quadro. Há uma alternância entre trechos descritivos – marcados no exemplo em negrito – e trechos narrativos:

“Um ano atrás James Bibi não podia dirigir (Cenas de James dirigindo). Ele via o mundo assim... (Cena desfocada). Quer dizer, não via quase nada (James andando). As córneas dele foram destruídas pelo uso errado de um colírio. **A córnea é a parte transparente do olho por onde passa a luz (desenho esquemático do olho humano/raio de luz passando através da córnea). Quando é danificada a pessoa perde a visão (A córnea sofre uma alteração e escurece).** O caso de James era grave (James lendo com uma lupa enorme). Não adiantava o transplante de córnea. Durante anos ele procurou ajuda médica até chegar a um centro de oftalmologia em Davis, Califórnia (Cenas no hospital/sala de cirurgia/cirurgia em progresso). A irmã de James, Sali, doou células de uma de suas córneas (Mulher brincando com um cachorro em um campo). **Um procedimento indolor (cenas de um laboratório). São células mães que criam células novas. Elas foram cultivadas no laboratório em proveta e geraram o tecido transparente que forma a córnea (Cientista manipulando um tecido transparente numa proveta).** Esse tecido foi costurado nos olhos de James (Rosto de James). Ele é um dos dez pacientes (Capa de um artigo “Successfull transplantation of tissue replacement bioengineered in patient with ocular surface disease) nos quais a experiência deu certo (James caminhando em uma praia).”

“Um ano atrás” e “durante anos” são marcas cronológicas explícitas. A narrativa começa com um problema, o acidente com colírio que destruiu as córneas de James, e encontra uma complicação: o transplante é impossível. A busca pela cura dura anos. A heroína, Sali, entra em ação. A informação científica é dada entre um movimento narrativo e outro. São os trechos descritivos que explicam, do ponto de vista da ciência, o que aconteceu com os olhos de James. É importante ressaltar que, enquanto os trechos narrativos ocupam-se exclusivamente da história de James, os trechos descritivos fornecem informação técnica, pessoal, sobre a anatomia do olho humano.

O final da história de James é feliz. A ciência triunfa mais uma vez. A jornalista afirma que este é um dos dez casos que

deu certo, mas não informa quantas tentativas foram realizadas. Notícia científica no jornal televisivo brasileiro é sinônimo de “boa notícia”. Se o dado foi omitido é porque, possivelmente, ele não é muito animador.

A história de James é contada para que o telespectador possa visualizar o que córneas, tecido transparente, e células mães são. O raciocínio contrário não deixa de ser verdadeiro. Explica-se o que córneas, tecido transparente e células mães são para que se possa contar a história de James. A história não é mais sobre seu personagem que sobre ciência, nem mais sobre ciência que sobre seu personagem. O gênero *informação científica transmitida através do jornal televisivo* fala sobre ciência através de seus personagens, de seus dramas e, principalmente, de suas vitórias.

O segundo traço característico da tessitura discursiva do gênero *informação científica transmitida através do jornal televisivo brasileiro* a ser aqui destacado é o recurso a marcadores coesivos explícitos. De acordo com Greg Myers, artigos científicos escritos para leitores especialistas em ciência e versões das mesmas pesquisas direcionadas ao público em geral apresentam padrões coesivos diferentes (MYERS, 1991:5). O que diferencia tais padrões coesivos, segundo Myers, é a forma como o conhecimento do leitor é utilizado. Ele afirma que, em geral, leitores especialistas de textos científicos devem ter maior conhecimento de relações lexicais para abstrair a coesão implícita do texto.

Leitores não especialistas em ciência precisam encontrar no texto marcas coesivas explícitas para inferir relações lexicais e para fazer conexão entre o campo semântico do domínio científico e o da vida cotidiana. Em outras palavras, ao ler um texto científico, o leitor especialista se apóia no léxico para inferir relações coesivas, enquanto o leitor não especialista se apóia em mecanismos de coesão textual explícitos para inferir o léxico, geralmente repetição lexical simples, conjunções e mecanismos de referência pronominal. SALKIE (1995) distingue cinco tipos de coesão textual. O primeiro tipo é a coesão lexical, que se concretiza no texto através da repetição de palavras, uso de sinôni-



mos, hiperonímia e antônimos. Os outros tipos citados pelo autor são: eclipse, substituições, palavras que fazem referência a outras palavras ou a sentenças e os conectores. Estes, por sua vez, englobam conjunções, advérbios e preposições.

Myers recorre ao seguinte resumo de um artigo sobre genética molecular para exemplificar tal quadro. Ele pontua as dificuldades enfrentadas pelo leitor não especialista em relacionar as sentenças, bem como em associar as “entidades” mencionadas ao longo do texto:

“S.1.1 As seqüências correspondentes aos rRNAs 18S e 28S foram mapeadas em um **fragmento clonado** de kilobase (kb) 17 formado pela divisão Eco R1 do rDNA **Drosófila melanogaster**.S.1.2 Este **fragmento**, Dm 103, representa o mais longo de dois tipos principais de unidades recorrentes que estão presentes no rDNA **desta mosca**, e foi **clonado** como um plasmado híbrido, pDm 103, consistindo de Dm 103 inserido no local Eco R1 do vetor pSC 101.” (MYERS, 1991:2)

Myers afirma que o leitor deve ter um certo tipo de conhecimento para perceber a relação entre a primeira e a segunda sentença. “Este fragmento”, na segunda sentença claramente remete a “um fragmento” na primeira. Ocorre repetição lexical. Para relacionar a palavra “mosca”, no entanto, o leitor deve saber que *Drosófila melanogaster* é o nome científico de uma mosca. Não temos uma simples repetição lexical, mas hiperonímia. O autor do texto citado explora uma relação semântica entre as palavras. Existe a expectativa de que o leitor seja capaz de relacionar o nome científico da espécie ao inseto que ele nomeia, sem que outras relações coesivas explícitas façam tal fato claro. A repetição lexical pode nem sempre ser uma aliada do leitor. Enquanto na primeira sentença “clonado” descreve o fragmento, na segunda sentença, a mesma palavra faz referência ao processo pelo qual o fragmento foi produzido.

O autor também fornece um exemplo de como leitores não especialistas se apóiam na coesão textual para inferir o léxico, embora em mecanismos de coesão lexical mais simples. O texto

utilizado por Myers é parte de um artigo sobre o mesmo tema do exemplo acima e foi publicado no *The Economist*. Essa revista não é especializada em divulgação de informação científica e poderia ser comparada à revista *Time*, ou revista *Veja*, por exemplo. Vejamos alguns excertos:

“P.5.8. ... a receita num gene típico é **interrompida** por muitas seqüências longas de coisas que são fielmente copiados em mensagens e então quebrados antes da tradução para proteína.

P.5.9. Essas **interrupções** passaram a ser conhecidas como “introns” (as partes significativas dos genes são chamadas “exons”).

P.5.10. **Introns** são como anúncios em jornais – misteriosas (mas lucrativas) interrupções da mensagem.

P.5.11. **Explicar** por que **eles** estão lá se tornou uma obsessão para os biólogos.

P.5.12. Gradualmente as **explicações** têm recaído em dois campos: genes-em-pedaços e DNA egoísta.

P.5.13. A primeira (...) afirma que ...” (MYERS, 1991:2)

Segundo Myers, o texto acima não exige um profundo conhecimento lexical de seu leitor. Apoiando-se nos elementos coesivos presentes no texto, o leitor pode identificar nas sentenças de 8 a 11 que “coisas”, “introns”, e “eles” todos se referem à mesma “entidade”. A coesão entre as sentenças é dada, principalmente, através de elementos coesivos simples baseados na repetição lexical. Entre as sentenças 8 e 9, ocorre repetição lexical, com pequena variação, do item “interrompida”. A sentença 9 relaciona-se com a sentença 10 através da repetição lexical do item “introns”. Na sentença 11, o pronome “eles” faz referência ao item lexical repetido anteriormente, “introns”. A ocorrência dos itens lexicais “explicar” e “explicações” liga as sentenças 11 e 12. A sentença 13 relaciona-se com a sentença 12 através do recurso à elipse do item “explicação”. Não existe no trecho citado acima a expectativa de que o leitor saiba que “introns” é o nome dado às

---

<sup>1</sup> A palavra “gobbledegook” é usada informalmente na língua inglesa, para indicar que um texto ou expressão é muito complicado ou parece sem sentido. Ela foi traduzida aqui como “coisa”, por parecer ter um sentido aproximado no português.

interrupções de um gene. Este fato é explicitado com as palavras “conhecidas como”. Citando HALLIDAY e HASAN (1976), Myers lembra que coesão não se trata apenas da ocorrência ou não ocorrência de formas tais como os pronomes ‘essas’ ou ‘eles’. A coesão é construída a partir da estrutura semântica do texto e, dessa forma, do conhecimento do leitor e de suas expectativas (MYERS, 1991:3).

O gênero *informação científica transmitida através do jornal televisivo brasileiro*, tendo como objetivo retórico a rescrita de assuntos científicos para uma comunidade de prática não especializada em ciência, segue o padrão descrito por Myers. O trecho seguinte exemplifica como as marcas coesivas explícitas deixadas pelo jornalista em sua fala amparam o telespectador:

“O código genético está lacrado dentro de nossas **células**. Os núcleos de cada **célula** são os cromossomos. Eles são compostos por cadeias de DNA *que por sua vez* são formados por quatro elementos químicos representados pelas letras **A, C, T e G**. As diferentes combinações **dessas letras** determinam os genes diferentes. O que os cientistas agora sabem é a ordem de três bilhões de **letras** do código genético.”

A coesão no trecho acima é dada, principalmente, através da coesão lexical – repetição e hiperonímia, em negrito no texto – e substituição pronominal – sublinhada no exemplo. A palavra “células” no final da primeira sentença é repetida na segunda sentença. A palavra “eles” remete a “cromossomos” e “que por sua vez” – em itálico – conecta “cadeias de DNA” a “elementos químicos”. Os elementos coesivos são explícitos o bastante para que o telespectador que não saiba o que o item lexical “cromossomos” significa, seja capaz de entender que eles são os núcleos das células e que são compostos por cadeias de DNA.

É interessante observar que, enquanto o texto oral parte das células, a seqüência visual parte da imagem de um feto. A progressão é do visível a olho nu, ao invisível. Acontece que a célula já não é visível a olho nu. Por sua vez, começar o texto oral tendo o feto como ponto de partida seria retroceder demais.

A audiência não especializada em ciência, no entanto, precisa de ajuda para entender que se caminha no sentido de uma porção cada vez menor do corpo humano. A inclusão do feto objetiva ajudar o telespectador a perceber que o desenho esquemático representativo de uma cadeia de DNA ao final do texto descritivo é parte de seu próprio corpo. Tanto o texto oral, quanto o visual são igualmente importantes, sendo que a sua justaposição resulta em uma mensagem que vai além do que se ouve, ou do que se vê. Resulta na compreensão de que uma partícula invisível a olho nu, o DNA, é parte do corpo humano.

O padrão coesivo baseado em marcadores explícitos e de natureza mais simples privilegiado pela comunidade produtora do gênero *informação científica transmitida através do jornal televisivo brasileiro* é fruto de suas percepções sobre essa comunidade receptora ideal com a qual semi-interage de forma mediatizada. A audiência alvo é idealizada como não especialista em informação científica. Um padrão coesivo baseado em marcadores explícitos e a alternância entre trechos narrativos e descritivos são apenas dois dos traços característicos do gênero. Vale, uma vez mais, lembrar colocações feitas por FAIRCLOUGH (1992). O autor afirma que o padrão coesivo escolhido pelos produtores de um texto deve ser visto como uma forma de posicionar o leitor como sujeito. Privilegiar um padrão coesivo baseado em marcadores explícitos e optar por alternar trechos de “tipos de texto” diferentes – narrativa e descrição – são formas de trabalho ideológico ocorrendo na codificação da notícia porque há um objetivo sócio-retórico subjacente à sua articulação.

Os dois traços do gênero aqui destacados contribuem para a realização discursiva do objetivo sócio-retórico de transmitir informação científica a uma comunidade receptora não especializada em ciência. Mais que isso, esses traços, e o conjunto de todos eles, dão à tessitura do gênero feições que lhe permitem engajar a audiência televisiva, através da experiência semi-interativa, de forma competitiva. Assistir televisão não envolve um alto nível de concentração (ELLIS, 1992:128). Há geralmente outras atividades acontecendo ao mesmo tempo em que se as-

siste ao noticiário, e não raras vezes, assisti-lo nem chega a constituir a principal atividade. A experiência semi-interativa elimina a necessidade de uma resposta ao material veiculado, o que desobriga o telespectador de prestar atenção todo o tempo. Para engajar essa audiência, cujo olhar foi familiarizando-se com a pluralidade de formas discursivas competindo por sua atenção simultaneamente, é que a comunidade produtora do jornal televisivo codifica a notícia sobre ciência. A comunidade receptora do jornal, dadas as características de interação discursiva em centros urbanos (SCOLLON, 1998), encontra na variedade um padrão. O jornal deve competir por sua atenção. Os dois traços aqui destacados, associados a outros como otimismo, a inclusão de metáforas, analogias e exemplificações, etc., buscam conceder aos eventos comunicativos do gênero uma atmosfera leve e descontraída. Mais que informar, entreter sua audiência é hoje, para o jornal televisivo, uma questão de sobrevivência discursiva.

De fato, o gênero *informação científica transmitida através do jornal televisivo brasileiro* constitui, no momento da presente análise, um ponto de interseção entre o discurso jornalístico e o discurso do entretenimento. A aproximação entre esses dois discursos faz parte da estratégia de sobrevivência do jornal televisivo. De forma implícita, pode-se perceber esse cruzamento dada a atmosfera de informalidade criada pelos jornalistas, a pequena duração dos eventos, as tentativas de subverter a impessoalidade da semi-interação através da simulação de interações do tipo face-a-face entre telespectadores e jornalistas e, sobretudo, dada a dificuldade de se afirmar, com segurança, se as notícias contam as histórias humanas para falar de ciência, ou se falam de ciência para contar as histórias humanas.

Há também movimentos interdiscursivos explícitos na estrutura da notícia científica que denunciam a aproximação entre o discurso jornalístico e o do entretenimento. Esses movimentos se dão quando, no corpo da notícia, semelhante ao que ocorre com os depoimentos dos entrevistados, são incluídas cenas de filmes que exemplificam de alguma forma o ponto científico abor-

dado. Esse é o caso de uma notícia sobre o impulso sexual descontrolado, por exemplo. A jornalista lê o seguinte texto e, em seguida, cenas do filme “Assédio Sexual”, estrelado por Michael Douglas, são transmitidas:

“Sexo compulsivo descontrolado. Temas de filmes e comentários. Fora das telas Michael Douglas leva a fama de ser bem parecido com os personagens. Ele seria vítima de um distúrbio que os psiquiatras chamam de sexo patológico.”

O astro de Hollywood tem sua vida real usada para exemplificar uma doença, cujos sintomas poderiam descrever o comportamento de personagens ficcionais vividos por ele no cinema. A conexão entre vida real e ficção é feita com base em afirmações, cujas fontes não podem ser verificadas. A fama de Michael Douglas, ou seja, boatos a seu respeito, são o que justificam que os filmes estrelados pelo autor exemplifiquem a notícia.

Um outro exemplo seria a inclusão de cenas de um filme de ficção científica em notícia sobre o genoma humano. A cena, na qual um cientista coleta saliva da boca de uma mulher e a pergunta há quanto tempo ela teria beijado, é legendada. O texto que antecede a cena é narrado pelo jornalista:

“Os pesquisadores vislumbram, para um futuro não tão distante, a possibilidade de análises genéticas detalhadas a partir da saliva trocada num beijo, por exemplo.”

Nesse movimento interdiscursivo, as fronteiras entre o mundo real e o mundo ficcional são estabelecidas pela expressão “um futuro não tão distante”. A cena do filme apresenta um método de análise genética ainda não desenvolvido pela ciência humana. Tal método, portanto, é ficcional. O que o jornalista faz, na realidade, é anunciar que os cientistas pretendem tornar tal método de análise genética ficcional uma forma de análise passível de utilização na vida real. Pode-se dizer, portanto, que o que diferencia os mundos ficcional e real, na enunciação do jornalis-

ta, é o mesmo que diferencia o presente do futuro: uma “distância” temporal. O que a notícia sobre o genoma humano sugere, nesse movimento interdiscursivo explícito, é que, em algum momento no futuro “não tão distante”, realidade e ficção constituirão um só mundo. Seja na aproximação entre realidade e cinema, como no primeiro exemplo, ou na predição de avanços científicos, como no segundo, o uso de cenas de filmes para ilustrar notícias científicas demonstra, uma vez mais, como o discurso jornalístico tem incorporado o discurso do entretenimento como parte constitutiva de si próprio.

Como ponto de interseção entre o discurso jornalístico e o discurso do entretenimento, o gênero *informação científica transmitida através do jornal televisivo brasileiro* recorre a uma série de estratégias que objetivam manter seu status de fonte confiável difusora de informação e, ao mesmo tempo, inseri-lo na nova ordem comunicacional global, dinâmica e prazerosa. A alternância entre trechos narrativos, nos quais histórias de personagens são relatadas, e trechos descritivos, nos quais a informação científica propriamente dita é transmitida, opera nesse sentido. O objetivo final é a minimização da impessoalidade da experiência semi-interativa e a criação de um sentimento de co-presença íntima entre o telespectador e o jornalista.

A natureza da relação entre o discurso jornalístico e o discurso do entretenimento é a de uma aliança. Existe uma aproximação entre esses dois discursos. Quando um programa jornalístico incorpora de maneira mais incisiva o discurso do entretenimento, o programa jornalístico passa a assumir novas feições, demonstrando o caráter instável dos gêneros. É o caso, por exemplo, do programa Fantástico, da emissora Globo de televisão. O Fantástico, que já foi considerado um jornal – e provavelmente ainda o é – por parte dos telespectadores brasileiros, hoje se autodenomina, no início de cada programa, como uma “agenda eletrônica”.

A natureza da relação entre o discurso jornalístico e o científico, por sua vez, é de apropriação. O discurso jornalístico se *apropria* do científico e *apropria* o conteúdo informacional da

ciência em função de objetivos sócio-retóricos específicos. Nesse processo de apropriação, o discurso jornalístico emprega estratégias adquiridas em sua aproximação do discurso do entretenimento. Alternância entre trechos narrativos e descritivos, um padrão coesivo que privilegia marcadores explícitos, movimentos interdiscursivos, um tom informal e otimista, por exemplo, podem ser citados como estratégias adquiridas pelo discurso jornalístico em sua aliança com o discurso do entretenimento.

O discurso jornalístico também constrói pontes com o discurso religioso, o bélico, etc. Tais pontes são construídas dadas as já discutidas características da comunidade receptora, alvo do jornal. Para transmitir informação científica, de forma bem sucedida, o discurso jornalístico instaura campos relacionais entre a ciência e a experiência concreta da vida cotidiana. Tais campos relacionais são metafóricos por natureza. Do discurso religioso, o jornal toma conceitos como “esperança”, “salvação”, “bênção”. Do discurso bélico, ele toma noções como “arma”, “guerra”, “estratégia”, “vitória”.

Todos os discursos mencionados acima estão conectados em uma rede inter-relacional. Parece existir algum tipo de associação entre diferentes discursos em qualquer classe de eventos que se analise. A natureza dessa associação varia em função da comunidade de prática receptora da classe, de seu objetivo retórico e dos meios semióticos disponíveis quando da codificação dos eventos. Em diferentes níveis, associam-se, no gênero *informação científica transmitida através do jornal televisivo brasileiro*, o discurso jornalístico, o discurso do entretenimento e o científico. Assim, o discurso jornalístico alia-se ao discurso do entretenimento, se apropria do discurso científico e estabelece campos relacionais metafóricos com outros discursos, como com o discurso religioso e o bélico.

O movimento interdiscursivo que aproxima os discursos do entretenimento e do jornalismo segue tendências comunicacionais globais. A experiência semi-interativa, característica dos meios de comunicação de massa em centros urbanos, disponibiliza múltiplas formas de interação discursiva simultaneamente. Pode-



se dizer que a multiplicidade de fontes de informação é um convite à pluralidade e ao dinamismo informacional. O jornal televisivo adota estratégias de comunicação que visam resgatar uma audiência, cujo olhar foi familiarizando-se à mudança rápida de imagens, à variedade como padrão. É a própria sobrevivência do jornal que depende desse processo de rescrita dele próprio, desse processo de adaptação às características comunicacionais atuais. O gênero *informação científica transmitida através do jornal televisivo brasileiro* satisfaz os requisitos de uma rescrita eficiente do saber científico para a audiência não especializada à qual ele se dirige e opera no sentido de manter o jornal televisivo uma forma discursiva competitiva. Quer gostemos ou não dos rumos tomados pelo discurso jornalístico brasileiro, é por nossa audiência, ou antes pela audiência desse telespectador brasileiro “ideal”, que ele se metamorfisa e se adapta.

## Referências Bibliográficas

- ELLIS, John. *Visible fictions*. 2.ed. rev. aum. London: Routledge, 1992. 111-171p.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992. 101-109 p.
- HOEY, Michael. The discourse colony. In: COULTHARD, Malcolm ed. *Talking about Text*. Birmingham: Birmingham and Instant Print Limited, 1986. p. 1-26.
- MYERS, Greg. Lexical cohesion and specialized knowledge in science and popular science texts. *Discourse Processes*, Lancaster, v.14, n. 1, 1-26, January, 1991.
- PAGANO, Adriana Silvina. Genes, ovelhas e discos compactos; alguns aspectos de reescritas de descobertas científicas. In MACHADO, L., L. CRUZ, A. R., LYZARDO-DIAS, D. *Teorias e Práticas Discursivas*; Estudos em Análise do Discurso. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso da Fale-UFMG, 1998. p. 55-70.

SALKIE, Raphael. *Text and discourse analysis*. London/New York: Routledge, 1995.

SCOLLON, Ron. *Mediated discourse as social interaction; a study of news discourse*. London/New York: Longman, 1998. 3-24, 249-266 p.

SWALES, John Malcolm. *Genre analysis; English in academic and research settings*. 3<sup>rd</sup> printing. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. 3-67 p.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade; uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. 77-82, 181-203 p.

## Capítulo 7: A Semiótica Social e a Semiótica do Discurso de Kress

*Sônia Maria de Oliveira Pimenta*

### **A Semiótica: Ponto de Partida da Semiótica Social**

Ao tratar do conceito de *semiótica* é indiscutível citar como seu pioneiro, Saussure. Ele visualizou uma disciplina que estudaria os signos no meio da vida social partindo dos conhecimentos da psicologia geral e da psicologia social. A semiótica é, portanto, concebida por Saussure como “*uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social...Ela nos ensinará em que consistem os signos, que leis os regem*” (1975:24).

Saussure define o signo em função do signo lingüístico. A língua é concebida como “*um sistema de signos que exprimem idéias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc., etc. Ela é apenas o principal desses sistemas.*” (Ibid.,24) .

O signo lingüístico é também definido por Saussure, em termos da impressão psíquica de um som, a representação desse som

*“O signo lingüístico é, pois, uma entidade psíquica de duas faces... Chamamos signo a combinação do conceito e da imagem acústica... Propomo-nos a conservar o termo signo para designar o total, e a substituir conceito e imagem acústica respectivamente por significado e significante... (Ibid.,81).*

Saussure também ressalta que o significante é imotivado, isto é, “...*arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade.*” (Ibid., 83).

Entretanto, de acordo com outros autores, a semiótica surgiu das primeiras tentativas de médicos do mundo ocidental de entender que a interação entre o corpo e a mente opera dentro de parâmetros culturais- “*no seu uso mais antigo, o termo semiótica era aplicado ao estudo de padrões observáveis de sintomas fisiológicos induzidos por algumas doenças.*” (SEBEOK, 1994:xi).

A semiótica é vista, portanto, desde os primórdios da civilização ocidental, como um processo de diagnose mostrando que há uma ligação intrínseca entre o corpo, a mente e a cultura. Está ligada à produção e interpretação de signos. A semiótica baseia-se na capacidade inata do cérebro de produzir transformações mentais a partir das nossas experiências corporais e codificá-las em forma de signos ou sistemas de signos. Os signos são, pois, a base do pensamento humano e da comunicação. Eles podem ser qualquer marca, movimento corporal, símbolo, etc., usados para expressar pensamentos, informações, ordens, etc.

Retomando mais uma vez o conceito de semiótica e de sua função diria que a função principal da semiótica é dar conta de trocas de *mensagens*, quaisquer que sejam essas mensagens, em outras palavras, a *comunicação*. Uma mensagem, por outro lado, pode ser um *signo* ou uma cadeia de signos transmitidos por um *produtor* de signos ou fonte, para um *receptor* de signos ou destinatário cujo cérebro produz transformações mentais a partir de experiências corporais e as codifica em forma de signos. Nessa comunicação através de signos, o ser humano se distingue das outras espécies dada sua característica única de ter dois tipos de repertórios separados de signos à sua disposição: o *verbal* e o *não-verbal*.

## **A Semiótica Social e a Semiótica do Discurso**

A interação e a comunicação entre seres humanos se dá por meio da troca de mensagens verbais e não-verbais; a semiótica

do discurso (KRESS et al,1995) chama a atenção para o fato de que *ora prevalece um sistema ora outro*. Os dois tipos de sistemas de mensagens e de signos são produzidos e recebidos pelo corpo e guardados no cérebro, que é também parte do corpo, permitindo assim a idéia de que o corpo é visto como um todo e fragmentado em suas várias partes ( que juntas formam esse todo) sem considerar a mente ou o espírito como uma entidade a parte e superior ao corpo. As teorias da *semiótica social* e da *semiótica do discurso* preconizadas por HODGE e KRESS (1988) e Kress et al (1995) partem das definições de signo e de comunicação.

Em 1988, Halliday e Hodge e Kress baseando-se no estudo da semiótica passam para os estudos da *semiótica social*. A teoria parte da noção de semiótica inicialmente definida por Saussure – a ciência da vida dos signos na sociedade. Hodge & Kress partem desse conceito embora eles o descrevam como sendo muito simples e muito abrangente ao mesmo tempo e acrescentam a seguinte crítica:

*“A premissa central desta crítica argumenta que as dimensões sociais dos sistemas semióticos são tão intrínsecas à sua natureza e função que os sistemas não podem ser estudados isolados. A semiótica enfatiza estruturas e códigos, em detrimento das funções e usos sociais dos sistemas semióticos, as interrelações complexas dos sistemas semióticos na prática social, de todos os fatores que oferecem sua motivação, suas origens e destinos, sua forma e sua substância. Enfatiza sistema e produto, e não os falantes e escritores ou outros participantes da atividade semiótica ligados e interagindo de várias formas em contextos sociais concretos. Atribui poder ao significado e não significado ao poder. Dissolve fronteiras dentro do campo da semiótica mas tacitamente admite uma parede impenetrável separando a semiótica da sociedade, e a semiótica do pensamento político e social..” (HODGE & KRESS, 1988:2)*

É importante perceber que as críticas feitas por Hodge e Kress são dirigidas à semiótica e ao signo de Saussure. Estes conceitos são definidos por outros autores de forma diferente.. Por um lado, Hodge e Kress criticam a ausência na comunicação dos participantes de significados políticos e sociais. Por outro lado,

a questão da significação do poder que está intimamente relacionada à intencionalidade do agente não é contemplada por Saussure. HODGE e KRESS (1988:261) partem, portanto, do conceito da semiótica, ou, no estudo da semióse, do estudo dos processos e efeitos da *produção e reprodução, recepção e circulação de significados* em todas as suas formas, usados de maneiras diferentes por agentes da comunicação (que têm poder e intenção). Dessa forma, mesmo a comunicação entre máquinas pode ser vista como um fenômeno da semiótica social uma vez que máquinas são produtos da intencionalidade humana e executam funções sociais.

Além disso, Hodge e Kress apontam que a semiótica social é composta de elementos, ou seja, das dimensões sociais e referenciais que, por sua vez, devem ser descritas em termos do plano mimético “*implicando uma versão ou versões da realidade com um possível referente*” e do plano semiótico “*implicando algum ou alguns evento(s) semiótico(s), ligando produtores e receptores e significantes e significados numa relação significativa*” (Ibid.,262). O plano semiótico é um contexto indispensável para o plano mimético assim como o plano mimético é um constituinte indispensável do plano semiótico e a interação de ambos é imprescindível para a produção de significados, mesmo que contraditórios ou conflitantes.

A menor unidade independente de significado, como resaltei quando da discussão do conceito de signo, é a mensagem que deve ter existência material de duas unidades de significado, ou seja, de signos organizados na estrutura sintagmática. Um sintagma por sua vez é uma combinação significativa de signos no tempo e no espaço. O signo é uma parte do plano sintagmático composto do significante, sua realização material numa mensagem, e do significado, o referente, que é construído a partir do significante. Na semiótica social, para a fixação desse signo que é socialmente motivado (e não arbitrário), é necessária a interação da estrutura sintagmática e da estrutura paradigmática. Estruturas paradigmáticas são “*conjuntos organizados de escolhas, e o significado paradigmático de um signo é derivado de conjunto*

*de signos que são afirmados ou negados através do ato de escolha no contexto daquela estrutura.” (Ibid.,262).*

Além dos conceitos apontados acima, outros como ação, produção, complexos ideológicos, poder e solidariedade são importantes na semiótica social. Hodge e Kress partem de uma concepção marxista e de seus pressupostos sobre *sociedade*, de *ação* e *significado* para definir esses conceitos. Dentro dessa concepção, o mundo material é fonte da consciência, ou seja, de agentes, objetos e forças oriundos do mundo material e social, sendo que formas de comunicação correspondem a certas formas de organização social.

Na sociedade atual, a desigualdade na distribuição de poder e de bens gera resistência em muitos encontros sociais dentro de estruturas sociais. Essa necessidade de dominação e resistência gera o conceito de ideologia. Hodge & Kress preferem falar em complexos ideológicos que traduzem a contradição existente nas formas ideológicas. Complexos ideológicos por sua vez são definidos como:

*“um conjunto funcionalmente relacionado de versões contraditórias do mundo, impostas de forma contraditória por um grupo social em outro grupo em nome dos seus próprios interesses distintos ou oferecidos de forma subversiva por outro grupo social na tentativa de resistência nos seus próprios interesses” (Ibid.,3).*

Os complexos ideológicos mantêm as relações de poder ou controle social e solidariedade e representam a ordem social existente, ou seja, tanto do dominador quanto do subordinado o que gera uma contradição dentro do complexo. Os complexos ideológicos são também construídos para restringir o comportamento social. As mensagens e o *sistema logonômico* regulam o funcionamento desses complexos ideológicos. As regras que constituem o sistema logonômico são formadas por um sistema de pensamento e controle existentes na sociedade. O sistema logonômico é portanto, um mecanismo de controle de um grupo dominante presente nos atos semióticos.

A semiótica social também é influenciada pelas idéias de Kristeva. Ela é defensora da semiótica como sendo uma ciência das ideologias que possibilita que o texto não seja autônomo mas seja indagado e dele sejam obtidas as propostas esperadas quanto à sua significação. O texto não é fechado mas fornece pistas a partir da sua estrutura interior. Assim sendo, os conceitos de *texto* e *discurso* passam a ser bastante importantes na semiótica social e, posteriormente, na semiótica do discurso. *Texto*, para Hodge & Kress (1988:6) é um conceito utilizado “ *como uma extensão de um sistema semiótico para se referir a uma estrutura de mensagens ou traços de mensagens que têm uma unidade social própria.*” e *discurso* se refere ao processo social no qual textos estão encaixados.

A respeito de *textos*, KRESS ( 1989: 12) acrescenta que os mesmos são manifestações do discurso e os locais nos quais tentamos resolver problemas. Na sua estrutura, textos têm diferenças discursivas. Kress afirma que onde não há *diferença* não há texto. No texto da sala de aula de língua estrangeira (construído por professor e alunos) por exemplo, diferentes discursos agem ao mesmo tempo. Esses diferentes discursos, por sua vez, formam um grande texto. Podemos ter por exemplo, o discurso do aluno que gosta de aprender uma língua estrangeira em oposição ao discurso daquela que não gosta de aprender língua estrangeira, o discurso da instituição educação, o discurso da mãe, do/a ativista político(a). A diferença entre estes diversos discursos possibilita a produção de um só texto.

Já na semiótica do discurso KRESS (7.11.95) acrescenta que texto também é:

“Um ‘tecer junto’, um objeto fabricado que é formado por fios ‘tecidos juntos’- fios constituídos de modos semióticos. Esses modos podem ser entendidos como formas sistemáticas e convencionais de comunicação. Um texto pode ser formado por um ou vários modos semióticos (palavras e imagens por exemplo) e portanto, podemos chegar à noção de multimodalidade. Com o advento de materiais computadorizados, multimídia e interacional, esta forma de conceituar a semiose se torna cada vez mais pertinente.”



KRESS (1995) , KRESS et al (1995) e Kress e van Leeuwen (1996) ressaltam a importância da multimodalidade no texto escrito. Na sala de aula, como ficará claro no exemplo abaixo, o texto é “tecido” por meio de *ações* expressas por vários modos semióticos (o arranjo espacial, onde as mesas e carteiras são colocadas, a distância entre os agentes, a altura do local em que se encontra o participante se ele permanece assentado, fica de pé ou se movimenta pela sala, a vestimenta e a aparência que cada participante escolhe, a expressão facial, o olhar, a postura da cabeça e do corpo, os movimentos e gestos com as mãos e os pés, a fala); num sentido mais amplo, ação é alguma coisa feita por uma pessoa. Na interação de sala de aula, o termo é usado num sentido mais restrito trazendo a noção de ação para o lado das idéias de comunicação corporal – isto significa que, uma pessoa, quando está fazendo alguma coisa, simultaneamente realiza duas tarefas, ou seja, atinge uma determinada finalidade e, ao mesmo tempo, através do uso do seu corpo, comunica aos outros que eles estão fazendo alguma coisa. Em resumo, ao executarem uma ação, as pessoas sempre produzem significado utilizando seu corpo e podem, portanto, serem vistas como atores (PIMENTA,1998).

Ao considerarmos o corpo como forma de comunicação e representação é importante também ressaltar que *atos* são compostos de corpos posicionados num determinado local (espacialidade) e num determinado tempo (temporalidade). Esses corpos se movem através do espaço e são posicionados uns em relação aos outros (códigos espaciais), e em relação a objetos, adotando diferentes posturas, fazendo diferentes gestos, manipulando objetos, mostrando diferentes expressões faciais e assim por diante. Um *ato*, portanto, pode ser visto como uma unidade de significado. A partir desses pressupostos, qualquer “encontro social” pode ser considerado como sendo uma coleção de atos acontecendo ao mesmo tempo, ou em seqüência, que, tomados em conjunto dentro dos limites de tempo e espaço constituem uma *ação*. Cada ação produz um signo ou seqüência de signos. Devemos acrescentar que como KRESS (1995:1) resalta, um enfoque da

semiótica do discurso “... trata a produção de signos como uma ação que é bem explicada em termos de estruturas sociais e sistemas culturais nas quais produtores de signos agem na comunicação”.

Com o intuito de definirem mais claramente seu conceito de *semiótica do discurso*, que está relacionado à semiose do ser humano como fenômeno social assim como a suas fontes, funções, contextos e efeitos (à semiótica social) Kress et al acrescentam que a semiótica do discurso está também relacionada aos significados sociais construídos através de todas as formas e meios semióticos existentes na paisagem semiótica (KRESS et al 1995; KRESS & VAN LEUWEEN 1996). Essa *paisagem semiótica* é vista como *formas e meios de representação e de comunicação* através de textos e práticas semióticas na vida social, e através da história.

Nas semióticas social e do discurso, além do conceito de texto, o conceito de discurso é central. O conceito de HODGE & KRESS (1988,1993), KRESS (1989) e KRESS e VAN LEUWEEN (1996) também é oriundo da noção de discurso de Foucault e refere-se a diferentes formas de estruturar áreas do conhecimento e da prática social, a processos sociais nos quais textos estão encaixados ou a modos sistematicamente organizados de falar que dão significado e valor a uma determinada instituição. Os tipos de discurso estão relacionados a estruturas sociais e a instituições sociais, aos papéis sociais que o indivíduo desempenha. O indivíduo é aquilo que ele faz, é sua ação.

Na semiótica do discurso, os autores também argumentam contra a noção da linguagem verbal, do signo lingüístico como sendo o único meio de representação e de comunicação na nossa sociedade letrada. KRESS et al (1995) atacam essa posição calcada no logocentrismo baseando-se, em primeiro lugar, nas teorias feministas, principalmente a de Kristeva e Threadgold (que argumentam que o logocentrismo é o maior efeito e o grande suporte das estruturas patriarcais) e nas práticas de comunicação do dia-a-dia. Os autores esclarecem que

*“... é simplesmente o caso da paisagem da comunicação e da representação, a paisagem semiótica ter mudado de formas tão variadas nos últimos 40 anos... O visual é hoje mais proeminente como forma de comunicação... Não só a linguagem escrita está menos no centro dessa nova paisagem, e menos central como um meio de comunicação, a mudança está produzindo textos que são altamente multimodais. Um efeito dessa mudança está relacionada ao fato de que hoje é impossível ler textos de maneira eficiente considerando somente a linguagem escrita: ela existe como um elemento de representação num texto que é sempre multimodal, e deve ser lida em conjunto com todos os outros modos semióticos...” (KRESS et al,1995:1-2).*

O conceito de interesse abordado por KRESS (1995) também é de crucial importância na definição da semiótica do discurso. Para explicar o conceito de interesse, Kress se serve do exemplo de uma criança como produtora de signos. Assim, uma criança ao representar um carro utiliza círculos para fazê-lo. O *interesse* dessa criança em carros pode muito bem ser condensado e expresso como um interesse em rodas por causa da sua aparência visual física quanto da sua representação mimética do movimento da mão ao repetir a representação mimética da roda em círculos. O autor conclui que qualquer criança pode se utilizar desse tipo de representação:

*“...ao fazer uma representação/signo que surge do seu interesse naquele momento, e que no seu aspecto formal representa as características do objeto que a criança vê como criterial no momento da relação com o objeto. Esse interesse é sempre, mesmo num estágio inicial, um interesse complexo, que surge de uma complexidade de fatores fisiológicos, psicológicos, emocionais e culturais, e é enfocado por fatores específicos num contexto no qual o signo está sendo produzido. Esses aspectos criteriais do objeto são considerados como sendo totalmente, adequadamente ou suficientemente representativos... Colocando de forma mais direta: o produtor do signo tem um significado que ela ou ela deseja expressar, através de algum meio de expressão disponível, e ele ou ela acha os melhores e mais plausíveis materiais e formas disponíveis, através dos quais dará expressão ao significado.” (KRESS,1995:3)*

Os *interesses* do produtor do signo naquele momento levam a uma relação *motivada* entre significante e significado (em

contraste com as pressuposições de Saussure de que signo é arbitrário) e a diferentes construções de posições de sujeito.

Na interação de sala de aula, processo semelhante ocorre, sendo que o aluno, ao desejar fazer uma representação, ao produzir signos que vêm sendo construídos ao longo de sua história e estão gravados no seu corpo de acordo com uma visão sócio-construcionista da interação (PIMENTA, 1998), lança mão daquilo que está disponível no momento para utilizar como material para uma expressão adequada e plausível e dar sentido ao seu significado (onde vai se sentar, a decisão de falar ou não e todo seu gestual). Esse processo de produção de signos é, ao mesmo tempo, um processo de transformação da subjetividade do indivíduo e das fontes de representação das quais ele lança mão, daí, signos previamente produzidos são transformados em novos signos. Os indivíduos tornam-se ao mesmo tempo usuários e (re)produtores do sistema de representação a partir de suas histórias sociais e culturais, posições de sujeito atuais, disposições afetivas e de seus interesses no momento da produção do signo.

Num contexto da semiótica do discurso, baseado na multimodalidade, em cada texto específico, oral ou escrito, uma certa forma de representação é mais proeminente e mais adequada para o início de uma análise (de acordo com o critério de escolha, o interesse do participante no momento da produção do discurso). Numa interação em sala de aula, como ora mencionado, a forma de representação corporal chamada por analistas do discurso de “o não-verbal que acompanha o verbal” pode ser mais saliente prestando-se a ser o ponto de partida da análise de signos nesse contexto e, portanto, uma forma de representação mais efetiva do que o “texto verbal que o acompanha”.

Na comunicação corporal, meios múltiplos de representação são usados, todos com igual potencial de comunicação, e a fala é também parte desse sistema de modos múltiplos. Com efeito, neste artigo, através do exemplo abaixo, tento mostrar que todos os modos semióticos de representação têm igual potencial de comunicação na sala de aula e, portanto, sua leitura é importante para entendermos melhor o que se passa nessa interação. Para tal,

passarei a ler como a escola e professores e alunos utilizam o modo semiótico (de comunicação ou representação corporal) arranjo espacial para produzir signos. Ao posicionar as carteiras ao final de cada dia a instituição escola (educação) está produzindo um texto. Da mesma forma, ao modificar esse arranjo inicial a professora e os alunos estão produzindo outros textos utilizando o mesmo modo semiótico.

A figura 1 abaixo ilustra o arranjo espacial das carteiras da sala de aula determinado pela instituição. Observe que elas estão em fileiras simétricas, verticais e horizontais.

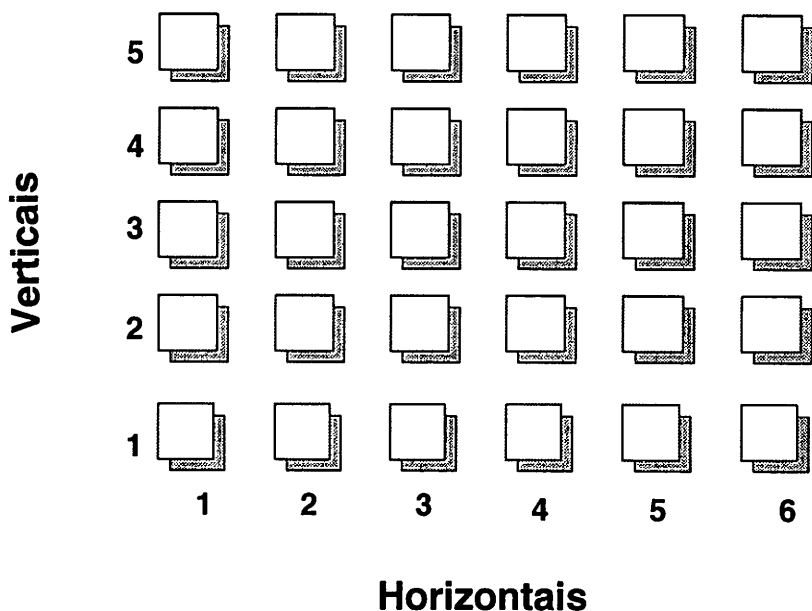


Figura 1 - Posicionamento das carteiras – Instituição

Este é o texto que foi escrito pela instituição. Ele por sua vez, fará parte de um outro texto que será lido como um texto maior que contará com as transformações e modalizações da professora e dos alunos. Uma leitura desse cenário e da forma como ele foi organizado mostra que há uma estruturação de espaço imposta pela instituição a todos os envolvidos na interação dessa sala de aula, comunicando significados de poder. Como Hodge

e Kress nos mostram: “*códigos espaciais são freqüentemente o meio principal de afirmações ideológicas, mediadas por outros códigos na maioria das situações.*” (1988:61).

Já o quadro abaixo retrata o modo semiótico utilizado pela instituição escola assim como os significantes e os significados comunicados. Eis o texto produzido por essa instituição:

SIGNIFICANTES	SIGNIFICADOS
<p>filas simétricas</p> <p>proximidade/distância média</p> <p>imposição rígida da divisão do espaço</p>	<p>+ disciplina</p> <p>+docilidade</p> <p>+poder</p> <p>+ autoridade/controle</p> <p>- intimidade aluno/aluno</p>

É necessário ressaltar que outros tipos de texto poderiam ter sido escolhidos pela instituição, por exemplo, um arranjo em semicírculo que permitisse uma distância menor e intimidade maior entre a professora e os alunos, promovendo, então, oportunidade de participação de um maior número de alunos (o que não acontece nesta aula) sem a preocupação com a manutenção da disciplina, da ordem e do poder. A distância criada pelas filas simétricas não chega a sugerir uma agressão ou hostilidade entre os alunos, mas uma indiferença e falta de desejo de comunicação entre eles e a professora, traduzindo a idéia de “fique quieto e calado no seu lugar”.

Em seguida, examinarei como a professora e os alunos em questão executam transformações do espaço da sala de aula para comunicar *significados* interpessoais (HALLIDAY, 1985) através de suas escolhas individuais de posicionamento da carteira no espaço físico da sala de aula.

Ao produzir seu texto, a professora segue as regras logonômicas do gênero aula e como tem o conhecimento e, portanto, o poder, determina a estrutura das tarefas acadêmicas, a

ordem em que irão aparecer assim como os conteúdos tratados em cada uma. O turno e a quantidade de fala também estão em seu poder. Ao deixar sua mesa permanecer no centro da sala de aula, a professora mais uma vez age de acordo com o que é esperado dela pela instituição.

O arranjo espacial (posicionamento das carteiras) escolhido pelos 14 alunos-sujeitos do ensino médio nos mostra a opção por modalizações de diferentes tipos. Modalizações ou transformações são rupturas das regras logonômicas. Na sala de aula, alunos, através da linguagem corporal, quebram essas regras logonômicas, vão contra as regras e idéias do grupo dominante, a instituição educação. O termo modalidade vem da lingüística funcional de HALLIDAY (1985) e se refere ao status, autoridade e confiabilidade de uma mensagem, ou seja, a seu status ontológico ou a seu valor como verdade, ou fato. Daí estendi o uso do termo modalidade a outras formas corporais que têm a mesma função. A modalidade para Halliday é parte do *componente interpessoal* que corresponde ao que Hodge & Kress denominam plano semiótico. De acordo com os autores, todos os significantes podem estar ligados a significados sociais para produzir signos de modalidade. E acrescentam ainda:

*“Como em todos os signos, signos num sistema de modalidade têm sua própria história, que contribui para seu significado e efeito. Os próprios significantes de modalidade são signos que têm traços de contestações anteriores.” (HODGE e KRESS, 1988:124)*

Hodge & Kress e Kress & van Leeuwen também afirmam que o controle social requer o controle dos sistemas de modalidade uma vez que “... a modalidade está sempre relacionada a valores, significados e crenças de um determinado grupo...” (KRESS & VAN LEEUWEN, 1996: 71).

Ao observar as escolhas feitas pelos alunos, de localização da carteira, de sua distância com relação à mesa da professora e sua posição (de frente, de lado, totalmente virada ou ligeiramente virada), ou seja, os tipos de modalizações escolhidas por

cada indivíduo, pode verificar três tipos diferentes de escolhas de modalização e de transformação do posicionamento das carteiras. Em primeiro lugar, a modalização de grau alto que inclui a opção pela *carteira totalmente virada* ou a *ausência completa* da sala de aula. Dentro das modalizações de grau alto pode evidenciar a *criação de uma nova fileira*, não determinada pela instituição. Em segundo lugar, pode perceber modalizações de grau médio nas quais a carteira é virada *ligeiramente para a direita* ou *para a esquerda*. Por último está a modalização de grau baixo ou a existência de nenhuma modalização. É o que retrata o quadro seguinte:

Modalização de Grau Baixo/Nenhuma Modalização				
Criação de nova fileira/ modalização de grau baixo	Grau Baixo	S1, S9, S10, S12, S13 e S14	S1 e S14	S9, S10, S12 e S13
	Sujeitos	S1, S10 e S14	S1 e S14	Sujeitos
	Sexo feminino	S9, S12 e S13		Sexo feminino
	Sexo masculino	S2, S3, S5, S8 e S9	S2, S3 e S5	Sexo masculino

## Posicionamento das Carteiras

A partir dos resultados apontados no quadro acima, algumas considerações poderão ser feitas. São elas:

- A maioria dos alunos estão sentados de frente para a professora, que está na frente da sala e no centro a maior parte do tempo e optaram por uma modalização de grau médio, baixo ou nenhuma modalização;
- Três alunos não estão sentados de frente para a professora. Estão com a carteira totalmente virada, optando, dessa forma, por uma modalização de grau alto, além de formar uma nova fileira – a sexta fileira vertical além daquelas construídas pela instituição (ver foto no final do artigo).



Vale ressaltar que:

- o texto de S1, como podemos ver na foto, destaca-se quanto à forma como cria uma nova fileira antes inexistente, à esquerda da professora, como posiciona sua carteira totalmente virada, perpendicular às outras, virada para os colegas de modo a não ter que olhar a professora modalizando, transformando totalmente a ocupação do espaço;
- A modalidade de grau alto é mais escolhida pelos sujeitos do sexo masculino do que pelos sujeitos do sexo feminino. Além do mais, somente sujeitos do sexo masculino optaram pela ausência total da sala de aula. Entretanto, a criação de uma nova fileira é uma característica do gênero feminino. Como veremos, todos os modos semióticos escolhidos por S1 e S14, apesar de compostos por mulheres, assemelham-se às escolhas dos sujeitos do gênero masculino. A escolha de S5 deve-se ao fato de a aluna querer sentar-se próxima a S3 por sentir-se insegura em relação aos conteúdos a serem aprendidos;
- Mesmo sentados de frente para a professora, ligeiras inclinações das carteiras para a direita ou para a esquerda foram observadas (modalizações de grau médio).

O contínuo do posicionamento das carteiras dos alunos é considerado, graduando-o de positivo a negativo, passando pelo grau médio. Assim, como disse, a posição mais modalizada (posicionamento negativo) encontrada nos dados foi a *ausência total da sala de aula* evidenciada várias vezes; a posição um pouco menos modalizada mas ainda de grau alto seria a *carteira totalmente virada* perpendicular aos outros alunos, formando um ângulo de 90 graus. Uma modalização de grau médio (posicionamento médio) seria a *carteira ligeiramente virada* para a direita ou para a esquerda, posição essa bastante comum nesta turma. Finalmente, a posição não modalizada (posicionamento positivo)

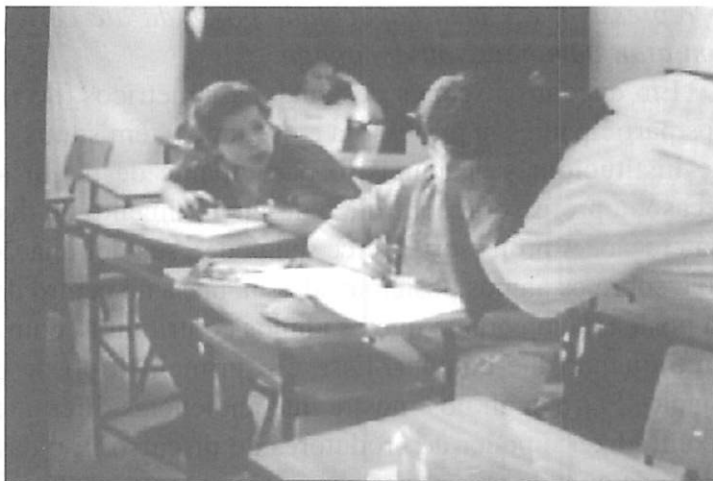
corresponde à *aceitação da posição da carteira* escolhida pela instituição.

Modalização de Grau Médio				
Ligeiramente para a direita	Grau médio	S2, S3, S5, S8 e S9	S1, S4 e S5	S8 e S9
	Sujeitos	S3, S5, S8 e S5	S3 e S5	S
	Sexo feminino	S9, S12 e S13		Sexo feminino
	Sexo masculino	S2, S3, S5, S8 e S9	S2, S3 e S5	Sexo masculino
Ligeiramente para a esquerda	Grau médio	S1, S9, S10, S12, S13 e S14	S1 e S14	S9, S10, S12 e S13
	Sujeitos	S1, S10 e S14	S1 e S14	Sujeitos
	Sexo feminino	S9, S12 e S13		Sexo feminino
	Sexo masculino	S2, S3, S5, S8 e S9	S2, S3 e S5	Sexo masculino

De tudo isso, concluo que:

- A modalização de grau médio é representada por um ligeiro deslocamento da carteira para a direita ou para a esquerda e tem o significado de solidariedade e mais intimidade, pois, aproxima mais os sujeitos. A formação de uma nova fileira (independente da distância) estará sempre ligada à modalização de grau alto e ao poder e, conseqüentemente, à defesa (não receptividade);
- O contínuo de opções de transformação do posicionamento da carteira dos alunos independe da tarefa que está sendo realizada naquele momento, ao contrário do que acontece no texto da professora, como já fora demonstrado.

As fotos apresentadas a seguir servirão para exemplificar as modalizações de grau alto mencionadas. S1 e S14 posicionaram suas carteiras totalmente viradas para não serem vistas pela professora assim como não terem que olhá-la:



Alguns comentários ainda devem ser feitos sobre os dados mencionados. Em primeiro lugar, o posicionamento da carteira parece ser um modo semiótico, um significante com bastante poder de transformação. Segundo FAIRCLOUGH (1993:2) o *poder* tem duas nuances diferentes. Poder pode simplesmente ser sinônimo de *dominação* = *poder sobre* ou pode ter um outro significado, o de ter uma *capacidade transformativa*, ou seja: “O *poder* neste sentido pode possibilitar a ação e ser positivo assim

*como repressivo, e é uma capacidade possuída até certo ponto por um ator, dominante ou dominado.*

Em encontros sociais desiguais, assimétricos, do tipo no qual os participantes, a professora e os alunos, têm status e autoridade institucionais desiguais, o participante de maior status, neste caso, a professora, controla o desenvolvimento do discurso e da interação. A professora exerce seu poder, sua dominação, seu controle sobre os alunos posicionando sua mesa no centro da sala. Nessa posição, ela garante que os alunos contribuirão com a fala somente quando lhe convier. Esse é o primeiro tipo de poder. Entretanto, Fairclough nos mostra que audiências diferentes podem contradizer o poder de produtores do discurso. É o caso por exemplo, de quando nos recusamos a ler um texto ou desligamos a televisão de forma hostil: “São atos de contestação ao produtor do discurso.” (FAIRCLOUGH, 1993:5)

Uma das formas eficientes de neutralizar o poder da instituição inculcado na professora é o posicionamento que o aluno escolhe para a carteira de forma a não ter que ver a professora e participar da aula. Outra forma de poder transformativo é a ausência total da sala de aula; é como o desligar de uma televisão se o programa não me interessa, especialmente se o aluno se encontra em condições de ir à aula como é o caso de S13, ou seja, ele permanece na escola, porém, em outro local que não a sala de aula.

Por outro lado, esses dados parecem apontar para o fato de que a escolha pela modalização de grau alto é uma escolha que reproduz diferenças e desigualdades de *gênero* na sala de aula. Posso dizer que os homens ousam desafiar mais a ideologia institucional ligada ao poder, que diz que a escola é o lugar onde as crianças e os adolescentes devem aprender qual seu lugar adequado na sociedade, além de aprender a respeitar autoridade (ao invés de ser um lugar que facilita a aprendizagem).

Posições diferenciadas de gênero são re-produzidas nas práticas de cada sujeito. A subjetividade individual de homens e mulheres é o produto da história desses homens e mulheres e do seu posicionamento individual nos discursos e nas posições di-

ferenciadas de gênero. Alguns desses discursos são mais hegemônicos que outros e carregam a conotação de aprovação e de serem positivos, de serem adequados àquele gênero. No caso dos discursos sexistas, o homem deve ser poderoso, racional, autônomo, ter controle e ser auto-confiante. Cabe à mulher ser o oposto. Mas como vários discursos co-existem na sociedade, cabe ao sujeito escolher. Nos textos dos sujeitos do sexo feminino, neste estudo, as mulheres se posicionaram no discurso do que é adequado para o gênero, ou seja, escolheram sentar-se próximo à professora, numa posição de intimidade, de não-contestação, de docilidade e conformidade, seguindo o papel da aluna obediente conforme fora determinado pela sociedade.

Entretanto, devo ressaltar que o sujeito que ousa mais reverter a posição de controle da instituição e da professora é do sexo feminino. Observando-se a última foto, pode-se verificar que o posicionamento da carteira fez com que a aluna S1 não pudesse ver a professora, no entanto o mesmo não se pode dizer da professora. S1 está em posição de destaque e de saliência. Se a professora vira ligeiramente para a esquerda sua posição passa a ser de centro, de núcleo enquanto que da forma como a aluna S1 está sentada, posicionada, a professora nunca estará numa posição central, de núcleo da informação. O significativo posicionamento da carteira neste caso fornece significados claros de hostilidade e agressão por parte de S1. Uma análise dos outros significantes (proximidade e distância, gestos, postura, fala ou falta de fala, etc.) podem nos fornecer ainda mais elementos para o aprofundamento da discussão sobre significados de desigualdades de gênero na sala de aula, além de desigualdades em relação a outros aspectos sociais, históricos e culturais.(Pimenta, 1998)

## **Considerações Finais**

Com efeito, da descrição minuciosa da linguagem corporal expressa através do modo semiótico do arranjo espacial em sala de aula de língua estrangeira, é possível traçar algumas implicações decorrentes deste estudo:

- A linguagem corporal (multimodal) delinea textos através dos quais mensagens e metamensagens são comunicadas por meio de signos com diferentes significantes e significados;
- Os textos produzidos na linguagem da sala de aula são individuais; diferentes combinações de signos são formadas por escolhas determinadas por disposições adquiridas ao longo da história do indivíduo relativas ao sexo;
- Dois estilos diferentes foram detectados na linguagem da sala de aula, ou seja, um estilo masculino e um estilo feminino. O estilo feminino comunica significados de conformidade, obediência, envolvimento, intimidade, apoio e consenso; o estilo masculino, por outro lado, comunica significados opostos de não conformidade, desobediência, independência, não envolvimento e hierarquia. O estilo masculino, na sala de aula está ligado a um alto grau de modalização; o estilo feminino, por sua vez, está relacionado a um grau menor de modalização.

### **Referências Bibliográficas**

- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and Social Change*. Polity Press, 1992.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*. Centre for Language in Social Life, Dept. of Linguistics, University of Lancaster, 1993.
- HALLIDAY, M. *Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- HODGE, R. & KRESS, G. . *Social Semiotics*. Cambridge: Polity Press, 1988.
- KRESS, G. *Linguistic Processes in Sociocultural Practice*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- KRESS, G. *Writing the Future: English and the Making of a Culture of Innovation*, 1995.
- KRESS, G. et al (m.s.) *Discourse Semiotics*, 1995.
- KRESS, G. & VAN LEWEEN, T. *Reading Images: The Grammar of Visual Design*. London: Routledge, 1996.
- KRISTEVA, J. *The Kristeva Reader*. In Toril Moi (ed.) Blackwell Publishers Ltd., 1986.

PIMENTA, S. *O signo da receptividade: uma análise sócio-construcionista da interação*. PUC de São Paulo, 1998. Tese de Doutorado (inédita)

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. Editora Cultrix: São Paulo, 1975.

SEBEOK, T. *Signs: An Introduction to Semiotics*. University of Toronto Press, 1994.

THREADGOLD, T. "Violence, the Making of Protected Subjects, and the Discourses of Critical Literacy and Radical Pedagogy". *Changing English*, Volume 1, Number 1. Department of English, Media and Drama, Institute of Education, University of London, 1993.

## Capítulo 8: Análise do Discurso: em Busca das (In)Congruências entre a Vertente Francesa e a Anglo-saxã.

*Angélica Alves Ruchkys  
e Maria Aparecida de Oliveira Martins de Araújo*

*“A Análise do Discurso tem sua própria diversidade; desde a sua origem, várias hipóteses e dados teóricos surgiram, sem que qualquer uma delas se possa pretender superior às demais. Pretender uma tal superioridade seria uma questão de poder e não de cientificidade. Se os modelos se tornam dominantes a ponto de ocultar os demais, é a ciência que perde. É preciso defender a diferença em nome da liberdade do pesquisador e da democracia científica. O que conta é que um campo disciplinar se abriu – denominado ‘discurso’ – e no qual há espaço para diferentes hipóteses.” (CHARAUDEAU, 1996:4)*

Interessa-nos um estudo comparativo entre a “Análise Crítica do Discurso” (ACD)<sup>i</sup> proposta por Fairclough e a vertente francesa da Análise do Discurso (AD)<sup>ii</sup> – aqui representada por Pêcheux e Charaudeau – com o objetivo primeiro de investigar a relação entre o social e o lingüístico nas teorias focalizadas.

---

i Deste ponto em diante, passaremos a nos referir à Análise Crítica do Discurso como ACD.

ii À vertente francesa da Análise do Discurso trataremos como AD. Essa sigla, para os objetivos deste trabalho, abrangerá tanto Pêcheux quanto Charaudeau.



Como via de acesso a essa reflexão, propomos o levantamento comparativo dos objetivos propostos para a ACD e para a AD, das noções de discurso, de linguagem e do papel atribuído ao sujeito em cada um dos autores aqui recortados e da descrição analítica dos quadros propostos por Fairclough, Charaudeau e Pêcheux.

Não temos a pretensão de esgotar a comparação entre as duas vertentes. O que propomos é uma breve análise de alguns aspectos dos teóricos já mencionados, a partir dos textos:

- *A Análise Crítica do Discurso e a comercialização do discurso público: as universidades* (neste volume);
- *Por uma Nova Análise do Discurso* (CHARAUDEAU, 1996);
- *Análise do Discurso: controvérsias e perspectivas* (CHARAUDEAU, 1999);
- *Por uma Análise Automática do Discurso: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux* (GADET e HAK, 1997);
- *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (PÊCHEUX, 1988).

### **Pêcheux, Fairclough e Charaudeau, vistos pelo Viés dos Objetivos por eles Propostos**

FAIRCLOUGH (neste volume) apresenta a ACD como um dos métodos usados na pesquisa social científica sobre mudança social e cultural, com os seguintes objetivos:

- “*explorar ‘sistematicamente’ relações freqüentemente opacas de causalidade e determinação entre (a) práticas discursivas, eventos e textos, e (b) estruturas sociais e culturais, relações e processos mais amplos;*
- *investigar como essas práticas, eventos e textos surgem e são formadas ideologicamente por relações de poder e de lutas sobre o poder;*

– explorar como a opacidade dessas relações entre o discurso e a sociedade é ela própria um fator que assegura o poder e a hegemonia.” (neste volume)

Salientamos que a mudança histórica – preocupação primeira da ACD – perpassa todos os objetivos acima. Mudança histórica aqui entendida como “(...) *mudanças de práticas discursivas e seu lugar dentro de processos mais amplos de mudança social e cultural*” (FAIRCLOUGH, neste volume). Já o objetivo central de Pêcheux com a teoria de análise do discurso que propõe refere-se a uma preocupação jamais abandonada, embora reformulada diversas vezes, com a ligação entre o discurso e a prática política que passaria pela ideologia. Tal preocupação se explica, a princípio, por seu interesse preliminar com uma reflexão sobre as ciências sociais envolvendo problemas teóricos, filosóficos e políticos que serviriam de base e ponto de partida para a construção de seu sistema de análise automática do discurso.

As questões que se inserem enquanto alvo de investigação no trabalho de Fairclough são consideradas por Pêcheux, porém, sem *status* de objetivos.

CHARAUDEAU (1996:3), por sua vez, apresenta como objetivo da AD a análise da linguagem em ação, os efeitos produzidos por meio do seu uso, o sentido social construído e que testemunha a maneira pela qual os grupos sociais instauram seus interesses no interior de sua própria comunidade e com outras comunidades estranhas. Mais tarde, CHARAUDEAU (1999:31) complementa essa noção, afirmando que “*O sentido discursivo caracteriza-se por sua opacidade face ao mundo, já que ele se refere ao próprio processo de enunciação e a um sujeito que se define em relações múltiplas de intersubjetividade.*”

Percebemos, pois, um primeiro sinal de convergência, já que, ao propor a análise da linguagem em ação, dos efeitos e sentidos sociais produzidos por meio de seu uso, a AD, assim como a ACD, estaria, necessariamente, focalizando a opacidade que caracteriza o discurso face ao mundo.

Fairclough, porém, deixa bem marcada nos objetivos da ACD a preocupação com a ideologia e com o poder, talvez por

apresentar a mudança histórica como foco e preocupação primeira da ACD (neste volume), e Charaudeau, embora também considere tais aspectos (conforme verificaremos mais adiante), não dá a eles a evidência que recebem em Fairclough.

CHARAUDEAU (1996:3), em seus trabalhos, prioriza o objetivo de levantar as características dos *comportamentos linguageiros* (“*como dizer*”) em função das “condições” psicológicas que as limitam, segundo os tipos de situação de intercâmbio (“contrato”), o que implica a busca de respostas para questões tais como “(*...*) *quais as condições para quais comportamentos linguageiros ‘possíveis’, e quais comportamentos linguageiros ‘efetivos’ para quais condições*” ?

Acreditamos que a busca de respostas para essas questões passaria pela investigação proposta no segundo objetivo de Fairclough, contemplando, mas não de modo tão enfático como na ACD, a opacidade ligada à ideologia e ao poder, já que poder e ideologia são elementos que podem contribuir na definição das condições psicológicas que determinam o “como dizer”.

E talvez por isso CHARAUDEAU (1996:5) fale de uma Nova Análise do Discurso, através da qual procura situar-se “(*...*)*num projeto global que tenta ligar os fatos da linguagem entre si, segundo sua dimensão lingüística, psicológica e sociológica (...)*”.

Vale contrapor o objetivo priorizado por Charaudeau com o principal interesse proposto por FAIRCLOUGH (neste volume) para o artigo aqui recortado “*Meu interesse principal e preocupação neste artigo é com a questão de quais práticas discursivas estão sendo usadas em quais combinações*”.

Parece-nos que tal interesse estaria totalmente convergente com a proposta de estudo do “contrato” priorizado por Charaudeau, apresentada anteriormente. O que já nos permite antecipar a conclusão de que esses dois teóricos, embora concebam o discurso no entrecruzamento do lingüístico e do social (social para Fairclough ou situacional para Charaudeau) priorizam, em alguns momentos, recortes distintos para suas pesquisas, o que não significa que tenham percepções/concepções divergentes.

PÊCHEUX (1988: 162), por sua vez, também considera a questão da opacidade, porém, com uma outra denominação – dissimulação – conforme podemos verificar na passagem seguinte:

*“Diremos, nessas condições, que o próprio de toda formação discursiva<sup>iii</sup> é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que ‘algo fala’ (ça parle) sempre ‘antes, em outro lugar e independente’, isto é, sob a dominação do complexo das dominações ideológicas. Descobrimos, assim, que os dois tipos de discrepância, respectivamente, o efeito de ‘encadeamento do pré-construído’ e o efeito de ‘articulação’ – que consideramos, de início, como leis psicológicas do pensamento – são, na realidade, determinados materialmente na própria estrutura do interdiscurso.”*

O fato de as práticas discursivas, eventos e textos surgirem e serem formados ideologicamente por relações de poder e de luta de poder, cuja investigação constitui um outro objetivo em Fairclough, também é contemplado por Pêcheux, quando atribui às formações ideológicas uma característica que lhe é constitutiva: o fato de ser determinada pelo estado da luta de classes. Cabe à formação discursiva, engendrada no interior de uma formação ideológica, assim caracterizada, determinar “o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1988: 160).

Mas há, nesta questão, uma diferença fundamental entre as abordagens de Fairclough e de Pêcheux: o primeiro não concebe as relações de poder sob o ponto de vista apenas da luta de classes como faz Pêcheux, mas as amplia, considerando-as sob o ponto de vista de uma disputa social, política, econômica, intelectual... Em Fairclough, portanto, o poder não é concebido como estático, mas como uma instância fluida, constantemente em trânsito.

---

iii Para Pêcheux, **formação discursiva** é “(...) aquilo que, numa formação ideológica dada, (isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes), determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob forma de arenga, de um sermão, de um panfleto, exposição de um programa, etc).” Ver PÊCHEUX, *Semântica e Discurso : Uma Crítica do óbvio*, 1988 :160-161.

O terceiro objetivo da proposta de Fairclough constitui outra questão igualmente postulada por Pêcheux, mas que não é colocada explicitamente como uma meta de investigação, pois, como já vimos, esse teórico da vertente francesa considera que a relação entre o discurso e a sociedade é opaca, ou seja, é dissimulada na “transparência do sentido”. A forma como essa opacidade assegura o poder e a hegemonia consiste, para Pêcheux, na dissimulação do assujeitamento.

A hegemonia e o poder da classe dominante seriam, pois, para PÊCHEUX (1988:163) assegurados pelo fato de o sujeito não se perceber como sujeito-assujeitado:

*“(...) o EGO, isto é, o imaginário no sujeito (lá onde se constitui para o sujeito a relação imaginária com a realidade), não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao ‘Outro’, ou ao ‘Sujeito’, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito ‘sob a forma da autonomia’, (...)”*

A mudança histórica apresentada como preocupação primeira da ACD, aparece em Pêcheux sob a forma de transformação das relações de produção no interior das lutas de classe, cujo palco são os aparelhos ideológicos do Estado tal como propõe Althusser.

É justamente na estrutura da formação ideológica, no interior da qual, uma formação discursiva “determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1988: 160), que a contradição reprodução/transformação constitui a luta de classes conforme podemos constatar a partir de PÊCHEUX (1988: 147):

*“(...) a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do ‘todo complexo com dominante’ das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição/transformação que constitui a luta ideológica de classes.”*

Portanto, o que seria “mudança histórica” para Fairclough e cuja investigação constitui um de seus objetivos, se traduziria, em Pêcheux ( mas não como objetivo ) na transformação das relações de produção através das lutas de classe.

## Discurso: Constituído pelo e/ou Constituinte do Social?

Para FAIRCLOUGH (neste volume) o discurso seria constituído pelo social e constitutivo do mesmo, “(...) *tanto de formas socialmente reprodutivas, quanto criativas, socialmente transformativas*”.

Esse teórico utiliza o termo “discurso”, de forma genérica, para referir-se “primordialmente ao uso da linguagem falada ou escrita, embora também deseje estendê-lo para incluir a prática semiótica em outras modalidades”. FAIRCLOUGH (neste volume) concebe, pois, discurso como prática social, como “ (...)um modo de ação socialmente e historicamente situado, numa relação dialética com outras facetas do ‘social’ (seu ‘contexto social’) (...)”.

Em decorrência da dificuldade de categorização dos tipos de práticas discursivas, FAIRCLOUGH (neste volume) propõe ainda uma outra acepção de discurso para os objetivos de seu artigo, aqui focalizado “(...) *discursos (como substantivo plural), modos de significar áreas da experiência a partir de uma perspectiva particular (por ex., discursos patriarcais versus feministas da sexualidade)*”<sup>iv</sup>.

As duas acepções utilizadas por Fairclough para designar discurso consideram a ligação entre o lingüístico e o social como uma via de mão-dupla, ou seja, o discurso tanto constitui quanto é constituído socialmente.

Essa dualidade do discurso<sup>v</sup> se confirma em CHARAUDEAU (1999:9-10), quando propõe como princípio do estudo da linguagem, “(...) *o espaço ‘externo’ como fundador do espaço*

---

iv Talvez, em decorrência da semelhança entre seu conceito de “discurso plural” e o conceito de gênero proposto por alguns teóricos, Fairclough explicita sua concepção de gênero : “usos da linguagem associados com tipos particulares de atividade socialmente ratificados tais como uma entrevista de emprego ou artigos científicos” (FAIRCLOUGH, neste volume).

v Charaudeau apresenta a noção de discurso da escola denominada francesa em oposição a enunciado e relaciona discurso às “condições de produção” de um texto. (ver CHARAUDEAU, 1999:27-28).

*'interno' e, ao mesmo tempo, construído por este; o 'espaço interno' como dependente do 'espaço externo' propondo suas próprias categorias.<sup>vi</sup>*"

CHARAUDEAU (1999:34) afirma ainda que:

*"(...) A realidade social, ao mesmo tempo que reproduz parte do que recebe como herança, se transforma e inventa novas formas de comunicação, num movimento dialético de 'internalização do exterior' e de 'externalização do interior'".*

Diferentemente, o conceito de discurso proposto por Pêcheux em sua "Análise Automática do discurso" parece considerar apenas uma das direções mencionadas: a do social constituindo o lingüístico, pelo fato de conceber tal conceito como "efeito de sentidos" (GADET,1997: 82) entre os interlocutores. Um ponto em comum, no entanto, que se verifica entre as concepções de tal termo em Fairclough e Pêcheux é o fato de ambos considerarem que a dimensão do discurso, em decorrência de sua estreita relação com o ideológico, ultrapassa a de texto.

## **Da Relativização do Assujeitamento do Sujeito**

Não há como tocar na questão do uso do termo discurso, nas acepções dos teóricos mencionados, sem esclarecer, em relação a cada uma delas, as formas diferenciadas da produção de sentido e o lugar do sujeito no interior da instância discursiva.

Em FAIRCLOUGH (neste volume), a produção de sentido se dá em três níveis distintos, interdependentes entre si: o

---

vi No espaço interno ao processo lingüístico *"(...) a linguagem não se reduz à articulação de alguns enunciados (encerrada a lingüística-frástica), mas é o resultado de uma ampla combinação textual que se articula sobre dois planos, o do enunciado e o da enunciação (...)".* No espaço externo ao processo lingüístico *"os intercâmbios linguageiros são considerados como uma realidade mais ampla que a pura realidade lingüística que se encontra englobada por aquela. Assim também, sem perder de vista o fato lingüístico como tal, as 'condições de felicidade' dos enunciados devem ser procuradas na observação dos elementos de ordem situacional, os quais condicionam a significação dos fatos de linguagem".* (CHARAUDEAU, 1996:10).

“ideacional”, o “interpessoal” e o “textual”. É no segundo desses níveis que, de forma mais explícita, se localiza sua noção de sujeito, que, conforme podemos verificar na passagem que segue, não constitui uma entidade inteiramente determinada pelo ideológico, mas identificada e identificável com uma singularidade “destacável” do todo complexo ideológico:

*“Acho útil distinguir duas subfunções da função interpessoal: a função de ‘identidade’ – o texto na constituição das identidades pessoais\* e sociais – e a função relacional – o texto na constituição das relações”.* (\*grifo nosso)

Para PÊCHEUX (1988: 163), não há uma identidade pessoal, mas sim um “efeito-sujeito”, porque “ (...)a *subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito ‘sob a forma da autonomia’ (...)*”.

Ainda a esse respeito, vale recuperar a passagem que se segue (PÊCHEUX, 1988:163), na qual se esclarece essa *forma-sujeito* em relação ao discurso:

*“Já observamos que o sujeito se constitui pelo ‘esquecimento’ daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito) (...).”*

Vale ressaltar que, embora a lembrança de Pêcheux esteja quase sempre condicionada ao princípio do assujeitamento do sujeito por ele apregoado, ele (apud GADET, HAK:1997: 317) reavalia essa noção ao apontar para a possibilidade do rompimento da reprodução do discurso hegemônico, conforme podemos constatar na passagem que se segue:

*“Como separar, nisso que continuamos a chamar ‘o sujeito da enunciação’, o registro funcional do ‘ego-eu’ estrategista assujeitado (o sujeito ativo intencional teorizado pela fenomenologia) e a emergência de uma ‘posição do sujeito’? Que relação paradoxal essa emergência mantém com o obstáculo, a irrupção imprevista de um discurso-outro, a falha no controle? O sujeito seria aquele que sur-*



*ge por instantes, lá onde o 'ego-eu' vacila? Como inscrever as conseqüências de uma tal interrogação nos procedimentos concretos da análise?*

Fairclough, embora não chegue a explicitar sua concepção de sujeito, nos apresenta algumas pistas que nos levam a conceber para os participantes do evento discursivo, por um lado, uma dimensão passiva, já que ele é constituído pelo discurso, e, por outro, um papel ativo, pois, através da linguagem, o sujeito estaria constituindo de forma não apenas reprodutiva, mas também criativa e transformadora, o social; ou seja, seria agente no processo de mudança social e cultural através da mudança das práticas discursivas.

E, ao ressaltar o caráter constituinte e constitutivo do uso da linguagem, FAIRCLOUGH (neste volume) critica a posição estruturalista daqueles que, como PÊCHEUX (1982), não consideraram essa segunda dimensão do discurso, criticando assim, o assujeitamento apregoado por Pêcheux.

Já em Charaudeau, a questão do sujeito é tratada de maneira bastante complexa e somos levadas a acreditar que, dos três teóricos aqui recortados, seja ele o que mais teria se dedicado ao estudo do sujeito.

Charaudeau admite várias maneiras de analisar o discurso e propõe uma classificação com o objetivo de definir “problemáticas” do estudo do discurso a partir do “objeto” do discurso que cada uma das problemáticas constrói, do tipo de “sujeito” do discurso que ela concebe e do tipo de “corpus” que ela organiza. Concebe três grandes problemáticas:

- a cognitiva e categorizante;
- a comunicativa e descritiva;
- a representacional e interpretativa.

Para a primeira apresenta um sujeito cognitivo, operador de articulações discursivas.

Para a segunda, CHARAUDEAU (1999:34) apresenta:

*“(...) um sujeito de comunicação definido por sua identidade psicológica e social, por um comportamento finalizado e pelas restrições*

*que ele sofre se ele quer se inserir na interação (nessa perspectiva, ele é um 'isso'). Ele se define também por suas próprias intenções para com o outro (e nessa perspectiva, ele é um 'eu')."*

E na terceira (CHARAUDEAU, 1999:36-37), enfatiza a complexidade das reflexões que envolvem o sujeito:

*"(...) aqui também, o sujeito constitui um problema. De um lado, situando-se no centro das práticas discursivas que constroem as representações, ele pode ser considerado como um sujeito 'ativo'. Por outro lado, e considerando que essas práticas são compartilhadas pelos outros indivíduos do grupo e que elas lhe retornam sob a forma de sistemas de valores que o sobredeterminam, pode-se dizer que esse sujeito é 'passivo' e se dilui na consciência do grupo social."*

Segundo Charaudeau, o sujeito para Pêcheux corresponderia ao "isso" (ideológico ou inconsciente), já que Pêcheux não conferia a esse sujeito outra existência que a de uma "ilusão".

CHARAUDEAU (1999:37) taxa como abusivo o paralelismo entre ideologia e inconsciente operado pelos defensores dessa posição e apresenta uma outra posição menos globalizante, que não nega o jogo da sobredeterminação do sujeito, mas, no lugar de fazer dele uma ilusão, faz dele algo positivo: considera que todo sujeito seria, de um lado, portador de *discursos de doxa*<sup>vii</sup>, mas a apropriação desses discursos revelaria ("com frequência, sem que ele se dê conta) seu posicionamento social", o que nos permitiria dizer que esse sujeito é "responsável" por suas representações".

## **Quadros/Esquemas: a Tridimensionalidade em Questão**

Acreditando que tanto a vertente francesa quanto a anglosaxã considerem o caráter dinâmico da linguagem, a linguagem

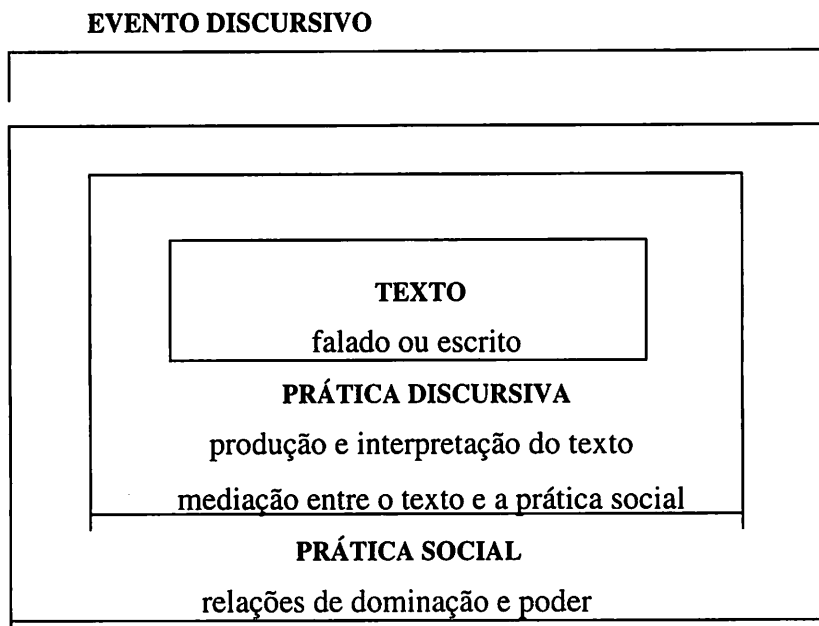
---

vii "Em toda sociedade existem discursos de doxa (topoi, lugares comuns, estereótipos compartilhados) que circulam e se distribuem de maneira mais ou menos aleatória em meio aos diferentes grupos sociais". (CHARAUDEAU, 1999:37).

em ação, propomos uma questão: a tridimensionalidade explicitada em Fairclough seria também contemplada por Pêcheux e Charaudeau?

Na busca de respostas para esse questionamento, passaremos à descrição analítica dos quadros de cada um dos teóricos em estudo, iniciando por Fairclough.

Lembramos que o quadro abaixo foi proposto por ele para explorar as ligações entre o discurso, a ideologia e o poder.



O autor em questão propõe o estudo da articulação/determinação entre os três níveis expostos no desenho. Em sua concepção, a definição de qual das dimensões vai determinar a(s) outra(s) cai numa circularidade inerente à via de “mão dupla” que propõe entre o social e o lingüístico-discursivo, pois uma determina a outra e vice-versa não ficando claro o momento de determinação “de origem”, se é que ele existe!

Talvez possamos desfazer esse “nó”, se tomarmos o seu projeto de orientação para a mudança histórica. Neste, Fairclough parece colocar a dimensão discursiva como o lugar da mudança, ou seja, o lugar onde o sujeito do discurso se percebe manipulado (assujeitado) por um discurso hegemônico, passando a dominá-lo através de seu desmascaramento enquanto um discurso-Outro que não quer ser percebido como tal; quer sim ser percebido como um discurso do próprio sujeito que o enuncia.

Ressaltamos que, talvez em decorrência da relevância dada ao social, ao definir texto como “*linguagem escrita ou falada produzida num evento discursivo*” (neste volume,) (grifo nosso), Fairclough parece não dissociar a noção de texto da noção de discurso

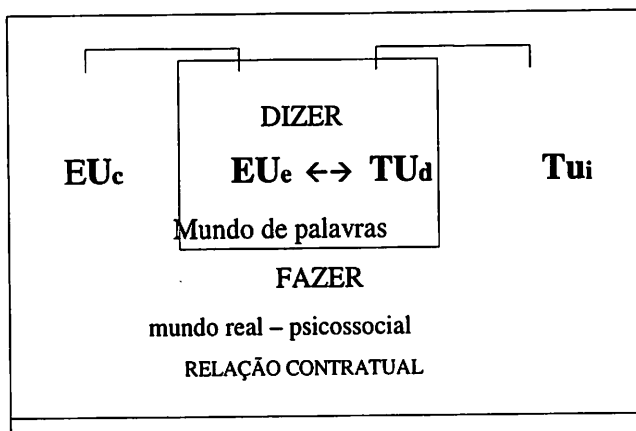
Enquanto FAIRCLOUGH (neste volume) concebe evento discursivo como “instância de uso da linguagem, analisada como texto, prática discursiva e prática social”, CHARAUDEAU (1996:35) concebe o ato de *linguagem* “(...) *como nascendo de uma situação concreta de troca, demonstrando uma intencionalidade, organizando-se ao redor de um espaço de limitações e de um espaço de estratégias, e significando numa interdependência entre um espaço externo e um espaço interno,(...)*”, o que o leva a propor um modelo de estruturação em três níveis: situacional, comunicacional e discursivo.<sup>viii</sup>

Para representar o conjunto de hipóteses que define seu quadro teórico, Charaudeau (1984) apresenta a figura que segue:

---

viii O situacional é o “(...) nível que se ocupa de dados do espaço externo e que constitui ao mesmo tempo espaço de limitações do ato de linguagem”. É o lugar onde são determinadas a finalidade, as identidades dos parceiros, o domínio do saber e o dispositivo de circunstâncias materiais (espaço e tempo) do intercâmbio. No nível comunicacional são determinadas as maneiras de falar (escrever) em função de dados da situação.

E o nível discursivo, o “(...) lugar de intervenção do sujeito falante, tornado sujeito enunciativo, o qual deve satisfazer as condições de legitimidade, de credibilidade e de captação, para realizar um conjunto de ‘atos de discurso’, isto é, finalmente um texto.” (CHARAUDEAU, 1996 : 34-36)



Temos, pois, segundo Charaudeau (op. cit.), o ato de linguagem como um fenômeno que combina o Dizer e o Fazer, indissociáveis um do outro.

O “circuito interno”, o “Dizer”, seria o espaço do qual participam seres de palavras (protagonistas), encontrando-se em relação de dependência com o «circuito externo» que, por sua vez, seria o lugar do «Fazer» psicossocial – instância que se define pelo «lugar» que ocupam os parceiros deste ato – no qual se define o «contrato».

No circuito externo, o “sujeito comunicante” (EUC), responsável pela iniciativa do processo de produção, procede à encenação do Dizer em função dos componentes comunicacional, psicossocial e intencional e é neste último que se integram os componentes do saber que é levado a construir sobre o sujeito interpretante (TUI) e da percepção do ritual linguageiro que ele subsume.

O sujeito interpretante, (TUI) é, no circuito externo, o parceiro que tem a iniciativa do processo de interpretação em função dos três componentes anteriormente assinalados e da percepção do ritual linguageiro, já:

*“O (EUE) e o (TUD), protagonistas na interação linguageira, se definem como seres de fala da encenação do Dizer produzida pelo sujeito comunicante (EUC) e interpretada pelo sujeito interpretante*

*(TUi). Estes seres de fala assumem diferentes faces, segundo os papéis que lhes são atribuídos pelos dois parceiros do ato de linguagem em função de sua relação contratual*". (Charaudeau, op. cit.. In GUADANINI, 2000).

Ao que nos parece, Charaudeau confere ao ato de linguagem o mesmo caráter de tridimensionalidade conferido por Fairclough ao evento discursivo, já que a "prática social" estaria, em Charaudeau, representada pelo "circuito externo", que engloba o mundo real, a realidade psicossocial; o "texto", apresentado pelo representante da vertente anglo-saxã como "*uso da palavra escrita ou falada produzida num evento discursivo*" (nesse volume) estaria marcado em Charaudeau no "circuito interno", no "Dizer". E se Fairclough condiciona o conceito de texto ao "evento discursivo", Charaudeau, por sua vez, explicita a relação de dependência entre o "Dizer" e as influências que considerem determinações de seu circuito externo. Assim, somos levadas a pensar que tanto um quanto o outro concebem a materialidade lingüística em estreita ligação com o extralingüístico, com o contextual. Conclusão que também se fundamenta no fato de esses dois teóricos conceberem o caráter constitutivo e constituinte da linguagem, conforme vimos anteriormente.

Charaudeau, porém, não contempla um espaço específico para a dimensão discursiva em seu quadro, e, talvez por focalizar o sujeito de modo mais enfático que Fairclough, parece representar a dimensão discursiva através das mediações EUC EUE e TUD TUI.

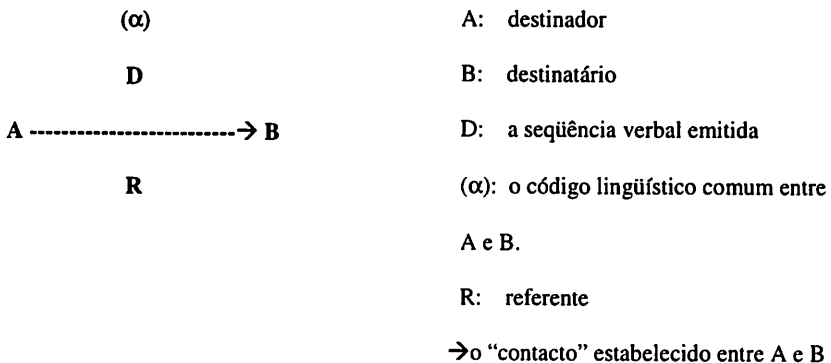
Acreditamos ainda que em Charaudeau o social esteja duplamente marcado: primeiro, "no circuito externo", que se define pelo lugar que ocupam os parceiros do ato de linguagem; segundo, na mediação estabelecida entre EUC e EUE, TUI e TUD, já que EUE e TUD podem ser tomados como «parcelas» dos seres psicossociais EUC e TUI.

Temos, então, em Charaudeau, assim como em Fairclough, o discurso constituindo-se na confluência do (psico)social com o textual, ou seja: ambos consideram a tridimensionalidade proposta

no quadro do representante da ACD, embora a dimensão social, a discursiva e a textual sejam, graficamente, marcadas de modos distintos em seus quadros.

O fato de considerarem essa tridimensionalidade do evento discursivo (ou do ato de linguagem) não impede que cada um desses teóricos enfatize essa ou aquela dimensão em função de objetivos específicos por eles propostos.

Já no quadro que Pêcheux propõe (na verdade, uma apropriação do esquema *informacional* de Jakobson) para explicar o mecanismo de produção do discurso, parece-nos serem consideradas as dimensões textual, discursiva e social, porém apenas uma delas se encontraria explicitamente representada: a discursiva, conforme podemos verificar através da análise do esquema:



Pêcheux substitui o que a teoria da informação subjacente a esse esquema compreende como *mensagem* (transmissão de informação) pela noção de discurso (representada em PÊCHEUX (1997:83) pela letra *D*). *D* representaria “de modo mais geral, ‘um efeito de sentidos’ entre os pontos *A* e *B*.”

Esse “efeito de sentidos” é produzido entre e por *A* e *B*, entendidos como posições representativas de formações discursivas, já que, como afirma PÊCHEUX (1988:10-11):

“(...) numa formação ideológica dada (isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta

*de classes), determina 'o que pode e deve ser dito' ” (...).As formações discursivas “representam, ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”.*

Já ficou claro que *A* e *B* “designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais” (PÊCHEUX, 1997:82) na medida em que são compreendidos como representações de formações discursivas que, inseridas em uma determinada formação ideológica, são também, por sua vez, “*lugares determinados na estrutura de uma formação social*”. (PÊCHEUX, 1997: 82). A dimensão do social se encontra, portanto, implicitamente representada através de *A* e *B*.

Essa representação pelas formações discursivas (representadas por *A* e *B*) não se dá como “cópia fiel” da realidade social, mas como o que PÊCHEUX (1997:82) denomina de *formações imaginárias* nas quais os lugares sociais estariam presentes, mas transformados, no interior dos processos discursivos, conforme podemos verificar na passagem que se segue:

*(...) “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a ‘si’ e ‘ao outro’, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do outro.”*

É interessante perceber que nesse jogo de imagens que *A* faz de si mesmo e de *B* e vice-versa entra a concepção de estratégia do discurso entendida enquanto “antecipação das representações do receptor” por parte do emissor, que seria, mais tarde, apropriada e desenvolvida por Charaudeau.

Finalmente, para sabermos se a dimensão textual é ou não representada por Pêcheux no esquema de Jakobson – do qual se apropria – vale recuperar o conceito de “texto” que o teórico apresenta (PÊCHEUX, 1997: 79), na passagem que segue:

*(...) “é ‘impossível analisar um discurso como um texto’, isto é, como uma seqüência lingüística fechada em si mesma, (...) é necessário referi-lo ao ‘conjunto dos discursos possíveis’ a partir de um estado definido das condições de produção” (...)* (Grifo nosso)



A partir dessa passagem, podemos concluir que a dimensão textual se encontra, portanto, implicitamente representada no esquema em análise, se a compreendemos como uma seqüência que, antes “fechada”, tornou-se “aberta” pelo mecanismo de condições de produção do discurso, entendido tal como propõe Pêcheux; isto é, tornou-se discurso.

## **Conclusão**

Se as relações de poder e dominação estão inscritas no texto e são “dinamizadas” na dimensão discursiva, como separar a dimensão social da textual e, principalmente, da discursiva? Como não considerar as estratégias através das quais se instaura a opacidade que escamoteia as relações de poder e de hegemonia?

Tanto Pêcheux, quanto Charaudeau e Fairclough enfatizam a trilogia inerente à linguagem em ação. O que notamos foi que o sujeito, assujeitado em Pêcheux, passou, em Charaudeau a ter sua “inconsciência”, no processo de absorção ideológica, relativizada ( à sua porção “isso” se integra a sua porção “eu”) e em Fairclough, por sua vez, embora não tenha explicitado em nenhum momento de nossas leituras, parece ser atribuído um caráter ainda mais dinâmico aos participantes do evento discursivo, já que ao apresentar seu propósito de mudança social, parece pretender lhes dar o poder de, a partir da consciência dos mecanismos através dos quais se institui a opacidade do poder dominante, substituir esse poder através da substituição das formações ideológicas e discursivas reinantes.

Nos três teóricos, a dimensão do discurso é vista como mediadora entre o estritamente lingüístico e o estritamente social, posição aliás paradoxal na medida em que pretende separar o inseparável: não existem, em estado “puro”, nem o lingüístico, nem o social.

Para encerrar, deixamos uma questão: os quadros-esquemas propostos por Fairclough e Charaudeau não seriam atualizações do esquema de Jakobson do qual se apropriou Pêcheux sem que tenha havido mera reprodução ou ruptura?

## Referências Bibliográficas

CHARAUDEAU, Patrick.. “Une théorie des sujets du langage”. *Langage et Société*, nº 28, 1992,67-78.

\_\_\_\_\_. “Para Uma Nova Análise do Discurso”. In. CARNEIRO, Agostinho Dias (org.) *O Discurso da Mídia*. Rio de Janeiro : Oficina do Autor, 1996, 5-43.

\_\_\_\_\_. “Análise do Discurso: controvérsias e perspectivas”. In MARI, Hugo et al (org.). *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999, 27-43.

FAIRCLOUGH, Norman. “A análise do discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. Tradução de Célia Maria Magalhães. (neste volume).

GADET, Françoise, HAK, Tony (orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAMP.1997.

GUADANINI, Sandra Magna. *Hand out organizado para aula da prof.<sup>a</sup> Ida Lúcia* – Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG, 2000, 9p. (Trabalho de aluno).

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: UNICAMP, 1988.

*Estudos Lingüísticos* é uma série que tem por objetivo divulgar trabalhos de pesquisa científica na área dos estudos da linguagem. Editada pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, esta série publica trabalhos sobre a linguagem humana e suas inúmeras interfaces, tanto sob uma perspectiva teórica quanto aplicada.

ISBN 85-87470-22-1



**PosLin**